

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA



**A CRIAÇÃO DE EMPREGO É SUFICIENTE PARA COMBATER A  
POBREZA NA UNIÃO EUROPEIA?  
REFLEXÕES SOBRE A ESTRATÉGIA DE LISBOA**

Maria Helena dos Reis Silveirinha

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Salavisa Lança,

Professora associada do Departamento de Economia do ISCTE

Agosto, 2008

## **Agradecimentos**

Ao Nuno, pelo apoio que sempre me deu e por ter aguentado o barco na minha ausência.

À Maria João e ao Afonso, pelo tempo roubado.

Ao meu irmão Bruno, pelos cálculos e as conversas que ajudaram a clarificar ideias.

À Filipa Santos, pela disponibilidade que sempre teve e pelos testes, e mais testes, e mais testes.

À Prof. Teresa Calapez, pela supervisão estatística e a ajuda nas dúvidas de última hora.

E como não podia deixar de ser, à Prof. Isabel Salavisa, orientadora da tese, por ter apostado neste projecto, pelo tempo que dedicou e por insistir comigo, mesmo quando o cenário não era animador.

## **Resumo**

A Estratégia de Lisboa renovada centra a aposta da União Europeia no crescimento e no emprego, para atingir uma maior competitividade, mas também para reforçar a coesão social por essa via.

Nesta dissertação de mestrado em Economia e Políticas Públicas, o que se pretende analisar é se a criação de emprego constitui o factor decisivo para combater a pobreza à escala europeia. Para tal, estudou-se o percurso feito, de 1995 a 2005, pelos Estados-membros da UE15.

O crescimento do emprego não parece exercer influência estatisticamente significativa nas taxas de risco de pobreza, antes e após as transferências sociais. No domínio do emprego, apenas a taxa de desemprego de longa duração emerge como factor explicativo secundário do fenómeno da pobreza.

Maior influência parece exercer o nível de escolaridade dos jovens. Contudo, o grande contributo explicativo para as taxas de risco de pobreza, antes e após as transferências sociais, é dado pelo abandono escolar precoce, associado ao crescimento do emprego e à taxa de desemprego de longa duração.

Relativamente à diferenciação entre os Estados-membros, distribuídos por distintos regimes de *welfare state*, e atendendo à evolução registada no período, verifica-se, no período, uma relativa homogeneização estrutural. Ao mesmo tempo, assiste-se a uma aparente reorganização dos modelos de protecção social consagrados na literatura (escandinavo, continental, anglo-saxónico e do Sul europeu). Neste estudo, foram utilizadas técnicas estatísticas diversas, incluindo a análise de *clusters* e a regressão.

## **Palavras-chave**

Políticas Europeias, Estratégia de Lisboa, Pobreza, Políticas Sociais, Portugal, União Europeia.

## **Abstract**

The renewed Lisbon strategy for the EU has focused on growth and employment in order to help the EU to achieve more competitiveness as well as a stronger social cohesion.

This Master Thesis in Economics and Public Policy aims to analyze whether job creation constitutes the key factor to tackle poverty at European level. UE15 Member-States were studied over the period 1995-2005.

The employment growth does not seem to have significant statistical influence on poverty risk rates, before and after social transfers. Therefore, at employment level only the long term unemployment rate emerges as a secondary explicative factor regarding poverty phenomenon.

Youth education attainment level seems to have a stronger influence. However, early school leavers rate - associated with employment growth and long term unemployment rates - appears as the main explicative factor regarding the levels of poverty risk, before and after social transfers.

Regarding the differentiation between Member States, which belong to different welfare state models, a relative structural homogenization seems to have taken place over the period concerned. At the same time, an apparent reorganization of the four consecrated social protection models occurred (Scandinavian, Continental, Anglo-Saxon and Southern European). This study has used a combination of different statistical techniques such as cluster and regression analysis.

## **Keywords**

European Policy, Lisbon Strategy, Poverty, Social Policy, Portugal, European Union.

I32, J08 - JEL Classification System

## **Índice Geral**

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice Geral.....	iv
Índice de Gráficos.....	v
Índice de Quadros.....	vii
1. Introdução.....	1
2. A Problemática.....	3
2.1 A pobreza: conceitos e medidas.....	4
2.2 Políticas públicas no âmbito da pobreza e do emprego.....	9
2.3 O Modelo Social Europeu ou os diversos modelos sociais.....	14
2.3.1 O modelo escandinavo: O caso da Suécia.....	17
2.3.2 O modelo continental: O caso da Alemanha.....	18
2.3.3 O modelo anglo-saxónico: O caso do Reino Unido.....	19
2.3.4 O modelo do Sul: O caso de Portugal.....	20
3. Questões de pesquisa: apresentação e operacionalização.....	22
4. Uma primeira caracterização da evolução da pobreza na União Europeia (1995-2005).....	27
4.1 A evolução da pobreza na União Europeia.....	27
4.2 A situação dos Estados-membros.....	35
5. Padrões e factores de pobreza dos países europeus: Uma tentativa de identificação.....	55
5.1 Uma primeira abordagem.....	55
5.2 Metodologia.....	66
5.3 A base de dados.....	67
5.4 As variáveis seleccionadas.....	68
5.5. A diversidade europeia: tipologias.....	70
5.6 Os factores da pobreza: a relação com o emprego.....	75
6. Conclusões.....	78
Bibliografia.....	82
Anexos.....	85

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1: PIB per capita a preços constantes na UE15 (1995 a 2005) (UE25=100).....	28
Gráfico 2: Taxa de crescimento do PIB na UE15 (1995 a 2005).....	29
Gráfico 3: Crescimento do emprego na UE15 (1995 a 2005).....	29
Gráfico 4: Taxa de emprego na UE15 (1995 a 2005).....	30
Gráfico 5: Taxa de desemprego na UE15 (1995 a 2005).....	30
Gráfico 6: Despesa pública em educação, em percentagem do PIB, na UE15 (1995 a 2005).....	31
Gráfico 7: Nível de escolaridade dos jovens (entre os 20 e os 24 anos), na UE15, em percentagem (1995 a 2005).....	31
Gráfico 8: Desigualdade na distribuição do rendimento na UE15 (1995 a 2005).....	32
Gráfico 9: Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais na UE15 (1995 a 2005).....	32
Gráfico 10: Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais na UE15 (1995 a 2005).....	33
Gráfico 11: Taxa de risco de pobreza persistente na UE15 (1995 a 2005).....	33
Gráfico 12: Abandono escolar precoce, na UE15, em percentagem (1995 a 2005).....	34
Gráfico 13: Taxa de desemprego de longa duração na UE15 (1995 a 2005).....	34
Gráfico 14: Pessoas dos 18 aos 59 anos que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha, na UE15, em percentagem (1995 a 2005).....	35
Gráfico 15: PIB per capita a preços constantes nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005) (UE25=100).....	37
Gráfico 16: Crescimento do emprego nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	40
Gráfico 17: Taxa de emprego nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	41
Gráfico 18: Taxa de desemprego nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	43
Gráfico 19: Nível de escolaridade dos jovens (entre os 20 e os 24 anos), nos Estados-membros da UE15, em percentagem (1995 a 2005).....	45
Gráfico 20: Desigualdade na distribuição do rendimento nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	47

Gráfico 21: Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	50
Gráfico 22: Taxa de risco de pobreza persistente nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	51
Gráfico 23: Abandono escolar precoce, nos Estados-membros da UE15, em percentagem (1995 a 2005).....	52
Gráfico 24: Taxa de desemprego de longa duração nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	53
Gráfico 25: Despesas com protecção social, em percentagem do PIB, nos Estados-membros da UE15, de 1995 a 2005.....	64
Gráfico 26: Variáveis seleccionadas para a Regressão Linear Múltipla.....	69
Gráfico 27: Dendrograma segundo o Método Ward, utilizando as médias dos 15 países, nos indicadores: crescimento do emprego, taxa de emprego, desigualdade na distribuição do rendimento, pobreza após as transferências sociais.....	70
Gráfico 28: Representação gráfica do número de <i>clusters</i> a considerar, de acordo com as médias das variáveis originais.....	71
Gráfico 29: Dendrograma segundo o Método Ward, utilizando as variações no período dos 15 países, nos indicadores: crescimento do emprego, taxa de emprego, desigualdade na distribuição do rendimento, pobreza após as transferências sociais.....	73
Gráfico 30: Representação gráfica do número de <i>clusters</i> a considerar, de acordo com a variação global no período.....	73

## **Índice de Quadros**

Quadro 1: PIB per capita a Preços Constantes (UE25=100).....	36
Quadro 2: Taxa de crescimento do PIB – taxa de variação total no período, em percentagem.....	38
Quadro 3: Crescimento do emprego – A mudança no período, em termos de percentagem, do total da população empregada - taxa de variação no período, em percentagem.....	39
Quadro 4: Taxa de emprego – Pessoas empregadas com idades entre os 15 e os 64 anos como percentagem do total da população que se encontra na mesma faixa etária.....	40
Quadro 5: Taxa de desemprego – total de pessoas desempregadas como percentagem do total da população activa.....	42
Quadro 6: Despesas com recursos humanos – Percentagem do PIB em despesas com educação.....	44
Quadro 7: Nível de escolaridade dos jovens – percentagem de jovens com idades entre os 20 e os 24 anos, que atingiram no mínimo, o nível secundário de escolaridade.....	45
Quadro 8: Desigualdade na distribuição do rendimento – Rácio existente entre o total de rendimento recebido pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres de cada país.....	46
Quadro 9: Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais.....	47
Quadro 10: Taxa de risco de pobreza após as transferências sociais.....	48
Quadro 11: Abandono escolar precoce - (percentagem de jovens entre os 18 e 24 anos, que completaram a escolaridade obrigatória (3.º ciclo) ou menos e que não frequentam qualquer acção de educação ou de formação).....	51
Quadro 12: Taxa de desemprego de longa duração – Percentagem de pessoas desempregadas há 12 ou mais meses.....	52
Quadro 13: Agregados familiares em que ninguém trabalha - Percentagem de pessoas entre os 18 e os 59 anos que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha.....	54



Quadro 14: Evolução do crescimento do PIB e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	56
Quadro 15: Evolução do crescimento do emprego e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	57
Quadro 16: Evolução da taxa de emprego e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	58
Quadro 17: Evolução da taxa de desemprego e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	60
Quadro 18: Evolução da taxa de desemprego de longa duração e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	60
Quadro 19: Evolução da desigualdade na distribuição do rendimento e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	61
Quadro 20: Evolução da taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	63
Quadro 21: Evolução da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais e da percentagem do PIB gasta em despesas com protecção social, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005).....	65
Quadro 22: Variáveis seleccionadas para a análise de <i>clusters</i> .....	68
Quadro 23: Agrupamento dos países, segundo o modelo social de acordo com Ferrera et al.....	71
Quadro 24: Agrupamento dos países por <i>clusters</i> , de acordo com as médias das variáveis originais.....	72
Quadro 25: Agrupamento dos países por <i>clusters</i> , de acordo com a variação global no período.....	74
Quadro 26: Factores explicativos da Pobreza.....	76

## **1. Introdução**

Finda a era da revolução industrial, um novo ciclo se iniciou com o paradigma das tecnologias de informação e comunicação. Porém, apesar do que outrora tinha sucedido, a nova era trouxe consigo o aumento do desemprego, sobretudo na União Europeia, onde a taxa de desemprego começou a subir consideravelmente a partir dos anos 80. Acresce o facto de começar a registar-se um afastamento da UE relativamente aos EUA, conseguindo estes ter um maior crescimento do PIB, do emprego, da produtividade e reduzir a taxa de desemprego (Salavisa, 2003). Alguns autores defendem que este crescimento deve-se às características do modelo norte-americano, como os salários baixos e contratos precários, a não universalidade da protecção social, a diferença face ao Estado-Providência europeu, a desigualdade na distribuição do rendimento, apesar de ser o mais rico dos países industrializados (Salavisa, 2003).

Reconhecido o distanciamento crescente da União Europeia face aos EUA, urgia a definição de uma estratégia que permitisse voltar a colocar a UE numa rota de convergência, mantendo porém as características que a distinguem. “A Europa está a perder terreno em relação aos EUA, mas tal não significa que tenha de os imitar” (Rodrigues, 2003: 37).

No Conselho Europeu que teve lugar em Lisboa no ano 2000, surge “uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento económico e social, tendo por objectivo a criação de uma economia mais competitiva com mais e melhores empregos e mais coesão social” (Rodrigues, 2003:12). Em Junho de 2001, no Conselho Europeu de Gotemburgo foi acrescentada a dimensão ambiental à dimensão económica e social (Conselho Europeu de Gotemburgo, 2001 - SN 200/1/01 VER 1).

Os objectivos da Estratégia de Lisboa, designação pela qual ficou conhecida, tinham como prazo de realização o ano de 2010. Em 2005 foi efectuada uma revisão de médio prazo, surgindo a Nova Agenda de Lisboa.

A Nova Agenda de Lisboa mantém o seu objectivo estratégico, até porque se consolida o grande crescimento económico vivido pela China o que, a par com o que já se verificava relativamente aos EUA., se apresenta como uma ameaça ao próprio crescimento económico da União Europeia, por virtude da disputa crescente de mercados.

Esta Nova Agenda veio introduzir novidades, sobretudo ao nível dos instrumentos políticos de implementação. Mas veio também dar um maior enfoque à questão do

crescimento e emprego (Rodrigues, 2005:5), tal como é expresso pela declaração do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, em que é assumido que o objectivo europeu é o de atingir mais e melhor emprego, numa Europa mais dinâmica, inovadora e atractiva<sup>1</sup>, o que leva a Rede Europeia Anti-Pobreza a considerar que “o mais frágil lado do triângulo – o da coesão social – começa a ser claramente desvalorizado a favor de uma maior governabilidade e de políticas activas de inclusão” (Estivill e Aires, 2007: 39).

As prioridades políticas da Agenda de Lisboa renovada são: o conhecimento e a inovação como base de um crescimento sustentável; fazer da Europa um sítio atractivo para investir e trabalhar; mais e melhores empregos (Rodrigues, 2005:5).

“Crescimento e emprego” apresenta-se assim como a fórmula mágica para a resolução dos problemas internos da União Europeia e para a sua competitividade externa. A manutenção e o reforço da coesão social far-se-ão, segundo os seus defensores, por esta via.

Contudo, existem alguns dados que fazem balançar esta teoria e que servem, no mínimo, de encorajamento para um apuramento mais profundo da realidade. O caso da Irlanda é paradigmático. Temos um país que tem registado nos últimos anos um considerável crescimento económico (bastante acima da média da União Europeia), teve em 2005 a mais baixa taxa de desemprego da UE a 15, e mesmo da UE a 27, e, no entanto, de acordo com os dados disponibilizados pelo EUROSTAT, encontrava-se em 2004 no grupo de países com maior taxa de risco de pobreza após as transferências sociais.

Esta reflexão tem ainda maior razão de ser, se tivermos em conta as conclusões da Presidência do Conselho Europeu de 13-14 de Março de 2008<sup>2</sup>, em que foi lançado o segundo ciclo de três anos da Estratégia de Lisboa renovada, e em que se confirma que as actuais Orientações Integradas, no âmbito das políticas económicas e do emprego, mantêm-se válidas e deverão ser utilizadas.

O presente trabalho irá assim centrar-se nas relações existentes entre emprego e pobreza no espaço da União Europeia, tentando aferir as relações de causalidade existentes, de modo a tentar perceber se o crescimento do emprego tem conseguido reduzir a pobreza.

Dado o alargamento que se tem registado na União Europeia, não é possível fazer um estudo que englobe todos os Estados-membros, uma vez que os países que entraram em 2004 e em 2007 acabaram por adoptar muito recentemente as linhas de orientação da

---

<sup>1</sup> [http://ec.europa.eu/growthandjobs/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/growthandjobs/index_en.htm) (consultado a 18/08/2006).

<sup>2</sup> 7852/1/08 VER 1.

Estratégia de Lisboa. Além disso, mesmo admitindo que já vinham a coordenar as suas políticas com as da UE antes da adesão formal, não dispomos eventualmente de informação harmonizada para o período a estudar. Desta forma, irei centrar este estudo na Europa dos 15 e no período de 1995 a 2005, período de tempo disponível para a maior parte dos indicadores estruturais apresentados pelo EUROSTAT<sup>3</sup>.

O primeiro capítulo deste trabalho é dedicado a apresentar a problemática subjacente ao tema em estudo. Assim, serão aqui definidos os conceitos que irão ser utilizados, as políticas públicas que estão a ser seguidas, bem como os diversos modelos sociais vigentes.

No segundo capítulo partimos para a análise, onde se definem as questões a que se pretende encontrar resposta e os indicadores utilizados para obter a informação pretendida.

O terceiro capítulo apresenta os dados. Qual foi o desempenho da UE15 nos 10 anos em análise e nos diferentes indicadores, qual foi o contributo de cada Estado-membro para a evolução registada, o que nos diz o período temporal analisado sobre a relação entre emprego e pobreza.

Por fim, o quarto capítulo adianta conclusões, onde se tentará dar resposta às questões de partida formuladas e saber se *a criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia*.

## **2. A Problemática**

À luz da Estratégia de Lisboa, quer a original quer a revista, a coesão social tem que estar presente na Europa, sendo, se possível, reforçada. Tal como já tive oportunidade de referir, a União Europeia e os seus Estados-membros, delinearam um caminho, definindo objectivos e metas a alcançar para conseguir um posicionamento cimeiro num mundo globalizado.

Quer-se uma Europa com um crescimento económico forte e sustentável, tendo para isso como base o conhecimento e a inovação; uma Europa com uma elevada taxa de emprego, de preferência de qualidade; uma Europa socialmente justa e coesa; e uma Europa amiga do ambiente.

Quando parto para este trabalho definindo como objectivo analisar as relações existentes entre emprego e pobreza na União Europeia, enquadrado na recente orientação

---

<sup>3</sup> Os dados apresentados ao longo deste trabalho, salvo referência em contrário, são do EUROSTAT, obtidos através do seguinte endereço electrónico: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>.

da estratégia para o “crescimento e emprego”, estou no fundo a levantar a problemática do Modelo Social Europeu.

A redução da pobreza e uma Europa mais coesa consegue-se através de um Estado participativo, que proporciona um elevado nível de protecção social, ou com um Estado mínimo, que deixa o mercado desempenhar o seu papel? É que o centrar todas as energias no crescimento e emprego para resolver, também, os problemas de pobreza, é um pouco a aposta de que se o mercado estiver a funcionar bem, a *mão invisível* de Adam Smith (*A Riqueza das Nações*), vai conseguir que as necessidades básicas das pessoas sejam satisfeitas.

De modo a ser possível falar das diversas abordagens existentes sobre a problemática em causa, impõe-se a definição de alguns conceitos, que vão permitir identificar o registo do discurso. O primeiro conceito a definir será sem dúvida o de pobreza, uma vez que é um dos vértices fundamentais da questão que se pretende tratar, e também por haver várias definições disponíveis e correntemente utilizadas. Será assim crucial apresentar os diferentes conceitos de pobreza existentes e identificar aquele que estará na base do presente trabalho.

Pretendendo analisar-se a relação existente entre emprego e pobreza no seio da União Europeia, é necessário abordar as políticas públicas existentes nestes dois domínios. Que políticas de combate à pobreza existem? O método de implementação das mesmas é consensual? E relativamente às políticas de promoção do emprego, revestem-se de que formas? São questões que suscitam discussão e que importa ver tratadas.

Por fim, e como não poderia deixar de ser, impõe-se a questão do Modelo Social Europeu, ou melhor, dos diversos modelos sociais existentes na União Europeia. Que modelos sociais? Quais as suas características? O que os distingue e o que os assemelha? Questões que, pela sua influência nas políticas públicas, necessitam também de ser debatidas.

## **2.1 A pobreza: conceitos e medidas**

A pobreza é um problema que persiste um pouco por todo o mundo e com uma dimensão significativa, com particular enfoque nos países em vias de desenvolvimento. Este é um dos factos que levou as Nações Unidas a assumir na sua declaração do Milénio o objectivo de erradicar a pobreza, apontando como meta que até 2015 seja reduzida para

metade o número de pessoas que, no mundo, vivem com menos de um dólar por dia e que sofrem com fome<sup>4</sup>.

A própria situação da Europa, apesar de parte integrante do mundo desenvolvido, apresenta um cenário alarmante no que se refere a este domínio. Utilizando o conceito de limiar da pobreza relativa, que corresponde a 60% do rendimento mediano, temos que a pobreza atingia, em 2004, 15% da população dos países da UE-15, o que equivale a cerca de 60 milhões de pessoas. Sendo que no caso particular de Portugal a situação agrava-se, registando-se, nesse ano, cerca de 20% da população a viver abaixo do limiar da pobreza<sup>5</sup>.

“(…) coesão social é a capacidade de uma sociedade em assegurar o bem-estar de todos os seus membros, minimizar as disparidades e evitar a polarização. (...)” (Comité de Ministros do Conselho da Europa, *Uma Nova Estratégia para a Coesão Social*, 2004, ponto 1).

A definição de coesão social está associada à pobreza e, particularmente, à exclusão social. O termo surge quando a Europa, atravessando o período de reconstrução do pós-guerra, se depara com o facto de não ter conseguido erradicar a pobreza, vendo-se a braços com novas situações relacionadas com a não cidadania e não participação plena na sociedade. Surge assim o conceito de exclusão social associado às estruturas e normas específicas das sociedades ocidentais, sendo que “(...) a questão central da exclusão nestes países é a dificuldade em aceder a grande número de bens materiais, aos serviços sociais, educativos, sanitários, à protecção social, assim como à participação activa nas decisões que influenciam as suas vidas.” (Estivill, 2003: 15).

Apesar de exclusão social e pobreza não serem a mesma coisa, estando a primeira mais ligada a dimensões existenciais e a segunda ligada aos recursos, o que é certo é que são complementares, na medida em “(...) que exigem uma utilização rigorosa e copulativa para não cair no risco de aplicar uma, ignorar a outra e perder, assim, a capacidade de caracterização, explicação e intervenção.” (Estivill, 2003: 21).

Os novos modelos de sociedade, onde a competitividade é um imperativo para a própria sobrevivência, acabam por criar situações que geram novos tipos de exclusão social e que levam muitas vezes a situações de pobreza. As doenças associadas às grandes exigências do dia a dia, como o *stress* e as depressões, o enfraquecer, e por vezes quebrar, os laços familiares pelo afastamento forçado ou pela simples falta de tempo, o emprego precário para os que não alcançaram o patamar exigido, o próprio desemprego e os

---

<sup>4</sup> <http://www.sovereignty.net/p/gov/madec.html>.

<sup>5</sup> in “A situação social na União Europeia em 2004/ Síntese”.

comportamentos desviantes que muitas vezes daí advêm, como o alcoolismo e a toxicod dependência, são resultados dos novos modelos de vida, podendo mesmo levar a situações extremas de exclusão social como a situação de sem-abrigo<sup>6</sup>.

Se considerarmos que a pobreza é um conceito multidimensional, que pode ter a sua origem não só na dimensão económica como em diversas outras dimensões como a social, a cultural, a ambiental, a política e a informativa, quer dizer que é necessária uma intervenção alargada com estratégias em vários campos, razão pela qual o *mainstreaming* nesta área tem ganho maior peso<sup>7</sup>.

A situação de pobreza da Europa é, sem dúvida, muito distante das duras e cruéis realidades que milhões de habitantes deste nosso planeta vivem. O próprio indicador que é utilizado para medir a pobreza na UE está longe da referência utilizada nos Objectivos do Milénio das Nações Unidas, de percentagem de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia, e que posiciona esta questão numa vertente de subsistência e, até mesmo, de sobrevivência. Não é a pobreza absoluta o problema que a Europa enfrenta internamente. Porém, este é também um problema seu. O mundo há muito que deixou de estar dividido. O efeito da globalização faz com que sejamos um grande agregado familiar, em que as acções de uns intervêm na vida dos outros.

A pobreza absoluta, tão evidente na maioria do continente africano e em parte da Ásia<sup>8</sup>, é um problema da União Europeia e dos seus Estados-membros. É um problema pela vertente humana e solidária, de não podermos continuar imunes ao sofrimento de outros, mas traduz-se também num problema de imigração ilegal, uma vez que existe uma vontade, por vezes desesperada, de fugir à miséria e a procura a todo o custo de uma entrada na Europa; é um problema económico, na medida em que se está a assistir a um grande crescimento das relações comerciais, e ao nível do investimento, entre a Ásia e a África, fazendo com que os custos de produção, baseados num baixo custo do trabalho,

---

<sup>6</sup> No estudo dos sem-abrigo da autoria do Instituto da Segurança Social, de Dezembro de 2005, verificou-se que dos inquéritos feitos aos sem-tecto foram identificados como principais motivos que levaram à situação de sem-abrigo as rupturas familiares e/ou conjugais, os problemas de saúde, o desemprego e a falta de alojamento (ISS, I.P., 2005:91).

<sup>7</sup> O *mainstreaming* da inclusão social é considerado como uma parte do processo para alcançar os objectivos da Agenda de Lisboa, no que concerne à erradicação da pobreza e da exclusão social. É definido como a integração dos objectivos da pobreza e inclusão social em todas as áreas de política, sendo promovido através da participação dos organismos públicos, parceiros sociais, ONG e outros actores relevantes. (Better Policies, Better Outcomes – Promoting the Mainstreaming of Social Inclusion, 2006: 59).

<sup>8</sup> De acordo com o relatório de 2007 das Nações Unidas sobre o desenvolvimento dos Objectivos do Milénio, 41,1% da população da África subsariana e 29,5% da população do Sul da Ásia viviam em pobreza extrema, ou seja, com menos de 1 dólar por dia.

sejam muito reduzidos e signifiquem preços finais com os quais é difícil de concorrer<sup>9</sup>; é um problema ao nível dos recursos naturais que estão a ser utilizados com bastante intensidade<sup>10</sup>.

A par da necessidade de olhar para os graves problemas de pobreza absoluta existentes, tem-se também de olhar para os problemas de pobreza na Europa. Trata-se de uma pobreza relativa, mas nem por isso mais aceitável para quem se encontra nessa situação.

Na pobreza relativa o que está em causa não é tanto a subsistência, mas sim a desigualdade. “São pobres os indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que eles são excluídos dos modos de vida mínimos aceitáveis nos Estados em que vivem. Operacionalmente, tal exclusão costuma ser medida pelo rendimento, considerando-se pobres os indivíduos, famílias e grupos cujos rendimentos não atingem determinada percentagem do rendimento médio (ou mediano) no Estado em que vivem.” (Capucha, 1999:27)

A própria pobreza pode ser relativa consoante a zona do país. Se atendermos ao critério de medição da pobreza através da percentagem do rendimento mediano da população, pode chegar-se à conclusão que para o indivíduo que vive na aldeia aquele rendimento até é suficiente, uma vez que a casa é de família e como tal propriedade própria, não se traduzindo num encargo financeiro, e a terra fornece alguns produtos que complementam a alimentação, diminuindo assim os custos com este sector. Porém, para uma pessoa com características idênticas mas que vive na cidade, o mesmo rendimento poderia significar algum estado de privação uma vez que, regra geral, tem o encargo com a casa, seja alugada ou estando a pagar a hipoteca ao banco, o que só por si absorve uma grande parte do orçamento familiar, a alimentação tem de ser adquirida na sua totalidade, e o próprio meio envolvente exige outras despesas como a necessidade de mais vestuário, os transportes ou os programas sociais.

A relatividade da pobreza e a sua multidimensionalidade constituem, aliás, a razão pela qual, aquando da definição dos indicadores de Laeken, realizada pelo Subgrupo “Indicadores” do Comité de Protecção Social, a medição da pobreza é apresentada como a

---

<sup>9</sup> O investimento asiático nos países africanos menos desenvolvidos, tende a focar-se no sector têxtil, devido, em grande parte, ao baixo custo do trabalho e aos regimes comerciais favoráveis. (World Bank Group Africa Region, Private Sector Unit: 2004) Esta realidade acaba por ter particular reflexo em economias como a portuguesa onde, em 1996, cerca de 1/3 das exportações industriais provinham de sectores como os têxteis, o vestuário e o couro, cuja competitividade é baseada nos custos (Salavisa, 2001: 310).

<sup>10</sup> O principal produto exportado por África é o petróleo, seguindo-se os minerais, os produtos agrícolas e piscatórios. Estes produtos, todos eles recursos naturais, têm sido uma grande exigência da indústria e dos consumidores asiáticos. (World Bank Group Africa Region, Private Sector Unit: 2004)



percentagem daqueles que se encontram abaixo da linha de determinados rendimentos e, como tal, se encontram em risco de serem pobres e não necessariamente numa situação de pobreza. A justificação prende-se com o facto de os baixos rendimentos, por si só, não significarem a existência de uma situação de pobreza e exclusão social, uma vez que não se sabe de que outros recursos a pessoa dispõe, os quais podem passar por poupanças pessoais, rede de suporte familiar, economia informal ou benefícios em género (Atkinson e tal, 2004: 54).

Verifica-se, assim, a própria relatividade do conceito de pobreza relativa. Porém, é importante que ele exista e que seja mensurável, de forma a que se crie um patamar que deverá ser ultrapassado por todos.

Com a instalação do capitalismo no mundo (mesmo naqueles países que negam essa realidade) o rendimento monetário torna-se indispensável, pelo que a sua falta ou insuficiência pode levar, e leva certamente, as pessoas para uma situação de pobreza e até de exclusão social. Tal facto faz com que haja necessidade de se ir mais longe do que a simples criação de emprego para tirar as pessoas de uma situação de pobreza, até porque existem muitos trabalhadores que, apesar de serem remunerados, continuam a ser pobres.

Estima-se que existam cerca de 9%<sup>11</sup> de indivíduos no espaço da União Europeia que, estando a trabalhar, se encontram em risco de pobreza. O indicador *in-work poverty*, que é utilizado no Método Aberto de Coordenação da Inclusão Social e na Estratégia Europeia de Emprego, define os trabalhadores pobres como aqueles indivíduos que estão empregados e cujo rendimento disponível do agregado familiar se encontra abaixo de 60% da mediana do rendimento equivalente nacional disponível. Estas situações estão normalmente relacionadas com baixos salários, emprego precário e incapacidade para encontrar emprego a tempo inteiro (Bardone e Guio, 2005).

Apesar de nem todos os países da União Europeia terem a figura do salário mínimo nacional<sup>12</sup>, os que o têm tentam desta forma garantir um mínimo de subsistência para quem trabalha. Contudo, o montante do mesmo varia significativamente entre os Estados-membros<sup>13</sup>, sendo que, no caso de Portugal, o salário mínimo nacional, que se situa nos

---

<sup>11</sup> SILC, Eurostat 2004.

<sup>12</sup> Vinte dos vinte e sete Estados-membros da União Europeia têm a figura do salário mínimo, sendo que se considerarmos a UE 15 são nove os países com esta política, a saber: a Bélgica, a Espanha, a Grécia, a França, a Irlanda, o Luxemburgo, a Holanda, Portugal e o Reino Unido (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu> consultado em 03/01/2008).

<sup>13</sup> Em Janeiro de 2007 o salário mínimo na UE a 27 situava-se entre os 92€ da Bulgária e os 1570€ do Luxemburgo (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu> consultado em 03/01/2008).

426€<sup>14</sup>, encontra-se bastante abaixo do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem, que era de 712€ em 2006<sup>15</sup>.

“O sector dos serviços vai desempenhar um papel crucial em matéria de emprego” (Esping-Andersen, 2000:80). No entanto, e apesar do uso intensivo de conhecimento em parte deste sector, para combater os elevados níveis de desemprego é necessário estimular também os serviços de baixa produtividade e pouco qualificados, acabando assim por gerar desigualdades (Esping-Andersen, 2000). A clivagem que este cenário pode originar ao nível dos rendimentos, onde se verifica uma distribuição desigual, contribui para a existência de situações de pobreza, inclusive entre aqueles que trabalham.

O nível dos salários, associado aos benefícios públicos e ao acesso a serviços, é mesmo considerado como fundamental para que o mercado de trabalho funcione, de facto, como forma de promoção da inclusão social (Veit-Wilson, 2007).

## **2.2 Políticas públicas no âmbito da pobreza e do emprego**

Para alcançar uma estabilidade financeira no espaço europeu e assegurar a estabilidade da moeda única, a União Europeia estabeleceu regras para as políticas orçamentais, que estão a cargo de cada Governo, definindo objectivos para a dimensão do défice orçamental e da dívida pública, bem como penalizações para os Estados-membros que não as cumpram (Paulo Trigo Pereira et al, 2005: 501). Desta forma, surge o Pacto de Estabilidade e Crescimento que visa estabelecer as linhas de orientação para a disciplina orçamental de cada país, estabelecendo como limite da dívida pública 60% do PIB e para o défice 3% do PIB.

O próprio Pacto de Estabilidade e Crescimento já sofreu uma reforma, no sentido de o adaptar aos objectivos definidos pela Estratégia de Lisboa, pelo que se um país investir parte da sua despesa pública em investigação e inovação, poderá ter mais tempo para a redução do défice.

No que se refere à política social, a União Europeia adoptou outra metodologia, elaborando o Método Aberto de Coordenação, que pressupõe a troca de boas práticas e a definição de metas específicas, tendo em conta as características nacionais (Rodrigues, 2003). Este método teve como origem a dificuldade que se sentiu na definição de uma

---

<sup>14</sup> Decreto-Lei n.º 397/2007, de 31 de Dezembro.

<sup>15</sup> Informação consultada em

[http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL\\_INE/bddXplorer?indOcorrCod=0000639&selTab=tab2](http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/bddXplorer?indOcorrCod=0000639&selTab=tab2) a  
03/01/2007.

meta comum para a redução do desemprego, aquando da preparação do Conselho Europeu do Luxemburgo sobre o emprego, em 1997 (Rodrigues, 2003: 44).

Desta forma, o Método Aberto de Coordenação identifica objectivos comuns ou linhas directrizes, transforma-os em políticas nacionais, adaptados à realidade e especificidade de cada país e faz a respectiva monitorização e avaliação, com base em indicadores comuns que entretanto foram criados (Rodrigues, 2005:7). No entanto, e ao contrário do que acontece relativamente à política orçamental, não tem subjacente qualquer tipo de sanção ou penalização para o seu incumprimento.

Talvez esteja aqui, na inexistência de qualquer penalização, o busílis para a manutenção das elevadas taxas de risco de pobreza que a União Europeia regista. É que as políticas sociais para terem um efeito significativo exigem um grande investimento, que pressupõe uma também grande coragem política.

Tomando como exemplo o caso português, o discurso político utiliza frequentemente o patamar exigido pela União Europeia de não ultrapassar os 3% de défice, sendo pedidos esforços nacionais para o alcance desse objectivo. É um tema sobre o qual a população está familiarizada, elucidada e em nome do qual são pedidos sacrifícios.

Por muito que choque, dificilmente se registaria um consenso nacional para reduzir o número de pobres existentes no nosso país, apesar de serem uma parte significativa da população. Mesmo com cerca de 1/5 da população em risco de pobreza, as preocupações nacionais não são essas<sup>16</sup>, o que quer dizer que não serão também as acções nesta área que mais se traduzirão em votos.

Apesar das virtualidades do Método Aberto de Coordenação e dos avanços que já alcançou, um sistema mais exigente ao nível comunitário daria também aos governos nacionais a possibilidade de porem em prática medidas que não são consideradas populares, mas que se traduziriam num grande progresso do país, como a redução significativa da pobreza e da exclusão social.

Tendo como pano de fundo a importância do regresso ao mercado de trabalho para combater as situações de pobreza e exclusão social, a Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre as acções a empreender à escala da UE para promover a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho (COM, 2006, 44). A inclusão

---

<sup>16</sup> O relatório do Eurobarómetro sobre a realidade social da Europa mostra que as principais preocupações dos portugueses são o custo de vida, o desemprego e os cuidados de saúde. As principais preocupações da UE 25 acabam por não ser muito diferentes, com o desemprego a ocupar o primeiro lugar, seguido do custo de vida e das pensões ([http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_273\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_273_en.pdf) consultado a 05/01/2008).

activa surge como uma abordagem que relaciona três aspectos fundamentais para a redução da pobreza e da exclusão social: “(i) ligação ao mercado de trabalho através de oportunidades de emprego ou formação profissional; (ii) apoio ao rendimento a um nível suficiente, para que as pessoas tenham uma vida condigna; (iii) acesso melhorado aos serviços, que possa contribuir para eliminar alguns dos obstáculos que certos indivíduos e respectivas famílias encontram quando pretendem integrar-se na sociedade, apoiando a sua reinserção na actividade profissional(...).” (COM, 2006, 44:9)

**Políticas activas de mercado de trabalho, rendimento mínimo garantido e acesso aos serviços sociais** são assim apresentados como os três pilares da **inclusão activa**.

Na resposta a esta consulta, a Comissão Europeia lança uma comunicação que visa avançar com a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho (COM, 2007, 620). Nesta comunicação, a Comissão propõe aprofundar o Método Aberto de Coordenação através da adopção de princípios comuns, monitorizando-os e avaliando-os, embora sempre “no pleno respeito pelo princípio da subsidiariedade, bem como pela autonomia e diversidade de situações e necessidades dos Estados-membros.” (COM, 2007, 620: 6)

A crise que se tem verificado nos sistemas de emprego dos países avançados, gera o aumento do desemprego de longa duração e o desemprego precário, fazendo com que se acentuem as desigualdades sociais e a pobreza das populações (Hespanha, 2002:2). Neste sentido, e no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego, é apresentada para o período de 2005-2008 a Directriz n.º 19, através da qual se pretende “assegurar a existência de mercados de trabalho inclusivos, melhorar a atractividade do trabalho, e torná-lo mais remunerador para os que procuram emprego, incluindo as pessoas desfavorecidas e os inactivos” (MTSS, Plano Nacional de Emprego, 2005). As medidas activas como forma de promoção da inclusão activa continuam a ser uma preocupação, constando das directrizes para o crescimento e o emprego, para o período de 2008-2010<sup>17</sup>.

As políticas activas podem ser enquadradas em quatro tipos: serviços públicos de emprego, através de medidas de apoio à procura de emprego; formação profissional, dentro ou fora da empresa; medidas de emprego para os jovens, como complemento a uma educação formal incompleta; e subsídio ao emprego, de forma a garantir a contratação de

---

<sup>17</sup> Informação consultada em [http://ec.europa.eu/growthandjobs/pdf/european-dimension-200712-annual-progress-report/200712-annual-report-integrated-guidelines\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/growthandjobs/pdf/european-dimension-200712-annual-progress-report/200712-annual-report-integrated-guidelines_en.pdf) a 23/01/2008.

peçoas que à partida estão em desvantagem no mercado de trabalho (Centeno e Novo, 2007:6).

No caso de Portugal, as políticas activas de mercado de trabalho<sup>18</sup> estão a ser alvo de reflexão, existindo já propostas de definição da orientação destas políticas, como forma de lidar com o “desafio da sustentabilidade e crescimento do emprego em Portugal” e que passam por (MTSS, 2007: p.15-27):

- Aumentar o emprego jovem e combater o desemprego juvenil; - prevenir e combater o desemprego de longa duração; - aumentar o emprego e combater o desemprego dos trabalhadores idosos; - promover a igualdade de género no mercado de trabalho; - promover o emprego e reduzir o desemprego de quadros qualificados; - aumentar a qualificação e promover a adaptabilidade dos desempregados ou empregados em risco de desemprego; - promover o próprio emprego e o empreendedorismo; - promover a inserção de públicos desfavorecidos; - combater a precariedade do emprego.

Em Portugal existem duas medidas especificamente criadas para o combate à pobreza, através do assegurar de um rendimento mínimo: o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Complemento Solidário para Idosos (CSI). Relativamente ao RSI, este surge na sequência da Recomendação do Conselho de 1992 que pede aos Estados-membros que reconheçam “o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana”<sup>19</sup>. Primeiro com a designação de Rendimento Mínimo Garantido e, mais recentemente, como Rendimento Social de Inserção, esta medida tem a sua primeira experiência em Portugal, através de um projecto-piloto em 1997, com a expansão e generalização em 1998<sup>20</sup>. O RSI português enquadra-se no modelo de rendimento mínimo garantido dos países europeus, posicionando-se como um complemento a outras prestações sociais existentes que, por si só, são insuficientes para evitar situações de pobreza (Guibentif e Bouget, 1997). Em Dezembro de 2007, encontravam-se inseridos nesta medida 311.376 beneficiários<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> O Governo assume como “políticas activas de emprego” a definição do Eurostat e da OCDE, que entende estas medidas como aquelas que são dirigidas a grupos específicos com dificuldades no mercado de trabalho, mais concretamente, pessoas desempregadas, pessoas empregadas em risco de desemprego e inactivos que pretendem entrar no mercado de trabalho mas apresentam qualquer tipo de desvantagem (MTSS, 2007).

<sup>19</sup> Recomendação 92/441/CEE.

<sup>20</sup> Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho.

<sup>21</sup> Dados da segurança social, consultados a 22/01/2008 em [http://www.seg-social.pt/preview\\_documentos.asp?r=16248&m=PDF](http://www.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=16248&m=PDF).

De entre aqueles que se encontram em risco de pobreza em Portugal, a população idosa é a camada onde a taxa de pobreza é mais incidente<sup>22</sup> e é, paralelamente, também a faixa mais vulnerável, uma vez que a obtenção de rendimentos por via do trabalho já não se coloca. Uma das explicações para os níveis acentuados de pobreza registados nos idosos são as baixas pensões auferidas, em parte devido à pouca maturidade do próprio sistema de segurança social, registando-se vários beneficiários com uma carreira contributiva reduzida ou até mesmo inexistente.

Para fazer face à pobreza desta camada da população foi criada, em 2005<sup>23</sup>, uma prestação inovadora em Portugal. Trata-se de um complemento monetário que acresce ao rendimento que o idoso detém, de forma a alcançar o nível que lhe permite colocar-se acima da linha de risco de pobreza. É uma prestação sujeita a condição de recursos, destinada a pensionistas com mais de 65 anos e cujo rendimento não ultrapasse o valor de referência, situado nos 400€ em 2008<sup>24</sup>. O montante da prestação será assim o diferencial entre o rendimento existente e o valor de referência.

Talvez uma das maiores novidades que esta medida trouxe é o facto de ser solicitada também a intervenção da família, nomeadamente dos filhos, no esforço de solidariedade financeira. Dependendo do nível de rendimentos dos filhos, assim é calculado o valor da prestação, uma vez que se entende que, no caso de estes disporem de rendimentos elevados, tal deve ser tido em conta no cálculo, assumindo-se que, podendo, os filhos têm a obrigação de contribuir para o bem-estar dos pais<sup>25</sup>.

Uma outra forma de combate à pobreza e à exclusão social, embora de uma forma mais indirecta, são as respostas sociais. Abrangem todos os segmentos da população, com especial enfoque para os mais vulneráveis, e pretendem dar resposta aos problemas que as pessoas singulares e famílias, fruto das sociedades modernas, enfrentam.

Primeiro, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e, depois, com as novas dinâmicas familiares e profissionais, houve necessidade de criar respostas que assegurassem os cuidados às crianças, aos idosos e às pessoas com deficiência.

---

<sup>22</sup> De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, em 2006 o grupo etário com mais de 65 anos era o que registava a maior taxa de risco de pobreza, situando-se nos 26% (informação consultada em [http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL\\_INE/Destaques?DESTAQUESdest\\_boui=11230479&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Destaques?DESTAQUESdest_boui=11230479&DESTAQUESmodo=2) a 21/01/2008).

<sup>23</sup> Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro.

<sup>24</sup> Portaria n.º 209/2008, de 27 de Fevereiro (o valor de referência apresentado é de 4.800€, correspondente a 12 meses/ano).

<sup>25</sup> Este princípio está expresso no próprio Código Civil, através do art. 2009º, que define as pessoas que estão obrigadas à prestação de alimentos e onde consta, em segundo lugar, os descendentes.

Em Portugal, 65,9% dos equipamentos sociais são de instituições particulares de solidariedade social<sup>26</sup>, as quais são comparticipadas financeiramente pelo Estado pela prestação desse serviço. São instituições que nascem da organização da sociedade civil, sendo em muitos casos iniciativas das entidades religiosas, e que, por definição, não visam o lucro<sup>27</sup>.

Apesar de o Estado assegurar, mesmo que através de terceiros, a existência de respostas sociais e o acesso às mesmas, o modelo em vigor tem suscitado algumas dúvidas, na medida em que deixa desprotegidos aqueles que não conseguem um lugar numa instituição comparticipada publicamente, sendo, em muitos casos, os que dela mais necessitam. Está-se como tal a assistir a uma mudança de paradigma, transferindo-se o financiamento das instituições para as famílias, cabendo a estas a escolha do local onde irão obter o serviço desejado.

### **2.3 O Modelo Social Europeu ou os diversos modelos sociais**

O *Welfare State* é um produto do pós-Segunda Grande Guerra Mundial (Pierson, 1991: 102). Contudo, a necessidade de existir protecção social surgiu muito antes.

A protecção social, na forma de segurança social, surge da necessidade de adaptar a Lei dos Pobres<sup>28</sup> às novas realidades. Sendo o assegurar o mínimo uma exigência das comunidades e, devido aos novos modelos de sociedade que inviabilizaram qualquer eficácia de uma ajuda local, tendo o Estado que assegurar esse mesmo mínimo, passou também a exigir que os cidadãos, através de certos mecanismos, se prevenissem dos infortúnios da vida. Esta atitude visava não só zelar pelo bem-estar daqueles que não o sabiam fazer por si sós, mas também, e principalmente, evitar os custos que a sociedade teria de suportar com uma ajuda *a posteriori* (Hayek, 1960).

Foram então configurando-se vários modelos de protecção, com destaque para o Estado Social de Bismark onde, a partir de 1880, o Estado introduz os seguros contra

---

<sup>26</sup> O sector não-lucrativo, onde além das IPSS se incluem outras entidades sem fins lucrativos, as entidades públicas e os serviços sociais das empresas, representa 73% do universo das entidades proprietárias de equipamentos sociais (MTSS, Carta Social, 2006).

<sup>27</sup> Despacho Normativo n.º 75/92, de 20 de Maio (regula a cooperação entre a segurança social e as instituições particulares de solidariedade social).

<sup>28</sup> A primeira Lei dos Pobres oficial foi implementada em 1601, durante o reinado da Rainha Isabel I, de Inglaterra. O pretexto utilizado pelo Estado para a sua criação, era de que esta lei servia para proteger os pobres dos efeitos da guerra, das epidemias, da fome e da clausura. Porém, o verdadeiro objectivo era evitar os distúrbios que a situação social poderia causar, controlando para o efeito a mobilidade, a segurança e as condições materiais de vida (The New Palgrave: A Dictionary of Economics, 1987: 913 – Volume 3).

acidentes, doença e velhice, e para o Plano Beveridge, em 1942, que expressa os grandes princípios da constituição do Estado-Providência moderno.

Os contornos do Estado Social estavam assim desenhados e começaram a ser postos em prática na Europa e nos EUA, no final da Segunda Grande Guerra Mundial.

A existência de um sistema de protecção social era reconhecido como necessário, tendo a sua prestação sido assumida como uma competência e responsabilidade do Estado. O modo de prestar é que se apresentava como alvo de divergência. Para Hayek a prestação não devia estar na exclusiva dependência do Estado. O argumento utilizado era de que a prestação do apoio social por uma única instituição pública, apesar de no início permitir uma maior cobertura na actuação, podia impedir a evolução de outras instituições que eventualmente até conseguiriam melhores resultados. A questão não é, assim, da existência da segurança social, mas sim da existência de uma segurança social pública que se apresenta numa posição de monopólio (Hayek, 1960).

Surge assim a defesa de uma posição minimalista do Estado, fortemente defendida por Nozick, que considera que as funções acrescidas que o Estado entretanto conquistou e em torno das quais existe um alargado consenso, devem ser abandonadas (Nozick, 1974 - citado por Wolff, 2004). O objectivo seria alcançar um tipo de Estado em que o sector público tem um peso mínimo na economia e que apenas fornece um conjunto de bens públicos necessários ao bom funcionamento dos mercados.

De facto, a despesa pública dos EUA em protecção social é das mais baixas do conjunto de países da OCDE<sup>29</sup>, existindo em contraponto uma larga rede de assistência privada.

Por outro lado, a Europa manteve-se fiel ao regime de *welfare state* original, isto é, na dependência do Estado. Apesar de nem todo o espaço europeu e, mais precisamente, da União Europeia, apresentar níveis iguais de protecção social, sentiu-se a necessidade de tornar comuns os objectivos de política social. Desta forma, surge a Carta Social Europeia, de 1961, e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, também designada de Carta Social, de 1989 (o Reino Unido só adoptou esta Carta Social em 1998). Estas Cartas foram criadas com o intuito de assegurar a intervenção dos Estados na promoção do emprego, melhoria das condições de trabalho, protecção social adequada,

---

<sup>29</sup> Segundo dados da OCDE, em 2001 apenas o México, a Coreia e a Irlanda tinham uma despesa pública em protecção social menor que os EUA (<http://www.oecd.org/dataoecd/56/37/31613113.xls>, consultado a 24/01/2008).



diálogo social e formação dos recursos humanos que permita um nível de emprego elevado e sustentável e luta contra a exclusão.

No Conselho Europeu de Nice, a 7 de Dezembro de 2000, foi proclamada e assinada a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que reunia num único documento todos os direitos dos cidadãos europeus que estavam dispersos pelos tratados e outros documentos legais. Garantia-se, assim, uma percepção clara e mais visível dos direitos existentes<sup>30</sup>. Esta Carta foi incluída como parte integral no Tratado Constitucional, cujo processo de ratificação foi interrompido, após a sua recusa em referendo por parte da Holanda e da França. No Tratado de Lisboa, assinado a 13 de Dezembro de 2007, a Carta é remetida para anexo, fazendo-se-lhe no texto uma referência. Apesar de não constar no texto integral, a Carta tem o mesmo valor jurídico que os tratados<sup>31</sup>.

No artigo 34.º da Carta é reconhecido o direito à segurança social e assistência social, nomeadamente: o acesso às prestações de segurança social e aos serviços sociais que concedem protecção; que esses direitos sejam aplicados a todos aqueles que residam ou se desloquem legalmente na União Europeia; e o direito a uma assistência social e ajuda à habitação, de forma a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos para assim combater a pobreza e a exclusão social.

Fica desta forma patente a intervenção e responsabilização que se pede aos Estados-membros em matéria de protecção social.

Mas os níveis de protecção existentes nos diversos países da UE estão longe de serem iguais, até porque as características históricas de cada país foram decisivas para a configuração do seu modelo social (Esping-Andersen, 1990). Desta forma, não existe um Modelo Social Europeu, mas vários modelos sociais.

No seu livro *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Esping-Andersen identifica três tipos de regimes de protecção social onde os Estados se inserem: o liberal, o conservador e o social-democrata.

Uma outra contribuição específica as diferenças dos países do sul da Europa, apresentando quatro famílias de protecção social, diferenciadas relativamente à cobertura de riscos e elegibilidade, à estrutura dos benefícios, aos mecanismos de financiamento e às configurações institucionais: a **escandinava**, onde se incluem os países-referência de

---

<sup>30</sup> Informação consultada em [http://europa.eu/scadplus/glossary/social\\_policy\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/glossary/social_policy_pt.htm) e [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=3614#](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3614#).

<sup>31</sup> A decisão de a Carta não constar do texto integral do Tratado de Lisboa não deverá ter estado alheio o facto de o Reino Unido e a Polónia terem negociado situações de excepção para a aplicação da Carta nos seus territórios.

quando se fala em *welfare state*, a saber a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia; a **anglo-saxónica**, representada pelo Reino Unido e pela Irlanda (apesar de a Irlanda ter algumas diferenças relativamente ao Reino Unido, este é o modelo que mais se assemelha com as suas características); a **continental**, da qual fazem parte a Bélgica, a Alemanha, a Holanda, a França, a Áustria e o Luxemburgo; e, finalmente, a do **Sul**, onde se enquadra a Itália, a Espanha, Portugal e a Grécia. (Ferrera, Hemerijck, Rhodes, 2000).

A existência de diversos regimes, e respectivos tipos e níveis de protecção está intimamente ligada à evolução histórica dos países. Se intervieram ou não nas duas Grandes Guerras Mundiais, se sim com que intensidade tiveram de se reconstruir e reorganizar, se viveram regimes ditatoriais, se têm um historial de aposta na educação e formação da população, em suma, todas estas variáveis contribuem para o que é o modelo de *welfare state* existente.

Apesar de haver diferenças entre países que detêm o mesmo tipo de modelo social, as suas semelhanças são significativas, o que torna possível a análise da situação ao nível da protecção social de apenas um país de cada família, permitindo assim apresentar as características dos vários tipos de regime. Para ajudar nesta caracterização recorreu-se também às prioridades ao nível de política de inclusão social que cada país definiu em 2006, no seu Relatório Nacional. Esta informação permite posicionar o país relativamente aos constrangimentos que enfrenta e quanto à estratégia de resolução dos mesmos.<sup>32</sup>

### **2.3.1 O modelo escandinavo: O caso da Suécia**

Quando se fala no modelo de referência dos países nórdicos, regra geral a Suécia vem logo à mente. Neste país, a protecção social é considerada um direito de cidadania, com uma cobertura universal, em que todos têm direito às mesmas prestações de base.

As respostas sociais são prestadas quase na exclusividade pelo Estado, o que faz com que este seja também um importante empregador nesta área. Este emprego caracteriza-se por ser fortemente feminino, tendo sido um impulsionador para a entrada da mulher no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a necessidade de criação de respostas às necessidades das famílias, uma vez que passaram a ter o elemento feminino ausente durante o dia.

As despesas sociais são financiadas largamente pela receita fiscal.

---

<sup>32</sup> Para a caracterização dos regimes de *welfare state* bem como da situação de alguns países, foi consultado o trabalho de Ferrera, Hemerijck e Rhodes (2000) e o Joint Report on Social Protection and Social Inclusion (2007).

Os benefícios e serviços sociais estão concentrados nas autoridades públicas, centrais e locais, com excepção do subsídio de desemprego que não é obrigatório e é gerido pelos sindicatos.

No âmbito da protecção e inclusão social, o Relatório Nacional Sueco de 2006 para estas questões, apresentou quatro prioridades ao nível da política a seguir:

1.<sup>a</sup> - Promover trabalho e educação para todos, como forma de combater a pobreza e exclusão social. Note-se que a Suécia apresenta uma das mais elevadas taxas de emprego da UE e uma das mais baixas taxas de abandono escolar precoce, o que mesmo assim não os demove de apostar a este nível;

2.<sup>a</sup> - Aumentar a integração, nomeadamente através de uma participação na sociedade, no assegurar de um rendimento próprio, na protecção dos direitos democráticos, no trabalhar para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e no prevenir o racismo e a discriminação étnica;

3.<sup>a</sup> - Assegurar alojamento digno e combater o problema dos sem-abrigo;

4.<sup>a</sup> - Apoiar grupos que se encontram em situações particularmente vulneráveis. Esta ajuda focaliza-se nos jovens, que põem a sua saúde e desenvolvimento em risco pela criminalidade ou uso abusivo de substâncias, e pretende fornecer-lhes um conjunto de cuidados especiais.

### **2.3.2 O modelo continental: O caso da Alemanha**

No modelo continental, onde se inclui a Alemanha, os direitos sociais, mais precisamente as prestações concedidas, estão muito relacionadas com a categoria socioprofissional e/ou a situação familiar. Está muito subjacente a este modelo a lógica do seguro, uma vez que os benefícios auferidos são em grande parte proporcionais aos rendimentos e o financiamento é feito através de contribuições.

A taxa de substituição<sup>33</sup> é elevada e a cobertura inclusiva, o que faz com que o nível de despesa e a carga fiscal sejam também elevados.

A maior parte da população encontra-se abrangida por seguros sociais, sendo que a adesão a este sistema é feita através do início de uma actividade profissional remunerada. Os sindicatos e as confederações patronais participam na gestão destes esquemas de seguro.

---

<sup>33</sup> Entende-se por taxa de substituição das prestações a “relação existente entre o valor das prestações e o quantitativo das remunerações que visam substituir, expressa em determinada percentagem” (Neves: 725).

O Relatório Nacional Alemão apresentou, no âmbito da inclusão social, sete prioridades para o período de 2006-2008:

- 1.<sup>a</sup> - Aumentar a participação no mercado de trabalho;
- 2.<sup>a</sup> - Reduzir as desvantagens na educação e na formação profissional. A definição desta prioridade está fortemente relacionada com a constatação de que existe uma forte correlação entre o nível sócio-económico dos pais e o nível escolar das crianças;
- 3.<sup>a</sup> - Modernizar as políticas da família e das crianças de forma a erradicar a pobreza infantil;
- 4.<sup>a</sup> - Melhorar a integração dos imigrantes;
- 5.<sup>a</sup> - Combater a discriminação sobre as pessoas com deficiência;
- 6.<sup>a</sup> - Reforçar o papel dos serviços sociais e da sociedade civil;
- 7.<sup>a</sup> - Melhorar a governação.

### **2.3.3 O modelo anglo-saxónico: O caso do Reino Unido**

Tomando o Reino Unido como referencial do regime anglo-saxónico, temos uma protecção social que não é completamente universal, embora seja bastante abrangente. A assistência social e os benefícios sujeitos a condição de recursos<sup>34</sup> são bastante extensivos.

Os serviços sociais são financiados através de impostos, mas as contribuições concorrem para o financiamento das prestações pecuniárias.

O Estado-Providência é centralizado e gerido exclusivamente pela administração pública.

O combate à pobreza e exclusão social no Reino Unido é assente no princípio de trabalho para os que podem trabalhar e apoio para aqueles que não o podem fazer. Este princípio é, aliás, similar à filosofia subjacente à própria Lei dos Pobres, anteriormente referenciada.

A aposta deste país no trabalho tem uma grande projecção a partir dos anos 80, com a introdução de subsídios aos salários, como suplemento aos ordenados baixos. Eram apoios extra, como a compensação de despesas com crianças, que eram dados àqueles que trabalhavam, pretendendo-se assim que servisse de incentivo à procura e manutenção do emprego.

---

<sup>34</sup> Condição de recursos é a “condição ou requisito de atribuição de prestações dos regimes de segurança social, em especial do regime de solidariedade, e da acção social, que se caracteriza pelo facto de o reconhecimento desse direito (selectividade pessoal ou atinente ao beneficiário) ou apenas a determinação, por modulação, do valor dos benefícios (selectividade material ou relativa às prestações), depender da existência de rendimentos não superiores a um certo nível estabelecido na lei” (Neves, 2001: 195).

Esta metodologia conseguiu reduzir significativamente o desemprego, contudo aumentou o número de trabalhadores pobres.

O Relatório Nacional do Reino Unido de 2006 aponta quatro prioridades no âmbito da inclusão social:

1.<sup>a</sup> - Eliminar a pobreza infantil, através da estabilidade financeira, quebrando assim os ciclos de pobreza, bem como através da promoção da educação;

2.<sup>a</sup> – Aumentar a participação no mercado de trabalho, focando a activação nos pais solteiros, nas pessoas afastadas do mercado de trabalho por questões de saúde e nos indivíduos com mais de 50 anos;

3.<sup>a</sup> – Promover o acesso a serviços de qualidade, através da competitividade na prestação das respostas;

4.<sup>a</sup> – Combater a discriminação, sobretudo em relação às pessoas com deficiência e de minorias étnicas.

#### **2.3.4 O modelo do Sul: O caso de Portugal**

Este regime, apesar de ter uma forte intervenção do Estado, caracteriza-se por ter níveis de protecção relativamente baixos, sobretudo se comparados com os outros modelos existentes. Esta realidade prende-se em grande parte com a história do país e com o contexto socioeconómico do mesmo, sendo reconhecido o atraso que os países do Sul sempre manifestaram relativamente ao resto da Europa.

No caso de Portugal, a protecção social tem o que se pode considerar de uma existência ainda recente, uma vez que o regime de *welfare state* parecido com o que hoje se conhece só começa a desenvolver-se de uma forma generalizada após o processo de democratização implantado pela revolução de 25 de Abril de 1974, consolidando os seus primeiros passos através da Constituição de 1976. Esta situação contrasta com a da Europa industrializada que vê a consolidação do *welfare state* logo após a Segunda Grande Guerra. Acresce que, desde a revolução de Abril até à entrada na Comunidade Económica Europeia, em 1986, Portugal vivia uma grande instabilidade económica e uma grande falta de recursos económicos e institucionais que permitissem pôr em prática as políticas sociais (Capucha, 2005). Em grande parte devido a este cenário, a família acabava por ser a grande prestadora da protecção social, com particular incidência na mulher, a quem cabia tomar conta das crianças e/ou dos idosos. Este cenário, aliado à visão tradicionalista do papel da mulher, fez com que o emprego feminino fosse reduzido. Porém, sendo esta a situação dominante dos países que compõem o modelo do Sul, Portugal nesta matéria apresenta-se

como uma exceção, uma vez que tem taxas de emprego feminino bastante superiores à dos seus pares<sup>35</sup>.

Os benefícios e serviços familiares são ainda pouco desenvolvidos e os encargos sociais são bastante utilizados. Os impostos começam a substituir as contribuições como fonte de financiamento dos serviços sociais.

Portugal, no seu Relatório Nacional para 2006, apresentou três prioridades:

1.<sup>a</sup> - Combater a pobreza infantil e dos idosos, através de medidas que assegurem os direitos básicos de cidadania;

2.<sup>a</sup> - Corrigir as desvantagens ao nível das qualificações, como forma de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza;

3.<sup>a</sup> - Ultrapassar a discriminação, através da inclusão das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

Apesar de pertencerem a diferentes modelos de *welfare state*, existem prioridades que são comuns aos quatro países analisados, como é o caso do combate à discriminação, com a especificação das pessoas com deficiência e dos imigrantes ou minorias étnicas. Esta preocupação pode ser encarada como prova de algum grau de consolidação e maturidade do Modelo Social Europeu, em que já se começa a ir mais além do que a preocupação com os níveis da protecção social que serve a maioria da população, passando a haver uma especial atenção para os grupos desfavorecidos e minoritários.

O combate à pobreza infantil só não é prioridade para o governo sueco, o que evidencia o distanciamento que aquele país, enquanto exemplo do modelo escandinavo, tem relativamente aos outros regimes de protecção social, na medida em que o risco de pobreza infantil existente é igual ao das outras faixas etárias, pelo que o problema da pobreza é encarado no seu todo<sup>36</sup>.

A educação e qualificação aparecem também como uma prioridade partilhada pelos quatro governos. Se, para o modelo escandinavo, mas também para o continental e o anglo-saxónico, este reconhecimento da necessidade de apostar na educação não é novo, uma vez que têm reduzidas taxas de abandono escolar precoce, evidenciando assim uma aposta antiga nesta área, os países do Sul caracterizam-se exactamente pelo oposto, isto é,

---

<sup>35</sup> Taxa de emprego feminino em 2005 – Portugal: 61,7%; Espanha: 51,2%; Grécia: 46,1%; Itália: 45,3% (Joint Report on Social Protection and Social Inclusion, 2007).

<sup>36</sup> Com excepção da Suécia, os restantes países analisados apresentam uma taxa de pobreza infantil superior à taxa referente à totalidade da população: Suécia – risco de pobreza infantil e total, 9% e 9%; Alemanha – risco de pobreza infantil e total – 14% e 13%; Reino Unido – risco de pobreza infantil e total – 22% e 19%; Portugal – risco de pobreza infantil e total – 24% e 20% (in Joint Report on Social Protection and Social Inclusion, 2007).

por elevadas taxas de abandono escolar<sup>37</sup>, pelo que a prioridade nesta área pode assumir-se como o reconhecimento de que a aposta no conhecimento e aquisição de competências é a única via para se competir na sociedade do conhecimento que cada vez mais marca a nossa época.

Por último, de referir que a inserção no mercado de trabalho é uma tónica constante, facilmente compreensível se tivermos em conta a actual estratégia de crescimento e emprego, delineada no âmbito da Estratégia de Lisboa revista. Portugal aparece neste campo como a excepção, uma vez que não destaca esta área como forma de combater a pobreza e exclusão e promover a inclusão social.

### **3. Questões de pesquisa: apresentação e operacionalização**

Conforme já foi visto, a reorientação estratégica da Agenda de Lisboa foca-se no crescimento e no emprego, tentando alcançar um crescimento sustentável através do conhecimento e da inovação, tornando a Europa mais atractiva para investir e trabalhar e criando mais e melhores empregos (Rodrigues, 2005:5). A principal questão é saber se esta estratégia irá conseguir combater os níveis de pobreza registados na União Europeia, não se afastando assim do objectivo da Agenda de Lisboa definida em 2000, de promover a coesão social. Desta forma, a questão principal desta pesquisa pode resumir-se à seguinte pergunta:

*- A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?*

Esta questão tem o seu enfoque na criação de emprego enquanto estímulo da economia, com vista ao seu crescimento. Porém, existem algumas questões secundárias para as quais é necessário encontrar resposta. Assim, importa analisar a questão do emprego na sua dimensão individual, ou seja, a forma de o indivíduo obter rendimento, pelo que importa saber:

*- Sair de uma situação de desemprego, através da obtenção de emprego remunerado, significa sair da pobreza?*

---

<sup>37</sup> A Grécia destaca-se largamente neste campo dos seus congéneres, na medida em que apresenta uma taxa de abandono escolar bastante mais reduzida: em 2005 a taxa de abandono escolar era em: Portugal – 38,6%, Espanha – 30,8%, Itália – 21,9% e Grécia – 13,3% (Joint Report on Social Protection and Social Inclusion, 2007).

A pergunta servirá para aferir se todos aqueles que conseguem obter emprego conseguem, dessa forma, sair da situação de pobreza em que se encontravam. O que estará aqui em análise será a criação de mais emprego, mas também a diminuição da taxa de desemprego existente.

Para se analisar a relação que existe entre o emprego e a pobreza é necessário olhar também para a protecção social existente, na medida em que ela actua ao nível do emprego, ou melhor, do desemprego, e no combate à pobreza, tanto mais se tivermos em conta que a União Europeia engloba diferentes modelos sociais. Assim, impõe-se a seguinte questão:

*- As taxas de pobreza estão relacionadas com os modelos sociais existentes?*

Desta forma tenta avaliar-se o impacto do combate à pobreza, tendo em consideração a diversidade dos modelos sociais, os quais condicionam fortemente os resultados de políticas públicas semelhantes, designadamente visando a criação de emprego. De que decorre a questão seguinte:

*- e, se assim for, devem as políticas públicas de combate à pobreza ser substancialmente diferenciadas de país para país, segundo o modelo dominante em cada um?*

Para obter resposta a estas questões e conforme também já foi expresso, iremos analisar os indicadores estruturais da União Europeia a 15 no período de 1995 a 2005.

Os indicadores estruturais, fornecidos pelo EUROSTAT, cobrem seis domínios, a saber: Contexto Económico Geral; Emprego; Inovação e Investigação; Reforma Económica; Coesão Social; e Ambiente.

Para o trabalho em apreço, nem toda a informação fornecida por estes indicadores é relevante, correndo-se inclusive o risco de ser informação em excesso e prejudicar a posterior análise de dados. Apesar de o tema central girar à volta do emprego e da pobreza, indicadores económicos ou até mesmo da inovação e conhecimento são essenciais para obter as respostas às questões levantadas. Assim, procedeu-se à selecção dos indicadores que se passa a enunciar, com a justificação do respectivo interesse para o presente estudo:



*Contexto económico geral:*

### **PIB per capita a preços constantes e em paridade de poder de compra**

O indicador que mede o PIB per capita a preços constantes e em paridade de poder de compra, dá-nos a real noção do nível de vida dos habitantes de cada país, uma vez que permite fazer comparações, facto que torna este indicador muito importante, uma vez que, evidencia as diferenças entre os Estados-membros.

Apesar de a referência deste indicador, na data em que os dados foram extraídos, ser a Europa a 25, pela importância do mesmo optou-se por recorrer a este, apresentando a situação verificada relativamente aos países que compõem a UE a 15.

### **Taxa de crescimento do PIB**

O indicador da taxa de crescimento do PIB permite-nos saber o crescimento económico que a União Europeia e os seus Estados-membros registaram. Um crescimento económico sustentável é essencial para conseguir actuar-se em todas as outras áreas, onde naturalmente se inclui a da pobreza.

Este indicador vai-nos permitir aferir se o crescimento económico, a existir, tem replicações positivas nas áreas em estudo.

### **Crescimento do emprego** (variação anual em percentagem do total da população empregada)

O crescimento do emprego, com a criação de mais postos de trabalho, é também sinal da vitalidade da União Europeia e um forte contributo para o desenvolvimento económico, além de um objectivo assumido na Estratégia de Lisboa, que importa ver se está a ser alcançado.

*Emprego:*

### **Taxa de emprego** (percentagem de pessoas entre os 15 e os 64 anos que se encontram empregadas)

Apesar de existirem vários indicadores relacionados com o emprego, para o efeito iremos centrar-nos na taxa de emprego, uma vez que é expressa a vontade da União Europeia de fazer subir a percentagem de pessoas empregadas. Acresce que um dos aspectos que se pretende analisar com o presente trabalho, é saber se a criação de mais emprego e, portanto, o aumento de pessoas empregadas, faz reduzir os níveis de pobreza.

**Taxa de desemprego** (percentagem de pessoas que no total da população activa se encontram desempregadas)

A taxa de desemprego é também importante, pois pode traduzir-se num factor debilitante na economia, uma vez que reduz o poder de compra dos visados e aumenta os encargos do Estado com despesas de protecção social.

*Inovação e Investigação – Recursos Humanos:*

**Despesas com educação** (despesa pública em educação, em percentagem do PIB)

A transição para uma economia e uma sociedade do conhecimento, como é preconizada pela Agenda de Lisboa, tem de assentar numa aposta na qualificação dos recursos humanos. Os gastos públicos com despesas em educação são reveladores do investimento dos Estados-membros nesta área e podem ser fundamentais para o alcance do modelo de sociedade que se pretende. A estratégia de criação de melhores empregos assenta muito nas competências e capacidades dos indivíduos.

A formação do capital humano faz-se muito pela aposta na aquisição de competências precocemente, através do pré-escolar. Contudo, dado que este indicador não consta da lista de indicadores estruturais definidos para a União Europeia, o mesmo não será analisado.

**Nível de escolaridade dos jovens** (percentagem de jovens com idades entre os 20 e os 24 anos, que atingiram no mínimo, o nível secundário de escolaridade)

O nível de escolaridade existente entre os jovens, permite aferir qual o potencial, ao nível do capital humano, de cada país e conseqüentemente, o seu posicionamento numa sociedade do conhecimento.

*Coesão Social:*

**Desigualdade na distribuição do rendimento**

A desigualdade na distribuição do rendimento é uma forte ameaça à coesão social de uma sociedade. De facto, regra geral, as taxas mais elevadas deste indicador estão associadas a países em vias de desenvolvimento. O fosso existente entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres de cada país será provavelmente determinante para os níveis de pobreza registados, bem como responsável pela emergência de conflitos sociais.

### **Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais**

Através do indicador de taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais, ficamos com a informação de como seria a risco de pobreza se não houvesse intervenção do Estado, através da protecção social.

### **Taxa de risco de pobreza após as transferências sociais**

Com o indicador da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais ficamos a saber o peso da intervenção de cada Estado-Membro e do conjunto da UE, bem como o seu impacte na redução da pobreza. É um pouco o tipo de modelo social que aqui fica expresso, podendo-se, desse modo, analisar a influência do mesmo nos níveis de pobreza registados.

### **Taxa de risco de pobreza persistente**

Considera-se como pobreza persistente as pessoas que nos últimos três anos estiveram pelo menos dois anos abaixo do risco de pobreza. Isto significa que poder-se-á estar perante uma situação de pobreza estruturante, da qual será mais difícil sair do que se estivesse perante uma situação de pobreza decorrente de um acontecimento pontual, como a perda de emprego ou uma situação de doença. É o chamado ciclo da pobreza com o qual é difícil romper, podendo ser necessárias medidas mais activas de combate à pobreza por parte dos Estados.

**Abandono escolar precoce** (percentagem de jovens entre os 18 e 24 anos, que completaram a escolaridade obrigatória (ISCED2 – 3.º ciclo) ou menos e que não frequentam qualquer acção de educação ou de formação)

Nas sociedades actuais, a aquisição de competências e qualificações é fundamental, sendo que a sua ausência, ou a existência a um nível reduzido, pode ser um forte contributo para uma situação de risco de pobreza, uma vez que a fraca escolaridade irá condicionar o indivíduo no acesso ao emprego, mas também no acesso aos serviços, à informação, entre outros aspectos fundamentais à vivência em comunidade.

### **Taxa de desemprego de longa duração**

A não resolução do problema de desemprego no espaço de um ano, pode atirar as pessoas para uma situação de pobreza, uma vez que se vêm privadas de rendimento

durante um longo período e, em muitos casos, deixam também de ter direito a protecção social, por se ter esgotado o prazo de concessão da mesma.

**Agregados familiares onde ninguém trabalha** (percentagem de pessoas entre os 18 e os 59 anos que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha)

A percentagem de pessoas, em idade activa, que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha, pode reflectir vários cenários: ou trata-se de pessoas que têm como fonte de rendimentos bens e riqueza pessoal; ou são pessoas cujo rendimento provém de prestações e apoios sociais; ou, no pior cenário, estamos perante pessoas que vivem numa situação de pobreza extrema, uma vez que não têm qualquer fonte de rendimento.

Este indicador não especifica em que estado se encontram os indivíduos que fazem parte deste conjunto e, apesar de permitir identificar pessoas que poderiam ser incluídas no mercado de trabalho, ou potenciais situações de pobreza, por via da privação decorrente da ausência de rendimentos salariais, o Subgrupo do Comité da Protecção Social, que esteve na origem da criação deste indicador, não o considera apto para esse efeito.

Este indicador é então definido como uma medida dos contactos estabelecidos entre os agregados familiares e o mundo do trabalho, como forma de perceber as relações de trabalho verificadas nas sociedades europeias modernas (Atkinson et al, 2004: 57).

## **4. Uma primeira caracterização da evolução da pobreza na União Europeia (1995-2005)**

### **4.1 A evolução da pobreza na União Europeia**

Porque falamos cada vez mais a uma só voz, iremos analisar, em primeiro lugar, o que tem sido a realidade da União Europeia a 15 no período de 1995 a 2005<sup>38</sup>. Saber as trajectórias relativamente a cada indicador é fundamental para conhecer o passado e perspectivar o futuro, principalmente no que concerne à identificação da distância que nos separa das metas definidas para 2010, pela Agenda de Lisboa.

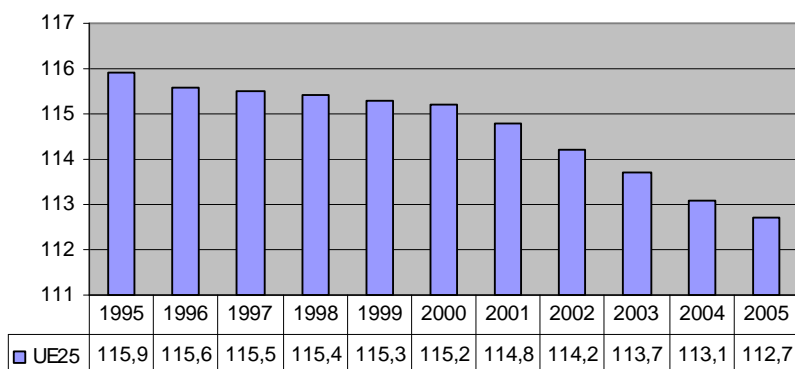
---

<sup>38</sup> Os dados que a seguir se apresentam são do Eurostat, tendo sido consultados a 03/02/2008 em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/extraction/retrieve/en/theme0/strind/strind\\_t?OutputDir=EJOutputDir\\_1722&user=unknown&clientsessionid=6BE90FC45A7BC2DE52E59CB046F96F25.extraction-worker-1&OutputFile=strind\\_t.htm&OutputMode=U&NumberOfCells=2880&Language=en&OutputMime=text%2Fhtml&](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/extraction/retrieve/en/theme0/strind/strind_t?OutputDir=EJOutputDir_1722&user=unknown&clientsessionid=6BE90FC45A7BC2DE52E59CB046F96F25.extraction-worker-1&OutputFile=strind_t.htm&OutputMode=U&NumberOfCells=2880&Language=en&OutputMime=text%2Fhtml&).

O indicador do PIB *per capita* a preços constantes e em paridade de poder de compra permite-nos aferir o nível de vida, neste caso, dos habitantes europeus. Pela análise do gráfico 1, regista-se uma descida permanente desse mesmo nível de vida. Para a ocorrência desta situação poderá ter contribuído a entrada dos novos Estados-membros, uma vez que este indicador tem como referência a UE a 25.

**Gráfico 1**

**PIB per capita a preços constantes na UE15  
(1995 a 2005) (UE25=100)**



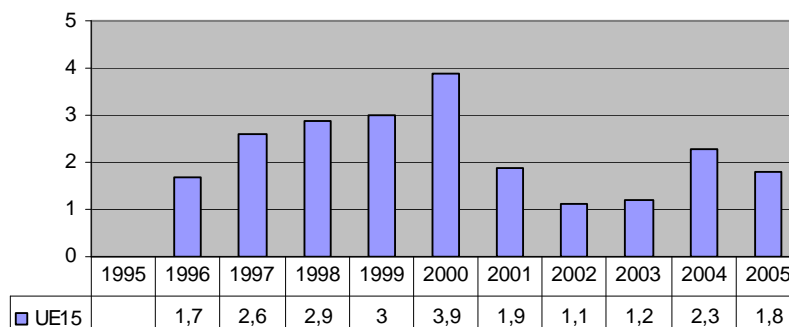
Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

A partir de 1996 (uma vez que só estão disponibilizados dados a partir dessa data), a União Europeia inicia uma rota ascendente de crescimento do PIB, tendo tido o seu melhor resultado em 2000, com uma taxa de 3,9% (gráfico 2). Este clima económico positivo é evidenciado na própria Agenda de Lisboa, tendo sido reconhecido no Conselho Europeu de Lisboa de 2000 de que se estava perante uma das “melhores perspectivas económicas desde há uma geração” (Conselho Europeu de Lisboa 2000, Conclusões da Presidência: 1). Mas, em 2001, muito provavelmente em consequência do ataque às Torres Gémeas em Nova York e da consequente crise dos mercados financeiros, registou-se uma grande quebra do ritmo de crescimento até então vivido, registando-se nesse ano metade do crescimento verificado em 2000.

A retoma foi tímida, com um crescimento que se situava nos 1,8% em 2005, o que deixa longe os 3% previstos como “perspectiva realista para os próximos anos” (Conselho Europeu de Lisboa 2000, Conclusões da Presidência: 2).

**Gráfico 2**

**Taxa de crescimento do PIB na UE15 (1995 a 2005)**

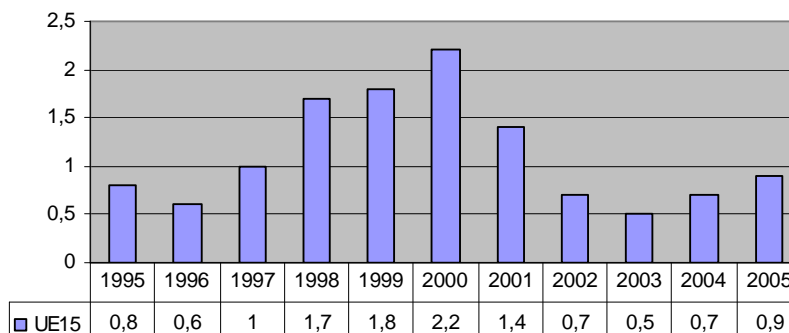


Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais  
Nota: não são disponibilizados dados para 1995.

Apesar de se verificar sempre algum crescimento do emprego, este não tem sido a um ritmo constante, registando-se algumas oscilações. De 1998 a 2000 foram os anos onde ocorreu um maior crescimento do emprego, tendo o auge acontecido mesmo em 2000, com um crescimento de 2,2%. Desde 2001, o ritmo de crescimento do emprego tem abrandado, tendo-se registado em 2005 um crescimento de 0,9%, conforme é visível no gráfico 3.

**Gráfico 3**

**Crescimento do emprego na UE15 (1995 a 2005)**

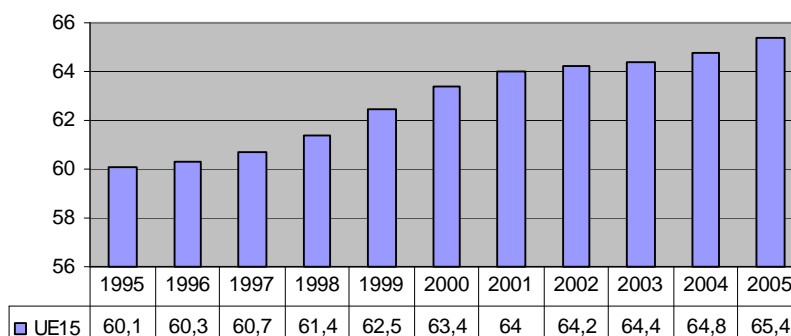


Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Apesar de ainda estarmos longe do objectivo definido pela Agenda de Lisboa de, até 2010, alcançarmos uma taxa de emprego de 70%, tem-se conseguido manter a tendência ascendente, vindo sempre a registar-se um aumento da taxa de emprego. Porém, o trazer pessoas para o mercado de trabalho terá que ser feito de forma mais intensa, uma vez que de 2000 a 2005 apenas se conseguiu crescer 2 pontos percentuais.

**Gráfico 4**

**Taxa de emprego na UE15 (1995 a 2005)**

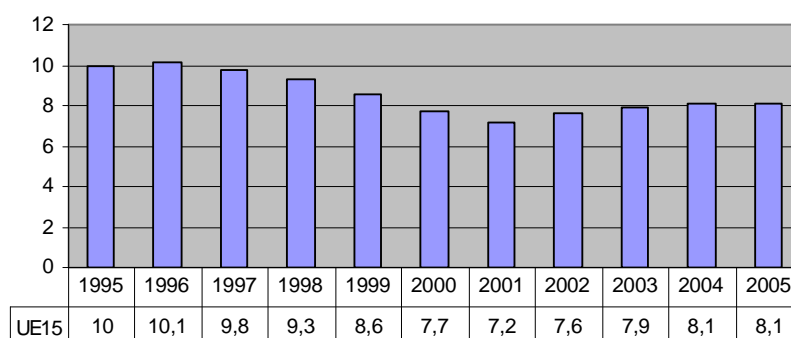


Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Encarando-se o emprego como a melhor salvaguarda para evitar a exclusão social (Conselho Europeu de Lisboa 2000, Conclusões da Presidência: 9), as elevadas taxas de desemprego traduzem-se num obstáculo à promoção da inclusão social. Nos 10 anos aqui em análise, a União Europeia conseguiu uma redução da sua taxa de desemprego. Os valores de 2000 e 2001 mostravam uma tendência descendente que, no entanto, não se conseguiu manter. Em 2005, os níveis voltaram a estar acima do ponto de partida, se tivermos em conta a data da Estratégia de Lisboa, uma vez que em 2000 a taxa de desemprego era de 7,7% e, em 2005, de 8,1% (gráfico 5).

**Gráfico 5**

**Taxa de desemprego na UE15 (1995 a 2005)**



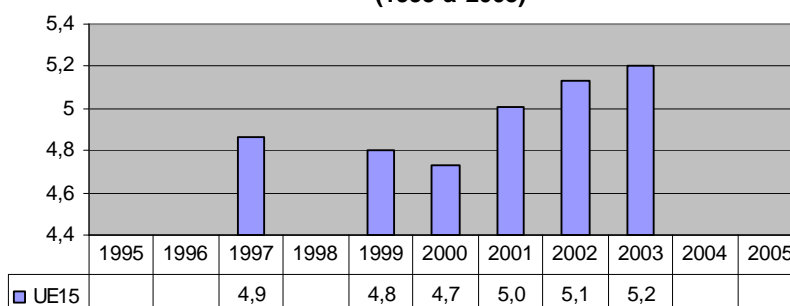
Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

A sociedade do conhecimento exige recursos qualificados e as despesas que os Estados efectuam com a educação são o caminho para lá chegar. Desde 2000 que as despesas em educação têm vindo a subir, o que leva a crer que o objectivo definido pela Estratégia de Lisboa de aumentar anualmente o investimento *per capita* em recursos

humanos está a ser seguido. A única *nuance* é que o Conselho Europeu solicitava um “aumento anual substancial” (Conselho Europeu de Lisboa 2000, Conclusões da Presidência: 7) por parte dos Estados-membros. Os números apresentados revelam que se ficou um pouco aquém da ideia original (gráfico 6). A ausência de informação nos últimos dois anos em análise, não nos permite verificar se existe ou não uma continuidade neste investimento.

**Gráfico 6**

**Despesa pública em educação, em percentagem do PIB, na UE15 (1995 a 2005)**



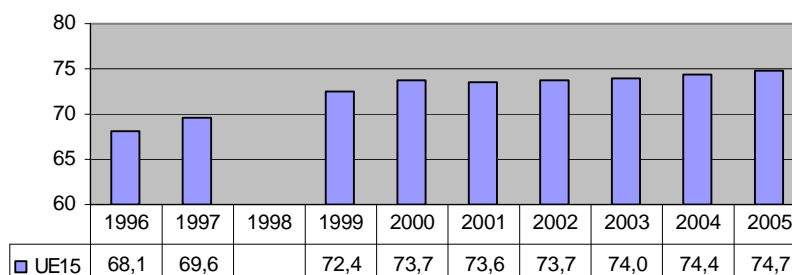
Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Nota: não são fornecidos dados para os anos de 1995, 1996, 1998, 2004 e 2005.

O nível de escolaridade dos jovens, entre os 20 e os 24 anos, tem também registado uma evolução ascendente, registando-se na UE15, um progresso ao nível educativo, conforme é visível no gráfico 7.

**Gráfico 7**

**Nível de escolaridade dos jovens (entre os 20 e os 24 anos), na UE15, em percentagem (1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Nota: não são fornecidos dados para o ano de 1995 e 1998.

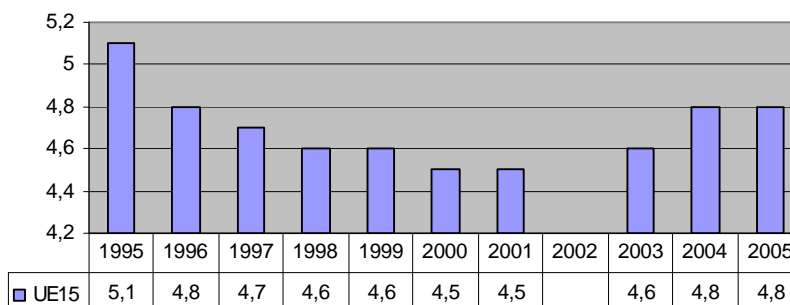
O rácio entre o que recebem os 20% mais ricos e os 20% mais pobres tem sido relativamente baixo na União Europeia, não se registando fortes oscilações ao longo do



tempo. Será de extrema importância para a manutenção e reforço da coesão social a União Europeia conseguir manter os actuais níveis, tentando inclusive reduzi-los.

**Gráfico 8**

**Desigualdade na distribuição do rendimento na UE15 (1995 a 2005)**



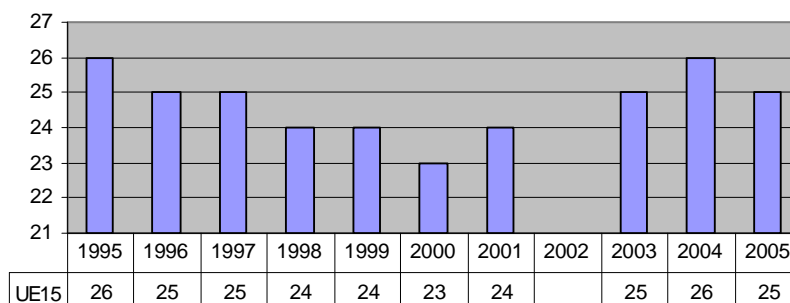
Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Nota: não são fornecidos dados para o ano de 2002.

Numa década, foi muito pouco expressiva a redução do risco de pobreza existente sem intervenção do Estado, através das transferências sociais, uma vez que apenas se reduziu 1 ponto percentual. Apesar de se ter conseguido a certa altura reduzir visivelmente a taxa, chegando em 2000 aos 23%, em 2005 a taxa apresentada é de 25%, conforme expressa o gráfico 9.

**Gráfico 9**

**Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais na UE15 (1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

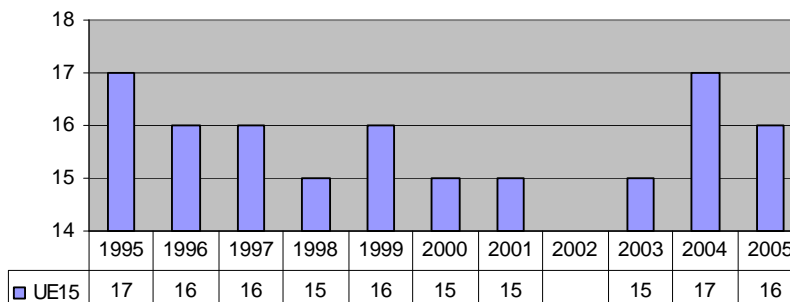
Nota: não são fornecidos dados para o ano de 2002.

Mesmo com a intervenção do Estado, neste caso dos Estados-membros, o cenário é pouco animador. Com altos e baixos pelo meio, estamos pouco melhor do que estávamos uma década antes. A União Europeia a 15 não conseguiu manter a tendência decrescente

da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais que se registou a partir do ano 2000, tendo tido um significativo retrocesso em 2004, voltando a apresentar a taxa de 17% que tinha registado em 1995. Em 2005, a taxa desce um ponto percentual, posicionando-se nos 16% (gráfico 10).

**Gráfico 10**

**Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais na UE15 (1995 a 2005)**



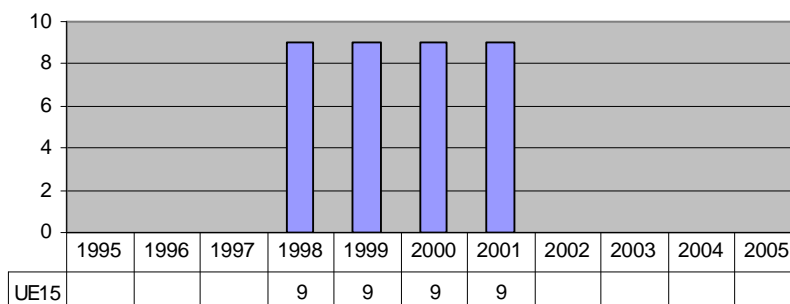
Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Nota: não são fornecidos dados para o ano de 2002.

Existe pouca informação disponível relativamente à taxa de risco de pobreza persistente, registando-se só para análise o período de 1998 a 2001 (gráfico 11), pelo que será difícil fazer considerações sobre os dados apresentados relativamente à UE15.

**Gráfico 11**

**Taxa de risco de pobreza persistente na UE15 (1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

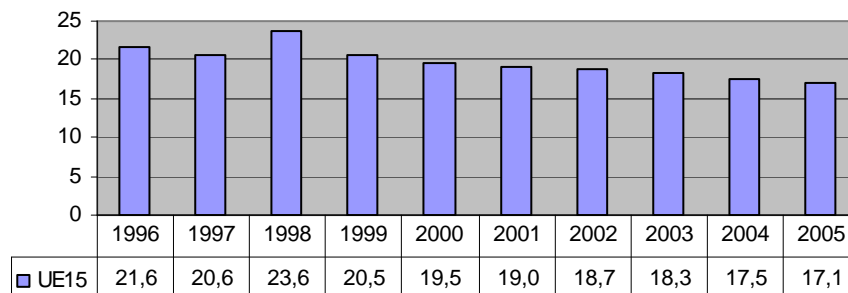
Nota: não são fornecidos dados de 1995 a 1997 e de 2002 a 2005.

Reflectindo o abandono escolar precoce, a percentagem de jovens entre os 18 e os 24 anos, que completaram o 3.º ciclo ou menos, apesar da UE15 ter vindo a registar um

decréscimo ao nível desta taxa, o valor de 17,1%, apresentado em 2005 (gráfico 12) pode ser considerado como ainda muito elevado.

**Gráfico 12**

**Abandono escolar precoce,  
na UE15, em percentagem (1995 a 2005)**



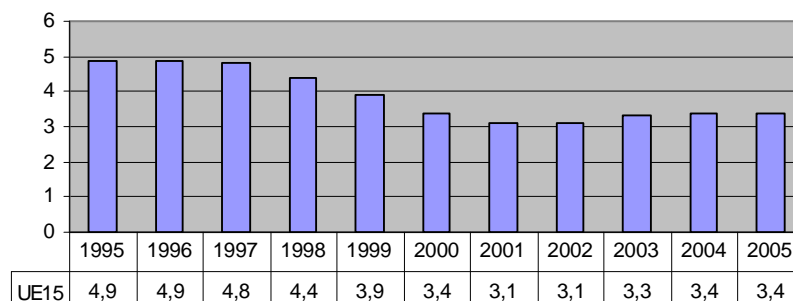
Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Nota: não são fornecidos dados de 1995.

A par com o desemprego, também o desemprego de longa duração era apontado na Estratégia de Lisboa como uma das fraquezas da União Europeia (Conselho Europeu de Lisboa 2000, Conclusões da Presidência: 1) e, como tal, algo que era necessário combater. Neste campo pode-se considerar que foi alcançado um êxito significativo, uma vez que, registando-se já reduzidas taxas de desemprego de longa duração, conseguiu reduzir-se na década em análise 1,5 ponto percentual (em 1995, a taxa era de 4,9% e, em 2005, de 3,4% - gráfico 13).

**Gráfico 13**

**Taxa de desemprego de longa duração na UE15  
(1995 a 2005)**



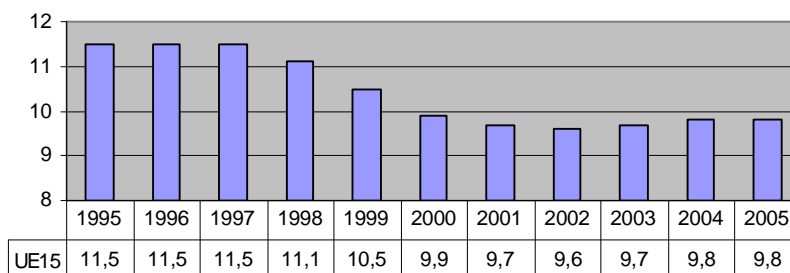
Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

A diminuição que tem vindo a registar-se do número de pessoas que vivem em agregados familiares em que ninguém trabalha, com um ligeiro aumento a partir de 2003,

pode estar relacionada com o aumento da taxa de emprego e com a diminuição da taxa de desemprego verificada nos últimos 10 anos em análise. Registando-se, em 2005, 9,8% de pessoas que vivem em agregados familiares em que ninguém trabalha (gráfico 14) e seguindo a mesma linha de pensamento atrás descrita, pode considerar-se que existe um potencial grande de pessoas que podem ser integradas no mercado de trabalho. De referir, contudo, que neste conjunto existem também os casos daqueles que não o podem fazer por incapacidade, dos que não o querem fazer por terem outros rendimentos não-salariais, ou ainda dos que decidem ter padrões de vida desviantes do resto da sociedade.

**Gráfico 14**

**Pessoas dos 18 aos 59 anos que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha, na UE15, em percentagem (1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

#### **4.2 A situação dos Estados-membros**

Para a realidade da UE 15 aqui descrita, contribuíram diversas realidades, nalguns casos bastante diferentes, que vale a pena analisar. Num ensaio de *benchmarking*, dir-se-ia que o objectivo é identificar o melhor desempenho em cada área e, sobretudo, no seu conjunto, para o replicar e assim alcançar os objectivos definidos pela União Europeia até 2010.

Para uma mais fácil leitura da informação disponibilizada, os quadros inseridos no corpo do texto apresentam apenas dados relativos ao início, meio e fim do período em análise. A informação sobre todo o período consta dos anexos.

Caso alguém visitasse a Europa com a ideia pré-concebida de que ela é toda igual, na medida em que existe um padrão de vida uniforme entre a população, rapidamente eliminava essa ideia se analisasse o quadro 1. De facto, os europeus não têm o mesmo nível de vida e isso é facilmente comprovado através do PIB *per capita* a preços constantes e em paridade de poder de compra.

A assimetria é acentuada, posicionando-se a maioria dos países da UE 15 num intervalo alargado que oscila entre os 100 e os 135 (com as exceções de Portugal, da Grécia, da Espanha e do Luxemburgo), tendo o valor 100 como referencial. Não é demais salientar que neste indicador a referência utilizada reporta-se à UE25, apesar de apenas se analisar a realidade que neste caso nos interessa.

**Quadro 1**  
**PIB per capita a Preços Constantes**  
**(UE25=100)**

	1995	2000	2005
<b>UE15</b>	115,9	115,2	112,7
<b>Bélgica</b>	129,1	126,2	121,0
<b>Dinamarca</b>	132,2	131,9	126,5
<b>Alemanha</b>	129,3	118,8	115,0
<b>Irlanda</b>	103,0	131,0	143,6
<b>Grécia</b>	84,4	84,3	96,1
<b>Espanha</b>	91,9	97,6	102,9
<b>França</b>	116,2	115,6	112,3
<b>Itália</b>	121,4	117,2	105,1
<b>Luxemburgo</b>	223,3	244,3	264,0
<b>Holanda</b>	123,9	134,6	131,0
<b>Áustria</b>	135,8	133,5	128,7
<b>Portugal</b>	75,1	78,2	75,4
<b>Finlândia</b>	107,9	117,6	115,1
<b>Suécia</b>	125,7	127,1	123,6
<b>Reino Unido</b>	111,8	117,2	119,1

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

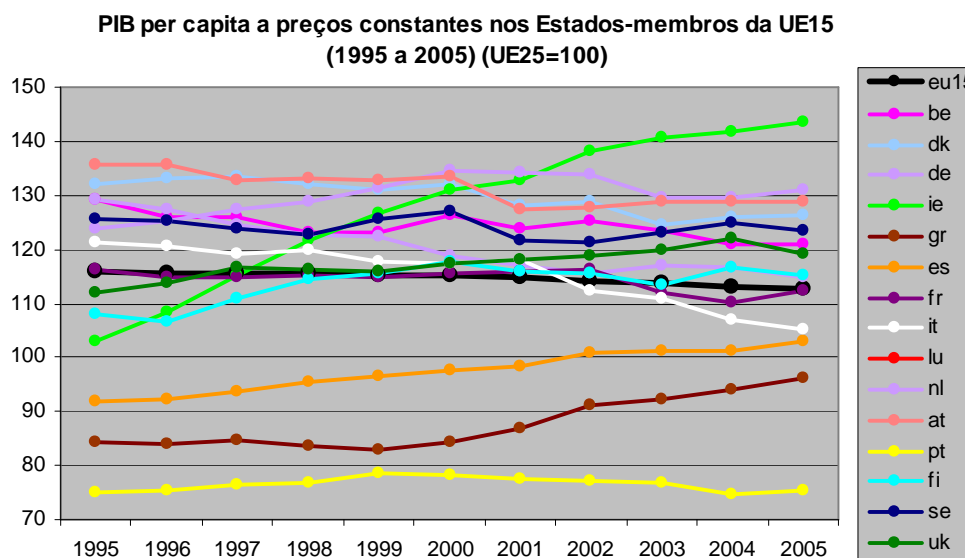
Da análise do gráfico 15, um país destaca-se largamente pelo seu distanciamento em relação aos restantes. O Luxemburgo apresenta não só um PIB *per capita* altíssimo em comparação com os seus pares, como tem conseguido aumentar o mesmo. Em 2005, o PIB *per capita* do Luxemburgo era mais do dobro do da UE 15 (264 e 112,7 respectivamente) e mais do triplo do de Portugal, o país que apresentava o menor PIB *per capita* (75,4 em 2005). Esta realidade poderá estar relacionada com a especificidade fiscal deste país, apontado frequentemente como um paraíso fiscal. Dada a situação de exceção dos valores apresentados pelo Luxemburgo e de forma a facilitar a leitura da informação referente aos restantes Estados-membros, optou-se por retirar este país do gráfico 15.

Os países que compõem o modelo do Sul, com exceção da Itália, apresentam os piores desempenhos nesta área, surgindo sempre abaixo da média (valor 100), com a Espanha a conseguir emergir muito ligeiramente da linha de água a partir de 2000.

Por oposição, os países do modelo escandinavo encabeçam os melhores desempenhos, apesar de não se registar uma diferença significativa relativamente aos restantes Estados-membros.

Ainda de registar a evolução verificada por parte da Irlanda, que inicia o período com 103 em 1995 e alcança, sempre em rota ascendente, os 143,6 em 2005, bastante acima da média da UE15.

Gráfico 15



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Quando se fala de crescimento económico na Europa dos 15, fala-se necessariamente da Irlanda. De facto, no período em análise, a Irlanda apresenta taxas de crescimento do PIB bastante acima da média da UE15 (quadro 2), sendo quase em exclusivo, o país que em todos os anos apresenta a maior taxa de crescimento (em 1995 apenas o Luxemburgo apresentava um crescimento superior, com 16%, sendo de referir que se trata de uma situação completamente atípica, na medida em que o valor de crescimento é demasiado elevado e não tem qualquer continuidade no tempo. Em 2003 e 2004, a Grécia supera também ligeiramente o crescimento irlandês, registando 5% e 4,6% de crescimento nesses anos – dados anuais em anexo).

Se dividirmos a década em duas metades, constatamos que, à excepção da Grécia que teve uma oscilação mínima entre os dois períodos, todos os Estados-membros tiveram um crescimento acentuado do PIB na primeira parte, ou seja, até 2000. De facto, o período

seguinte teve um significativo abrandamento do crescimento económico, caindo para mais de metade em alguns países, como é o caso da Dinamarca, Alemanha, Itália, Holanda e Portugal. Este dado é tão mais importante se tivermos em conta que a Estratégia de Lisboa foi delineada em 2000, ou seja, ainda no rescaldo de uma experiência positiva a nível económico, e com a expectativa de que o cenário se manteria. Contudo, os dados evidenciam o início de um ciclo descendente que, certamente, terá tido influência na concretização dos objectivos a que os Estados-membros se propuseram.

**Quadro 2**  
**Taxa de crescimento do PIB – taxa de variação total no período, em percentagem**

	<b>1996 a 2000</b>	<b>2001 a 2005</b>
<b>UE15</b>	14,9	6,6
<b>Bélgica</b>	14,2	7,4
<b>Dinamarca</b>	15,1	5,8
<b>Alemanha</b>	10,4	1,7
<b>Irlanda</b>	57,1	23,3
<b>Grécia</b>	18,5	18,4
<b>Espanha</b>	22,2	13,3
<b>França</b>	14,8	6,7
<b>Itália</b>	10,0	2,6
<b>Luxemburgo</b>	34,5	17,1
<b>Holanda</b>	21,9	4,1
<b>Áustria</b>	15,6	6,5
<b>Portugal</b>	22,1	2,4
<b>Finlândia</b>	26,3	10,3
<b>Suécia</b>	17,9	12,2
<b>Reino Unido</b>	17,2	10,4

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

**Nota:** dado tratar-se de uma taxa de crescimento, optou-se por apresentar a taxa de variação em dois períodos, de forma a permitir uma leitura mais correcta da informação disponibilizada.

Ao nível dos melhores desempenhos e além do caso da Irlanda, já referido, e da Grécia como comportamento atípico face aos restantes pares, surge, no primeiro período apresentado, o caso da Espanha, do Luxemburgo, da Holanda, de Portugal e da Finlândia, sendo que destes, a Holanda e Portugal foram os países que registaram uma descida mais abrupta no crescimento do PIB, na segunda metade da década em análise.

A análise do crescimento do emprego (quadro 3) não deverá ser dissociada da informação relativa à taxa de emprego, que a seguir se analisa (quadro 4), uma vez que o crescimento do emprego é tão mais necessário quanto menor for a taxa de emprego registada.

**Quadro 3**

**Crescimento do emprego** – A mudança no período, em termos de percentagem, do total da população empregada - taxa de variação no período, em percentagem

	1996 a 2000	2001 a 2005
<b>UE15</b>	7,5	2,8
<b>Bélgica</b>	5,8	1,8
<b>Dinamarca</b>	5,1	-0,8
<b>Alemanha</b>	4,1	-1,2
<b>Irlanda</b>	32	12,1
<b>Grécia</b>	2,8	6,4
<b>Espanha</b>	21,0	13,7
<b>França</b>	7,2	1,2
<b>Itália</b>	5,0	4,3
<b>Luxemburgo</b>	22,6	10,5
<b>Holanda</b>	13,4	-0,7
<b>Áustria</b>	5,3	0,9
<b>Portugal</b>	11,1	-0,4
<b>Finlândia</b>	11,9	2,9
<b>Suécia</b>	4,2	-1,0
<b>Reino Unido</b>	6,2	4,0

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

**Nota:** dado tratar-se de uma taxa de crescimento, optou-se por apresentar a taxa de variação em dois períodos, de forma a permitir uma leitura mais correcta da informação disponibilizada.

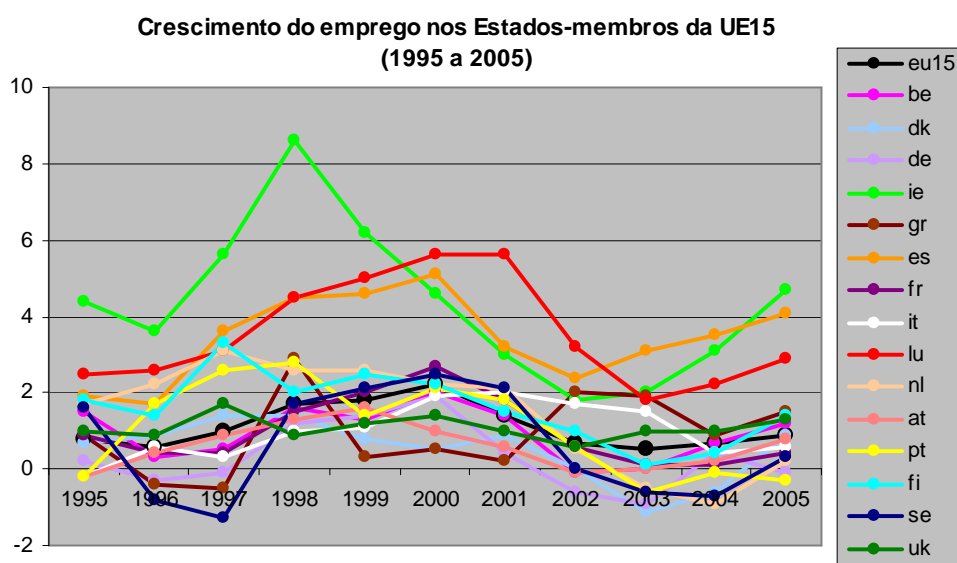
À semelhança do que se registou no crescimento do PIB, também o crescimento do emprego teve comportamentos distintos, conforme se trata da primeira ou da segunda parte da década.

O emprego subiu, em alguns casos consideravelmente, na primeira parte do período, tendo-se registado um decréscimo substancial na segunda parte, sendo os casos mais expressivos desta descida, o da Dinamarca, da Alemanha, da Holanda, de Portugal e da Suécia, que chegam a atingir valores negativos na segunda metade do período. De referir, no entanto, que a situação destes países relativamente ao emprego não é a mesma, uma vez que tanto a Dinamarca, a Suécia, como a Holanda registam taxas de emprego bastante elevadas, posicionando-se inclusive, acima da meta dos 70% de pessoas empregadas (até 2010), definida na Estratégia de Lisboa.

A situação da Irlanda destaca-se claramente da dos restantes Estados-membros pela elevada taxa de crescimento do emprego registada, com maior expressão no primeiro período. A Grécia é o único país a conseguir aumentar, face ao período anterior, o crescimento do emprego entre 2001 e 2005.



**Gráfico 16**



A Dinamarca, mentora do muito actual conceito de flexigurança<sup>39</sup>, tem tido um desempenho invejável no que se refere à taxa de emprego. Não só parte, em 1995, da posição mais elevada (73,4%), que já ultrapassava a meta dos 70% definida pela Agenda de Lisboa para 2010, como consegue manter uma trajectória quase sempre ascendente, com oscilações pouco significativas, apresentando em 2005 uma taxa de 75,9% de população empregada, a mais elevada da UE15 (quadro 4).

Por oposição, a Itália apresenta valores de taxa de emprego bastante abaixo do desejável, tendo em conta os objectivos já descritos. Apesar de ter vindo, desde 1995, a melhorar o seu desempenho nesta área (apresentava 51% naquela data), os avanços têm sido pouco significativos, sendo que a taxa de 57,6%, em 2005, coloca a Itália na cauda da UE15, no que se refere a este indicador.

**Quadro 4**

**Taxa de emprego** – Pessoas empregadas com idades entre os 15 e os 64 anos como percentagem do total da população que se encontra na mesma faixa etária

	1995	2000	2005
<b>UE15</b>	60,1	63,4	65,4
<b>Bélgica</b>	56,1	60,5	61,1
<b>Dinamarca</b>	73,4	76,3	75,9

<sup>39</sup> O conceito de flexigurança é definido como sendo uma estratégia que visa alcançar em simultâneo, flexibilidade e segurança no mercado de trabalho, possível através de um mercado de trabalho flexível, níveis elevados de emprego e uma segurança ao nível dos rendimentos.

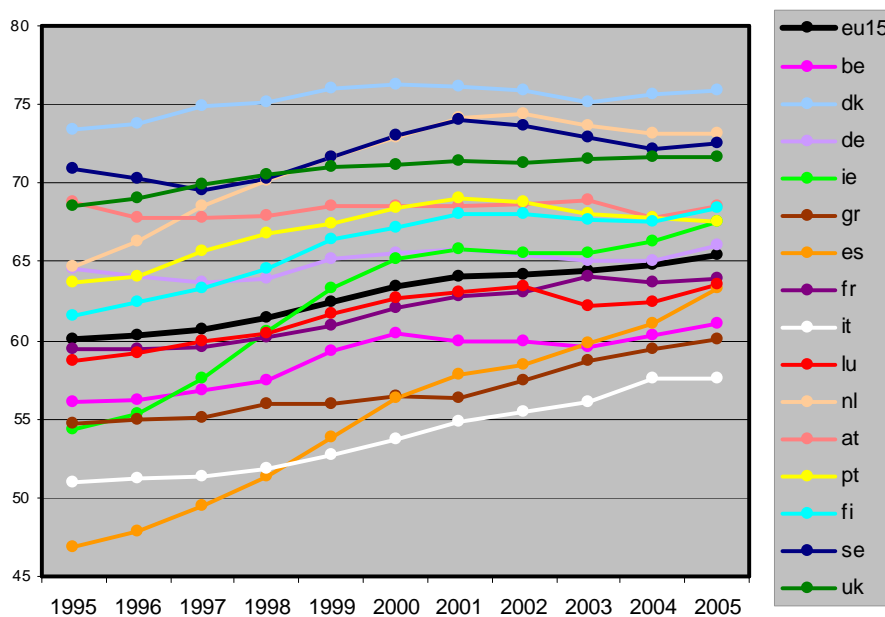
<b>Alemanha</b>	64,6	65,6	66,0
<b>Irlanda</b>	54,4	65,2	67,6
<b>Grécia</b>	54,7	56,5	60,1
<b>Espanha</b>	46,9	56,3	63,3
<b>França</b>	59,5	62,1	63,9
<b>Itália</b>	51,0	53,7	57,6
<b>Luxemburgo</b>	58,7	62,7	63,6
<b>Holanda</b>	64,7	72,9	73,2
<b>Áustria</b>	68,8	68,5	68,6
<b>Portugal</b>	63,7	68,4	67,5
<b>Finlândia</b>	61,6	67,2	68,4
<b>Suécia</b>	70,9	73,0	72,5
<b>Reino Unido</b>	68,5	71,2	71,7

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

De referir ainda a grande evolução da Espanha neste domínio, pois em 1995 apresentava menos de metade da população em idade activa a trabalhar (46,9%), tendo conseguido num período de 10 anos fazer crescer a taxa de emprego em 16,4 pontos percentuais, situando-se em 2005 nos 63,3%. Apesar de ainda estar longe da taxa de 70% desejável para 2010, a manter o actual ritmo de crescimento, será possível para a Espanha alcançar esta meta.

**Gráfico 17**

**Taxa de Emprego nos Estados-membros da UE15  
(1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Apesar de haver uma relação entre a taxa de emprego e a taxa de desemprego, ela pode não ser tão líquida como à partida parece. Se a taxa de emprego aumenta e consegue-se que mais pessoas estejam no mercado do trabalho, então, a taxa de desemprego tende a diminuir, uma vez que os desempregados são absorvidos. Porém, existem outros factores que podem complicar esta simples equação. Pode, por exemplo, acontecer que o emprego criado é sobretudo na área dos serviços pouco qualificados. Grande parte das pessoas que se encontram no desemprego podem preferir manter essa situação a ter que aceitar tarefas que consideram menos gratificantes, quer ao nível da remuneração, quer ao nível do trabalho exigido. Os postos de trabalho em causa acabam, muitas vezes, por ser preenchidos com recurso à imigração.

A Europa dos 15 conseguiu progressivamente uma diminuição da taxa de desemprego até 2001, data em que regista a taxa mais baixa, de 7,2% (gráfico 18). Desde 2002 tem-se registado uma ligeira subida, chegando aos 8,1% em 2005.

Para a diminuição registada até 2001 na UE15 terá contribuído em muito o esforço da Espanha, que conseguiu reduzir fortemente o desemprego, principalmente de 1995 a 2001. Na década em análise, a Espanha reduziu para metade a taxa de desemprego existente (18,4% em 1995 e 9,2% em 2005) (quadro 5 e gráfico 18).

**Quadro 5**  
**Taxa de desemprego** – total de pessoas desempregadas  
como percentagem do total da população activa

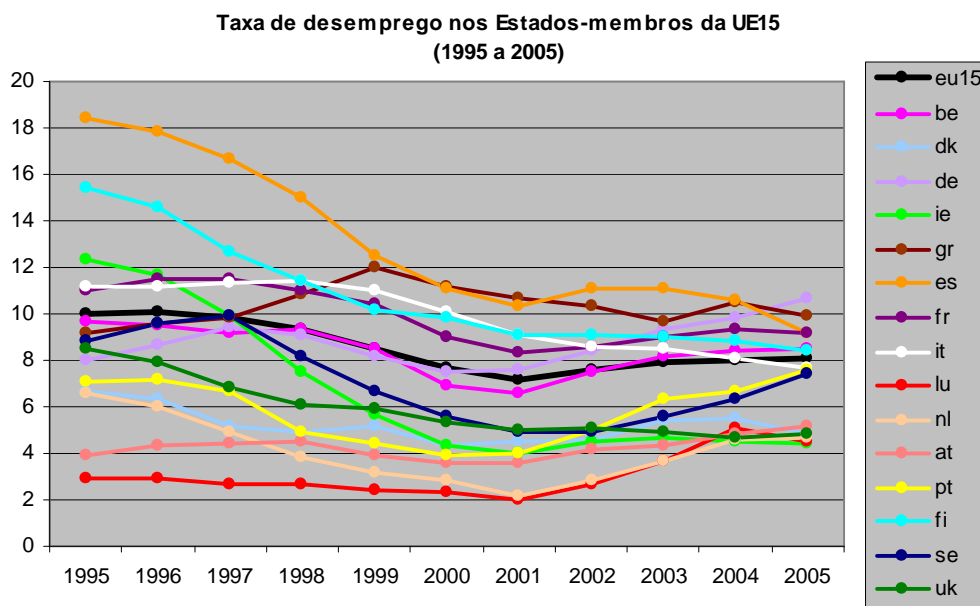
	1995	2000	2005
<b>UE15</b>	10,0	7,7	8,1
<b>Bélgica</b>	9,7	6,9	8,5
<b>Dinamarca</b>	6,7	4,3	4,8
<b>Alemanha</b>	8,0	7,5	10,7
<b>Irlanda</b>	12,3	4,2	4,4
<b>Grécia</b>	9,2	11,2	9,9
<b>Espanha</b>	18,4	11,1	9,2
<b>França</b>	11,0	9,0	9,2
<b>Itália</b>	11,2	10,1	7,7
<b>Luxemburgo</b>	2,9	2,3	4,5
<b>Holanda</b>	6,6	2,8	4,7
<b>Áustria</b>	3,9	3,6	5,2
<b>Portugal</b>	7,3	4,0	7,6
<b>Finlândia</b>	15,4	9,8	8,4
<b>Suécia</b>	8,8	5,6	7,4
<b>Reino Unido</b>	8,5	5,3	4,8

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Os países com menor taxa de desemprego, em 2005, são a Holanda, o Luxemburgo e a Irlanda. Relativamente a este último é também significativa a redução alcançada nos níveis do desemprego, uma vez que em 1995 a Irlanda tinha 12,3% de desempregados e consegue chegar aos 4,4% em 2005, a taxa mais baixa da UE15 nesse ano. Já a Holanda e o Luxemburgo oscilaram sempre entre valores baixos, alcançando em 2001 uma situação de pleno emprego, com taxas de 2,2% e 2% respectivamente.

Portugal tem conseguido na última década e no indicador da taxa de desemprego, resultados positivos se tivermos em conta que se posicionou sempre abaixo da média da UE15. Em 1995 apresenta uma taxa de 7,3%, conseguindo chegar em 2000 e 2001 aos 4%, o valor mais baixo alcançado. Desde então tem vindo a subir a taxa de desemprego, situando-se em 2005 nos 7,6% e continuando a crescer até à actualidade<sup>40</sup>.

**Gráfico 18**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Os países do designado modelo social escandinavo, Dinamarca, Suécia e Finlândia, estão no topo dos Estados-membros que mais gastam com despesas de educação (quadro 6). Apesar de terem altíssimos níveis de escolaridade<sup>41</sup>, continuam a apostar fortemente na

<sup>40</sup> Segundo informação disponibilizada pelo INE em 16 de Novembro de 2007, a taxa de desemprego do 3.º trimestre de 2007 em Portugal foi de 7,9% (informação consultada a 14/12/2007 em [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

<sup>41</sup> Segundo dados do EUROSTAT, em 2006 a percentagem de população adulta (24-65 anos) com, pelo menos, o nível secundário de escolaridade é na Dinamarca, Suécia e Finlândia, respectivamente de 81,6%, 84,1% e 79,6%. Por oposição, Portugal apresenta neste campo o pior desempenho da UE15, com uma taxa de 27,6%.

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?\\_pageid=1996.39140985&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&sc](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1996.39140985&_dad=portal&_schema=PORTAL&sc)

educação, num claro assumir de que estamos em sociedades do conhecimento, onde a competitividade se faz pela via das competências adquiridas.

**Quadro 6**  
**Despesas com recursos humanos – Percentagem do PIB em despesas com educação**

	1995	2000	2005
<b>UE15</b>		4,7	
<b>Bélgica</b>			6,0
<b>Dinamarca</b>	7,7	8,3	8,3
<b>Alemanha</b>	4,6	4,5	4,5
<b>Irlanda</b>	5,1	4,3	4,8
<b>Grécia</b>	2,9	3,7	4,0
<b>Espanha</b>	4,7	4,3	4,2
<b>França</b>	6,0	5,8	5,7
<b>Itália</b>	4,9	4,5	4,4
<b>Luxemburgo</b>	4,3		3,8
<b>Holanda</b>	5,1	4,9	5,2
<b>Áustria</b>	6,0	5,7	5,4
<b>Portugal</b>	5,4	5,4	5,4
<b>Finlândia</b>	6,9	6,1	6,3
<b>Suécia</b>	7,2	7,3	7,0
<b>Reino Unido</b>	5,0	4,6	5,5

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

De referir que, com excepção da Grécia que, partindo de valores muito abaixo dos restantes Estados-membros, 2,9% em 1995, tem vindo a fazer uma trajectória ascendente, reforçando o investimento público nesta área, nos restantes países verifica-se uma homogeneidade na percentagem do PIB que todos os anos é dedicada à educação. Se tivermos em conta que, em 2000, através da Agenda de Lisboa, foi assumido que é através do conhecimento e inovação que se alcança um crescimento económico forte e sustentável, seria de esperar um reforço do investimento nesta área.

Atendendo à camada jovem da população, o nível de escolaridade da população com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, em que detêm, no mínimo, o nível secundário de escolaridade, revela realidades bastante díspares entre os Estados-membros. Portugal é o exemplo mais paradigmático desta situação, uma vez que apresenta um nível de escolaridade dos jovens reduzidíssimo, face aos seus pares (em 2005 tinha uma taxa de 49%, bastante distante da média da UE15, que se situava, na mesma data, nos 74,7% - quadro 17).

**Quadro 7**

**Nível de escolaridade dos jovens** – percentagem de jovens com idades entre os 20 e os 24 anos, que atingiram no mínimo, o nível secundário de escolaridade

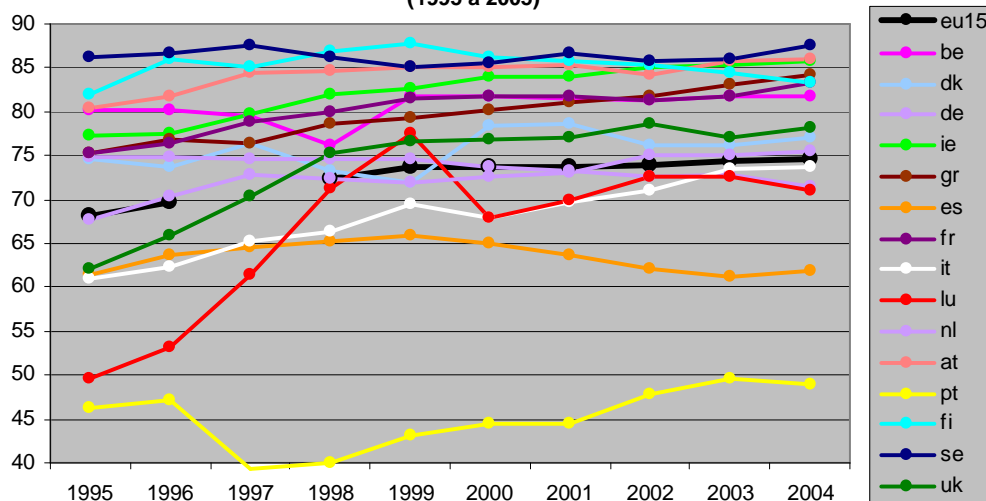
	1996	2000	2005
<b>UE15</b>	68,1	73,7	74,7
<b>Bélgica</b>	80,2	81,7	81,8
<b>Dinamarca</b>	74,6	72,0	77,1
<b>Alemanha</b>	74,9	74,7	71,5
<b>Irlanda</b>	77,3	82,6	85,8
<b>Grécia</b>	75,3	79,2	84,1
<b>Espanha</b>	61,5	66,0	61,8
<b>França</b>	75,2	81,6	83,4
<b>Itália</b>	60,9	69,4	73,6
<b>Luxemburgo</b>	49,5	77,5	71,1
<b>Holanda</b>	67,6	71,9	75,6
<b>Áustria</b>	80,5	85,1	85,9
<b>Portugal</b>	46,2	43,2	49,0
<b>Finlândia</b>	81,9	87,7	83,4
<b>Suécia</b>	86,3	85,2	87,5
<b>Reino Unido</b>	62,2	76,6	78,2

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

De realçar ainda o comportamento do Luxemburgo, que parte de uma situação próxima da de Portugal, mas que regista um impulso significativo, atingindo o auge em 1999.

**Gráfico 19**

**Nível de escolaridades dos jovens (entre os 20 e 24 anos) nos Estados-membros da UE15, em percentagem (1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

A desigualdade na distribuição do rendimento é, conforme já tive oportunidade de referir, uma séria ameaça à coesão social. Quanto maior for a clivagem entre ricos e pobres, maior vai ser o sentimento de frustração e de impotência daqueles que menos têm, e que, por essa via, se vêm privados do acesso aos bens e serviços.

Sendo um dos objectivos da Agenda de Lisboa o reforço da coesão social, para o alcançar será necessário um controlo da desigualdade na distribuição do rendimento, não sendo desejável que o rácio entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres seja muito elevado.

Portugal é o país que apresenta sempre, no período em análise, a maior clivagem, tendo alcançado o valor mais alto em 2003 com 7,4 (dados anuais em anexo). Em 2004 registou-se uma ligeira descida para os 6,9, que se manteve em 2005. Esta realidade não é confortável, sobretudo se tivermos em conta a média da UE, que se situa nos 4,8 (quadro 8).

**Quadro 8**

**Desigualdade na distribuição do rendimento** – Rácio existente entre o total de rendimento recebido pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres de cada país

	1995	2000	2005
<b>UE15</b>	5,1	4,5	4,8
<b>Bélgica</b>	4,5	4,3	4,0
<b>Dinamarca</b>	2,9		3,5
<b>Alemanha</b>	4,6	3,5	3,8
<b>Irlanda</b>	5,1	4,7	5,0
<b>Grécia</b>	6,5	5,8	5,8
<b>Espanha</b>	5,9	5,4	5,4
<b>França</b>	4,5	4,2	4,0
<b>Itália</b>	5,9	4,8	5,6
<b>Luxemburgo</b>	4,3	3,7	3,8
<b>Holanda</b>	4,2	4,1	4,0
<b>Áustria</b>	4,0	3,4	3,8
<b>Portugal</b>	7,4	6,4	6,9
<b>Finlândia</b>		3,3	3,6
<b>Suécia</b>			3,3
<b>Reino Unido</b>	5,2	5,2	5,8

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

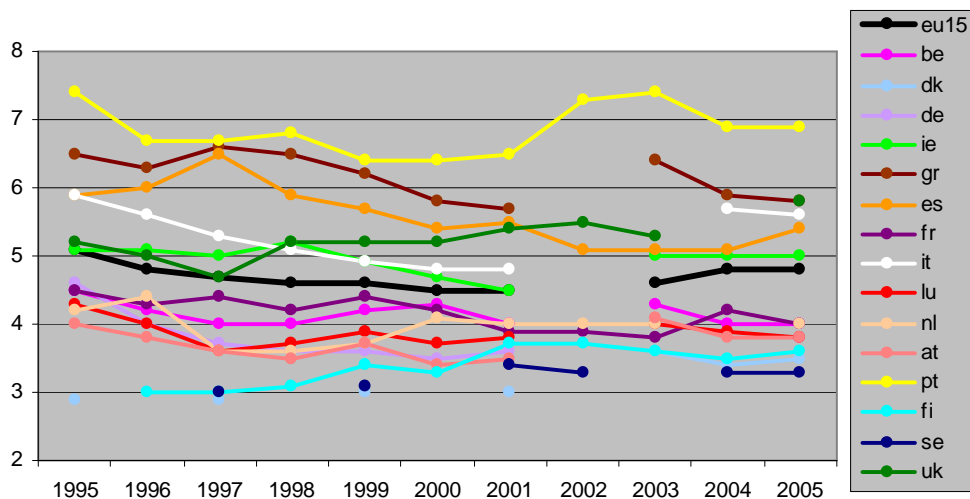
Mais uma vez, o trio escandinavo, Dinamarca, Suécia e Finlândia, apresenta os melhores desempenhos, com os menores hiatos do conjunto dos 15 Estados-membros.

Apesar de não se aproximarem dos valores de Portugal, Grécia, Itália e Reino Unido apresentam, também em 2005, uma desigualdade superior à da média da UE15, com

respectivamente 5,8, 5,6 e 5,8, sendo que estes valores estão de certa forma em consonância com o registado no período considerado.

**Gráfico 20**

**Desigualdade na distribuição do rendimento nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

A taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais permite-nos ver qual seria a situação neste campo, se não houvesse intervenção do Estado.

Da análise da informação constata-se que os países que, no período em análise, têm as taxas mais elevadas de risco de pobreza antes das transferências sociais, são a Irlanda e o Reino Unido pois, no primeiro caso, aquela taxa apresenta valores sempre acima dos 30% e, no segundo, varia entre os 28% e os 32% (quadro 9).

**Quadro 9**  
**Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais**

	1995	2000	2005
<b>UE15</b>	26	23	25
<b>Bélgica</b>	27	23	28
<b>Dinamarca</b>			30
<b>Alemanha</b>	22	20	23
<b>Irlanda</b>	34	31	32
<b>Grécia</b>	23	22	23
<b>Espanha</b>	27	22	24
<b>França</b>	26	24	26
<b>Itália</b>	23	21	23
<b>Luxemburgo</b>	25	23	23



<b>Holanda</b>	24	22	22
<b>Áustria</b>	24	22	24
<b>Portugal</b>	27	27	26
<b>Finlândia</b>		19	28
<b>Suécia</b>			29
<b>Reino Unido</b>	32	29	31

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Apesar de não se dispor de informação sobre todo o período em análise, dos anos obtidos verifica-se que também a Dinamarca e a Suécia apresentam valores bastante elevados, registando-se em 2005 respectivamente 30% e 29%, consideravelmente acima dos 25% de média da UE15 no mesmo ano.

Associada ao indicador anterior, a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais permite-nos ver o peso da intervenção do Estado nesta área, bem como a sua eficácia na redução da pobreza. Permite-nos também posicionar claramente os modelos sociais que compõem a Europa dos 15.

Se tomarmos por referência a média da UE15 que, em 2005, se encontrava nos 16% (quadro 10), podemos constatar que abaixo desta linha encontram-se os países com o modelo social escandinavo e continental e, acima da mesma, os países com o modelo social anglo-saxónico e do Sul, o que nos leva à tentação de fazer a leitura de que o modelo social é determinante na taxa de risco de pobreza existente.

Como seria de esperar, os países com o modelo escandinavo (Suécia, Dinamarca e Finlândia) apresentam nos anos em análise taxas baixas de risco de pobreza após as transferências sociais. Deste grupo, a Suécia é exemplar, apresentando as mais baixas taxas de risco de pobreza, que variaram entre os 8% e os 11%, sendo que em 2005 situavam-se nos 9%, pouco mais de metade do que a média dos 15 no mesmo período. Do desempenho deste triângulo dourado é de referir a rota ascendente que a Finlândia tem vindo a registar, apresentando em 2005 uma taxa de 12%, a mais alta taxa de risco de pobreza após as transferências sociais destes países. Apesar de se poder considerar ainda uma taxa reduzida, principalmente se tivermos em conta os restantes Estados-membros, deverá ser um sinal de alerta o sentido desta trajectória.

**Quadro 10**  
**Taxa de risco de pobreza após as transferências sociais**

	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>
<b>UE15</b>	17	15	16
<b>Bélgica</b>	16	13	15

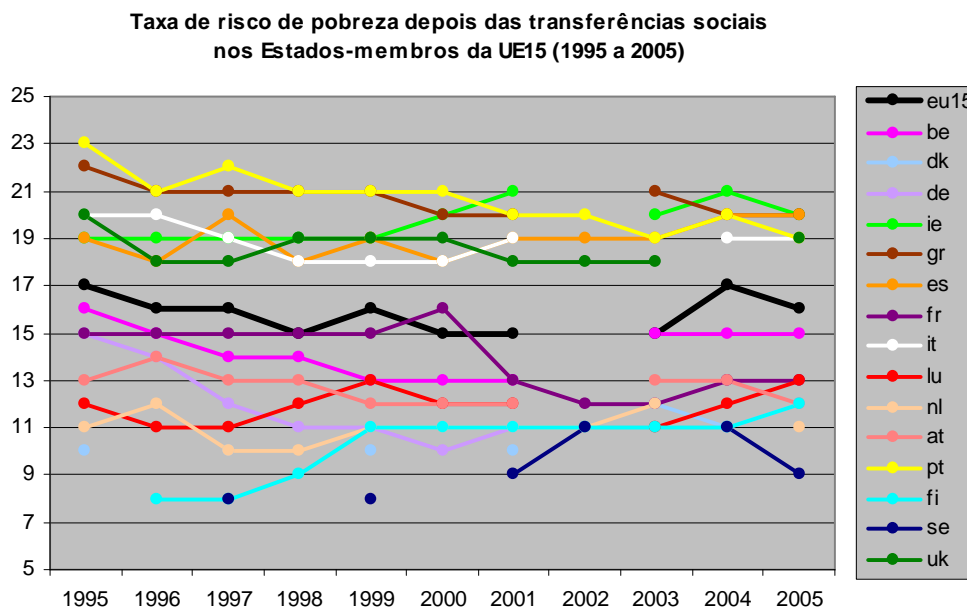
<b>Dinamarca</b>	10		12
<b>Alemanha</b>	15	10	12
<b>Irlanda</b>	19	20	20
<b>Grécia</b>	22	20	20
<b>Espanha</b>	19	18	20
<b>França</b>	15	16	13
<b>Itália</b>	20	18	19
<b>Luxemburgo</b>	12	12	13
<b>Holanda</b>	11	11	11
<b>Áustria</b>	13	12	12
<b>Portugal</b>	23	21	19
<b>Finlândia</b>		11	12
<b>Suécia</b>			9
<b>Reino Unido</b>	20	19	19

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

A seguir surge o grupo de países que se identificam com o modelo social continental, com taxas geralmente baixas no final do período e registando, na maioria dos casos, um declínio desta taxa de pobreza. Apesar de terem desempenhos diferentes entre si, Holanda, Alemanha, Luxemburgo, Áustria, Bélgica e França encontram-se abaixo da média europeia. Deste grupo destaca-se o desempenho da Alemanha e da Holanda, sendo que em relação ao primeiro, este país conseguiu numa década reduzir em 3 pontos percentuais a taxa de risco de pobreza aqui analisada, tendo partido em 1995 com 15% e registando, em 2005, 12%; relativamente à Holanda, é de salientar a estabilidade do percurso a este nível, uma vez que tem tido oscilações ligeiras, apresentando em 2005 a mesma taxa que tinha em 1995, 11%.

Ainda neste último grupo de países é de referir também o comportamento da França, que tem na primeira parte da década em análise taxas mais elevadas, na casa dos 15%, com um pico em 2000 de 16%, sendo que em 2001 se regista uma queda acentuada destes níveis, posicionando-se nos 13%, que mantém em 2005. Por outro lado, a Bélgica que também inicia a década com valores relativamente elevados, 16% em 1995, não consegue manter a redução que entretanto alcançou, tendo chegado aos 13%, e posiciona-se novamente em valores mais elevados, 15% em 2005, o que faz com que seja o país com o modelo social continental que apresenta a mais elevada taxa de risco de pobreza após as transferências sociais.

**Gráfico 21**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Analisados os melhores desempenhos, falta debruçarmo-nos sobre os piores, e aí temos uma liderança partilhada: Espanha, Grécia e Irlanda têm 20% de taxa de risco de pobreza em 2005. Ligeiramente abaixo surge Portugal, Itália e o Reino Unido, com 19%.

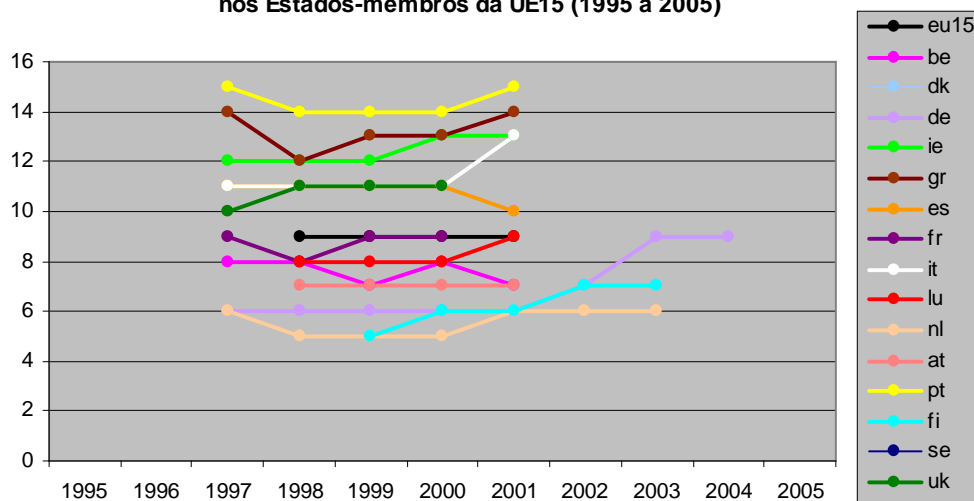
Relativamente ao indicador de taxa de risco de pobreza persistente, a informação dos Estados-membros concentra-se maioritariamente no período de 1997 a 2001 (valores em anexo).

Da pouca informação disponível, o cenário não muda muito do do indicador anterior, ou seja, os países do modelo social escandinavo e continental são os que apresentam valores mais baixos de pobreza persistente e os países do modelo anglo-saxónico e do Sul os que registam taxas mais elevadas.

Uma referência ainda ao caso da Alemanha que tem registado continuamente um aumento da taxa de risco de pobreza persistente, situando-se em 2004 nos 9%. Porém, é necessário referir que este é o único país que apresenta informação sobre este indicador até 2004, a Finlândia e a Holanda apresentam informação até 2003, e os restantes Estados-membros abrangem apenas o período até 2001, levando a que não seja possível termos de comparação.

**Gráfico 22**

**Taxa de risco de pobreza persistente nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Analisando o abandono escolar precoce (quadro 11) verifica-se, como seria de esperar, que este encontra-se bastante relacionado com o nível de escolaridade dos jovens (quadro 7), sendo os países que apresentam um maior abandono escolar, aqueles que têm um nível de escolaridade dos jovens mais baixo.

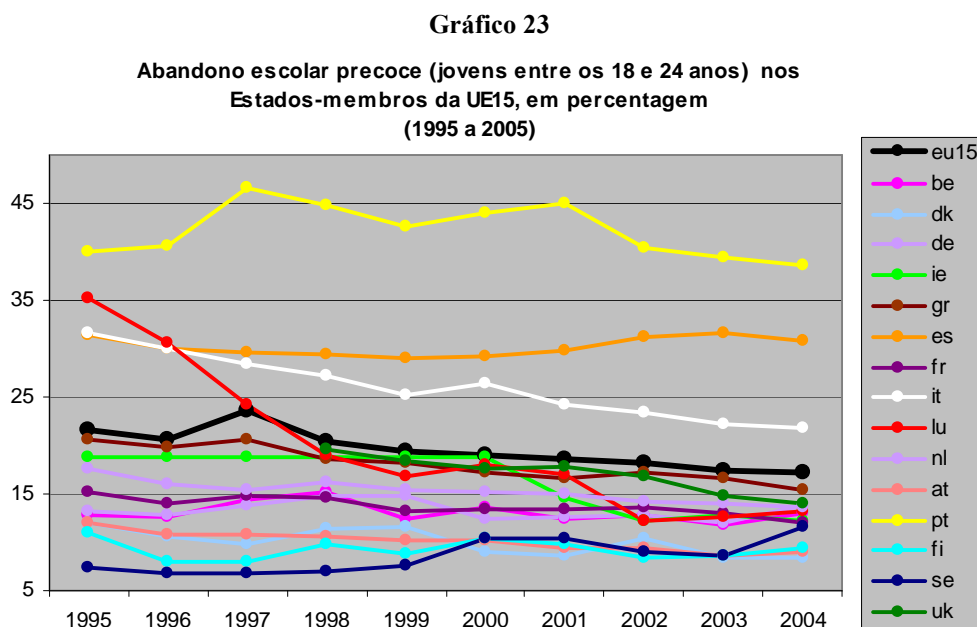
**Quadro 11**

**Abandono escolar precoce** - (percentagem de jovens entre os 18 e 24 anos, que completaram a escolaridade obrigatória (3.º ciclo) ou menos e que não frequentam qualquer acção de educação ou de formação)

	1996	2000	2005
<b>UE15</b>	21,6	19,5	17,1
<b>Bélgica</b>	12,9	12,5	13,0
<b>Dinamarca</b>	12,1	11,6	8,5
<b>Alemanha</b>	13,3	14,9	13,8
<b>Irlanda</b>	18,9	18,2	12,3
<b>Grécia</b>	20,7	18,2	15,5
<b>Espanha</b>	31,4	29,1	30,8
<b>França</b>	15,2	13,3	12,0
<b>Itália</b>	31,7	25,3	21,9
<b>Luxemburgo</b>	35,3	16,8	13,3
<b>Holanda</b>	17,6	15,5	13,6
<b>Áustria</b>	12,1	10,2	9,0
<b>Portugal</b>	40,1	42,6	38,6
<b>Finlândia</b>	11,1	8,9	9,3
<b>Suécia</b>	7,5	7,7	11,7
<b>Reino Unido</b>		18,4	14,0

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Destaca-se pela positiva, os países do modelo social escandinavo (Suécia, Finlândia e Dinamarca) e a Áustria, que apresentam as taxas de abandono escolar precoce mais reduzidas do conjunto dos Estados-membros da UE15.



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

O desemprego de longa duração tem a agravante de poder fazer com que a ausência de rendimentos passe de um estado de privação para uma situação de pobreza. O desemprego, quando prolongado, pode acabar por ser um entrave à própria reentrada da pessoa no mercado de trabalho, uma vez que à medida que o tempo passa o indivíduo perde competências, motivação e até mesmo auto-estima, que se podem tornar um sério inibidor da procura e sucesso no encontrar um emprego.

**Quadro 12**  
**Taxa de desemprego de longa duração – Percentagem de pessoas desempregadas há 12 ou mais meses.**

	1995	2000	2005
<b>UE15</b>	4,9	3,4	3,4
<b>Bélgica</b>	5,8	3,7	4,4
<b>Dinamarca</b>	2,0	0,9	1,1
<b>Alemanha</b>	3,9	3,8	5,7
<b>Irlanda</b>	7,6	1,6	1,5
<b>Grécia</b>	4,6	6,1	5,1
<b>Espanha</b>	10,3	4,6	2,2

<b>França</b>	4,3	3,5	3,8
<b>Itália</b>	7,1	6,3	3,9
<b>Luxemburgo</b>	0,7	0,6	1,2
<b>Holanda</b>	3,1	0,8	1,9
<b>Áustria</b>	1,0	1,0	1,3
<b>Portugal</b>	3,1	1,7	3,7
<b>Finlândia</b>		2,8	2,2
<b>Suécia</b>	2,3	1,4	1,2
<b>Reino Unido</b>	3,5	1,4	1,0

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

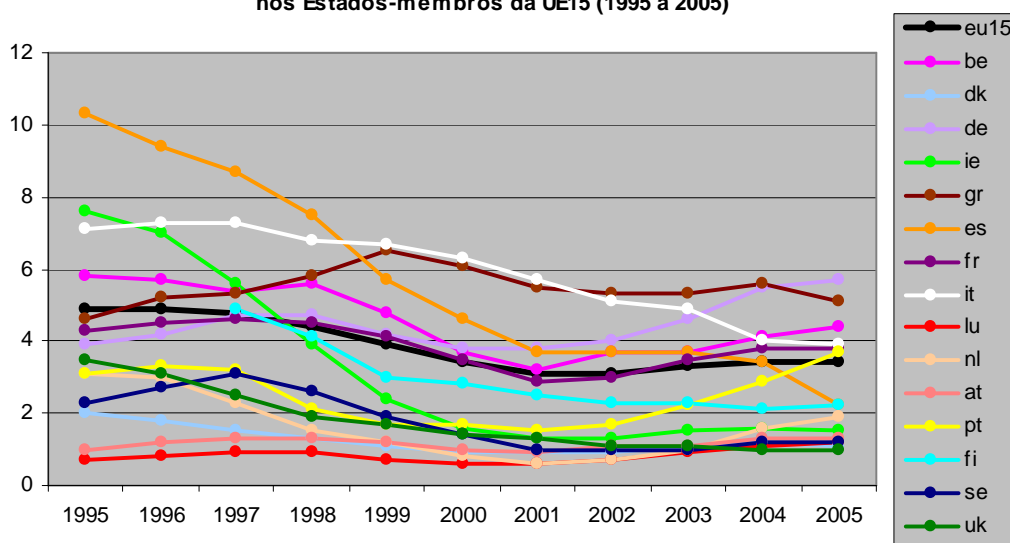
Pelas implicações que o desemprego de longa duração tem para os indivíduos que se encontram nessa situação e os inevitáveis reflexos na sociedade, é normal os Estados criarem mecanismos que visem a alteração dessa condição, como, por exemplo, através da atribuição de incentivos fiscais à contratação de desempregados de longa duração.

Tal como se verificou na taxa de desemprego, também aqui a Espanha e a Irlanda foram os países que mais significativamente conseguiram reduzir esta taxa, tendo a Espanha registado 10,3% de desempregados de longa duração, em 1995, e apenas 2,2% em 2005, e a Irlanda 7,6%, em 1995, reduzindo até aos 1,5%, em 2005 (quadro 12).

Apesar de terem modelos sociais distintos e, conseqüentemente, regras de mercado de trabalho também diferentes, países como o Reino Unido, Suécia, Dinamarca, Luxemburgo e Áustria apresentam taxas de desemprego de longa duração muito reduzidas, variando entre um mínimo de 1% e um máximo de 1,3%.

**Gráfico 24**

**Taxa de desemprego de longa duração nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**



Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

Conforme já foi referido, este indicador não especifica em que condições estão os elementos dos agregados familiares onde ninguém trabalha: se têm fontes de rendimento que não por via do trabalho; se o rendimento provém de prestações e apoios sociais; ou se estamos perante situações de pobreza extrema, pela ausência de qualquer fonte de rendimento. Contudo, importa dar atenção aos dados registados.

**Quadro 13**  
**Agregados familiares em que ninguém trabalha** - Percentagem de pessoas entre os 18 e os 59 anos que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha

	1995	2000	2005
<b>UE15</b>	11,5	9,9	9,8
<b>Bélgica</b>	14,1	12,4	13,5
<b>Dinamarca</b>			7,7
<b>Alemanha</b>	10,6	9,7	11,0
<b>Irlanda</b>	13,5	8,6	8,4
<b>Grécia</b>	10,3	9,2	8,5
<b>Espanha</b>	12,5	7,5	6,7
<b>França</b>	11,0	10,7	10,7
<b>Itália</b>	11,9	11,2	9,5
<b>Luxemburgo</b>	6,5	6,9	6,7
<b>Holanda</b>	11,0	7,6	8,0
<b>Áustria</b>	7,0	8,3	8,7
<b>Portugal</b>	5,9	4,6	5,5
<b>Finlândia</b>			10,5
<b>Suécia</b>			
<b>Reino Unido</b>	13,7	11,4	11,0

Fonte: EUROSTAT – Indicadores Estruturais

O país que apresenta a maior percentagem de pessoas em idade activa que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha é a Bélgica, com 13,5% em 2005, e o que apresenta menos é Portugal, com 5,5% no mesmo ano (quadro 13). Relativamente a Portugal, se tivermos em conta que é dos países da UE15 que apresentam a mais elevada taxa de risco de pobreza após as transferências sociais e que, por outro lado, tem a mais baixa taxa de pessoas que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha, pode significar que para muitos trabalhadores o emprego que têm não é suficiente para sair da condição de pobreza.

Contudo, o argumento acabado de apresentar não é válido para casos como o do Luxemburgo, que apresenta também reduzidas taxas neste indicador, oscilando durante a década em análise entre os 6% e os 7%, uma vez que relativamente à taxa de risco de pobreza após as transferências sociais posiciona-se abaixo da média europeia, com uns 13% em 2005, bastante distante dos 19% de Portugal no mesmo ano (quadro 10).

Voltando à situação da Bélgica, a grande percentagem de pessoas que vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha pode explicar por um lado a reduzida taxa de emprego deste país, que se situa abaixo da média europeia (61,1% em 2005 face aos 65,4% da UE15 na mesma data – quadro 4), tendo contudo potencial para subir se, através do crescimento do emprego, entre outras medidas, conseguir levar ao mercado de trabalho as pessoas que se encontram na situação reflectida por este indicador.

De referir que os países escandinavos ou não apresentam informação sobre este indicador, como é o caso da Suécia, ou só muito recentemente o fazem, como é o caso da Dinamarca e Finlândia, que só a partir de 2002 e 2003, respectivamente, começaram a apresentar dados.

## **5. Padrões e factores de pobreza dos países europeus: Uma tentativa de identificação**

### **5.1. Uma primeira abordagem**

Depois de traçado o cenário do período 1995-2005 no conjunto da UE15, chega a hora de tentar, através dos dados que serviram de base a essa realidade, analisar as possíveis correlações existentes entre os diversos indicadores. Tendo em conta que o espaço temporal subjacente é suficientemente extenso, a prova histórica do que aconteceu pode representar uma forte evidência de que determinadas opções são correctas ou não, dando pistas sobre o caminho a seguir.

De salientar que não se trata de obter uma fórmula para combater a pobreza, pois a especificidade e condicionantes de cada país não o permitiria, pelo menos através da mera análise dos indicadores em causa. Contudo, é possível, e é isso que se pretende, analisar se os níveis de pobreza variaram quando os outros indicadores também registaram alterações e se essa variação se traduz num comportamento-padrão.



O mote desta tese é a análise da aposta no crescimento e emprego como estratégia para a Europa, estando subjacente o reforço da coesão social por esta via. Desta forma, e de modo a conseguir descortinar tendências de evolução e relações existentes entre variáveis, irá recorrer-se à análise das taxas de variação de vários indicadores no período. A taxa de variação no período vai permitir identificar e esclarecer o desempenho dos países.

Analisando o crescimento do PIB, o qual possibilita aferir a dinâmica e intensidade do desenvolvimento económico registado pelos países, constata-se, através do quadro 14, que este indicador cresceu em todos os Estados-membros, no período de 1995 a 2005. A diferença encontrada regista-se no nível da intensidade do crescimento, sendo a Itália e a Alemanha os países que menos cresceram neste domínio, e a Irlanda e o Luxemburgo os que mais viram evoluir o PIB, com um claro distanciamento da Irlanda face a todos os outros países.

**Quadro 14**  
**Evolução do crescimento do PIB e da taxa de risco de pobreza**  
**após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**

	Crescimento do PIB (variação em %)	Risco de pobreza após transferências sociais (variação em %)
<b>Grécia</b>	46,7	-9,1
<b>Reino Unido</b>	32,4	-5,0
<b>Portugal</b>	27,3	-17,4
<b>Áustria</b>	24,7	-13,3
<b>França</b>	24,1	-7,7
<b>Bélgica</b>	23,6	-6,3
<b>Itália</b>	14,9	-5,0
<b>Alemanha</b>	13,6	-20,0
<b>Irlanda</b>	105,5	5,3
<b>Luxemburgo</b>	61,4	8,3
<b>Espanha</b>	43,5	5,3
<b>Finlândia</b>	43,0	50,0
<b>Suécia</b>	33,8	12,5
<b>Dinamarca</b>	22,7	20,0
<b>Holanda</b>	22,6	0,0

Quanto à relação deste indicador com o da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, com excepção da situação registada pela Holanda, os Estados-membros apresentam dois comportamentos: o crescimento do PIB foi acompanhado por

uma redução das taxas de risco de pobreza, o que seria o cenário esperado, uma vez que com a subida do nível de vida e acréscimo de rendimento, o risco de pobreza tenderia a diminuir; ou, pelo contrário, a par com o crescimento do PIB, a taxa de risco de pobreza aumentou.

Relativamente ao cenário apresentado no quadro 14, importa destacar dois aspectos: o facto de os países que registaram um maior crescimento do PIB, terem tido um aumento da taxa de risco de pobreza no período (com excepção da Grécia que apresenta a terceira taxa de variação mais elevada e que consegue, paralelamente, reduzir as taxas de risco de pobreza, e da Dinamarca que, vendo a taxa de risco de pobreza subir, é dos países com menor crescimento do PIB); e, com a excepção do modelo escandinavo cujos Estados-membros estão todos na segunda situação descrita, o facto de os restantes modelos sociais se encontrarem divididos pelos dois cenários.

Merece ainda especial atenção o caso da Finlândia, uma vez que, registando um dos maiores crescimentos do PIB no período, registou também a maior subida na taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, com um aumento de 50% no período temporal em causa. É certo que este aumento parte de uma situação muito positiva, com uma das mais baixas taxas de risco de pobreza registadas na UE15. Porém, os outros países que partiram de uma situação similar, como é o caso da Suécia e da Dinamarca, apesar de registarem subidas na taxa de risco de pobreza, não subiram a um ritmo tão intenso como o verificado na Finlândia.

Analisando a relação existente entre o crescimento do emprego e as taxas de risco de pobreza após as transferências sociais, no período, o cenário não diverge muito do quadro 14. Aliás, conforme é visível no quadro 15, os países agrupam-se exactamente da mesma maneira, mantendo-se a particularidade de que os países que apresentam melhores desempenhos, neste caso ao nível do crescimento do emprego (a Irlanda, o Luxemburgo e a Espanha apresentam inclusive uma clara distância face aos restantes Estados-membros), terem visto aumentar o risco de pobreza após as transferências sociais.

**Quadro 15**  
**Evolução do crescimento do emprego e da taxa de risco de pobreza**  
**após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**

Crescimento do emprego (variação em %)	Risco de pobreza após transferências sociais (variação em %)
---	---

<b>Portugal</b>	12,9	-17,4
<b>Reino Unido</b>	11,6	-5,0
<b>Itália</b>	11,3	-5,0
<b>França</b>	10,4	-13,3
<b>Grécia</b>	9,4	-9,1
<b>Bélgica</b>	9,2	-6,3
<b>Áustria</b>	6,9	-7,7
<b>Alemanha</b>	3,3	-20,0
<b>Irlanda</b>	52,4	5,3
<b>Luxemburgo</b>	42,9	8,3
<b>Espanha</b>	42,1	5,3
<b>Finlândia</b>	16,9	50,0
<b>Dinamarca</b>	5,3	20,0
<b>Suécia</b>	5,3	12,5
<b>Holanda</b>	14,9	0,0

Comparando a evolução da taxa de emprego e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, no período considerado (quadro 16), os Estados-membros, com exceção da Áustria e da Holanda, dividem-se em dois grupos: os que registaram uma subida da taxa de emprego e uma descida da taxa de risco de pobreza, e os que registaram uma subida da taxa de emprego e também uma subida da taxa de risco de pobreza.

À semelhança do que se verificou nos quadros anteriores, os países que compõem o modelo escandinavo encontram-se todos no mesmo grupo, neste caso apresentando a taxa de emprego e a taxa de risco de pobreza a subir durante a década, sendo que os países que compõem os restantes modelos sociais encontram-se divididos pelos dois cenários.

**Quadro 16**  
**Evolução da taxa de emprego e da taxa de risco de pobreza**  
**após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**

	Taxa de emprego (variação em %)	Risco de pobreza após transferências sociais (variação em %)
<b>Itália</b>	12,9	-5,0
<b>Grécia</b>	9,9	-9,1
<b>Bélgica</b>	8,9	-6,3
<b>França</b>	7,4	-13,3
<b>Portugal</b>	6,0	-17,4
<b>Reino Unido</b>	4,7	-5,0
<b>Alemanha</b>	2,2	-20,0
<b>Espanha</b>	35,0	5,3
<b>Irlanda</b>	24,3	5,3
<b>Finlândia</b>	11,0	50,0

<b>Luxemburgo</b>	8,3	8,3
<b>Dinamarca</b>	3,4	20,0
<b>Suécia</b>	2,3	12,5
<b>Holanda</b>	13,1	0,0
<b>Áustria</b>	-0,3	-7,7

A pouca relação que parece existir entre o aumento da taxa de emprego e a redução da taxa de risco de pobreza é particularmente patente no caso da Alemanha e de Portugal, que registam das mais baixas taxas de crescimento da taxa de emprego, de 2,2% e 6% respectivamente, e apresentam os melhores desempenhos da UE15 ao nível da redução da pobreza. A Áustria apresenta-se também como um caso paradigmático, uma vez que mesmo tendo diminuído a taxa de emprego no período, consegue reduzir a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais.

Quando se analisa a relação registada entre a variação da taxa de desemprego e do risco de pobreza após as transferências sociais, vários cenários se colocam, conforme é visível no quadro 17. Com excepção da Holanda e Luxemburgo, que apresentam comportamentos diferentes um do outro, mas também dos restantes países, os restantes Estados-membros dividem-se em três situações distintas.

A maioria dos países conseguiu combater eficazmente o problema do desemprego, apresentando, nalguns casos, reduções muito elevadas, como é o caso da Irlanda, da Espanha, da Finlândia e do Reino Unido. Contudo, e tomando por exemplo estes quatro países, apenas o Reino Unido viu a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais descer. Apesar da forte redução registada ao nível do desemprego, não se conseguiu reduzir o nível de risco de pobreza; pelo contrário, nalguns países, este aumentou significativamente.

Curiosamente, todos os países que viram a taxa de desemprego subir durante a década, com excepção do Luxemburgo, conseguiram reduzir a taxa de risco de pobreza, com especial destaque para Alemanha e a Áustria que, apesar de terem registado um aumento de 1/3 da taxa de desemprego, conseguem reduzir de uma forma expressiva as taxas de risco de pobreza.

**Quadro 17**  
**Evolução da taxa de desemprego e da taxa de risco de pobreza**  
**após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**

	Taxa de desemprego (variação em %)	Risco de pobreza após transferências sociais (variação em %)
<b>Reino Unido</b>	-43,5	-5,0
<b>Itália</b>	-31,3	-5,0
<b>França</b>	-16,4	-13,3
<b>Bélgica</b>	-13,4	-6,3
<b>Irlanda</b>	-65,0	5,3
<b>Espanha</b>	-50,0	5,3
<b>Finlândia</b>	-45,5	50,0
<b>Dinamarca</b>	-28,4	20,0
<b>Suécia</b>	-15,9	12,5
<b>Alemanha</b>	33,8	-20,0
<b>Áustria</b>	33,3	-7,7
<b>Grécia</b>	6,5	-9,1
<b>Portugal</b>	4,1	-17,4
<b>Luxemburgo</b>	55,2	8,3
<b>Holanda</b>	-28,8	0,0

Bélgica, França, Itália e Reino Unido, que pertencem a três modelos sociais distintos, registaram uma diminuição da taxa de desemprego e uma diminuição também nas taxas de risco de pobreza após as transferências sociais.

Analisando a evolução da taxa de desemprego de longa duração, face à evolução verificada ao nível da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais (quadro 18), a disposição dos países na relação entre as duas variáveis é igual à registada na análise da taxa de desemprego (quadro 17), com a diferença de que os valores são mais intensos, ou seja, o aumento ou diminuição verificada no período relativamente ao desemprego de longa duração, foi superior, comparativamente com os valores registados face à taxa de desemprego.

**Quadro 18**  
**Evolução da taxa de desemprego de longa duração e da taxa de risco de pobreza**  
**após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**

	Taxa de desemprego de longa duração (variação em %)	Risco de pobreza após transferências sociais (variação em %)
<b>Reino Unido</b>	-71,4	-5,0

<b>Itália</b>	-45,1	-5,0
<b>Bélgica</b>	-24,1	-6,3
<b>França</b>	-11,6	-13,3
<b>Irlanda</b>	-80,3	5,3
<b>Espanha</b>	-78,6	5,3
<b>Finlândia</b>	-55,1	50,0
<b>Suécia</b>	-47,8	12,5
<b>Dinamarca</b>	-45,0	20,0
<b>Alemanha</b>	46,2	-20,0
<b>Áustria</b>	30,0	-7,7
<b>Portugal</b>	19,4	-17,4
<b>Grécia</b>	10,9	-9,1
<b>Luxemburgo</b>	71,4	8,3
<b>Holanda</b>	-38,7	0,0

Também na relação existente entre a desigualdade na distribuição do rendimento e a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, não se verifica um comportamento-padrão por parte dos Estados-membros, registando-se quatro tipos de situações distintas.

O maior grupo de países registou, durante o período em análise, uma diminuição da desigualdade na distribuição do rendimento, a par com uma diminuição dos níveis de pobreza. Apesar de apresentar taxas de desigualdade na distribuição do rendimento relativamente baixas (gráfico 20), a Alemanha conseguiu uma redução significativa neste indicador, tendo também registado um decréscimo substancial na taxa de risco de pobreza, o que poderia indiciar uma forte relação entre ambas. Contudo, analisando a situação de Portugal, essa relação parece não ser tão evidente, uma vez que a redução da desigualdade da distribuição do rendimento, não é tão intensa como a verificada ao nível da redução da pobreza.

**Quadro 19**  
**Evolução da desigualdade na distribuição do rendimento e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**

	Desigualdade na distribuição do rendimento (variação em %)	Risco de pobreza após transferências sociais (variação em %)
<b>Alemanha</b>	-17,4	-20,0
<b>Bélgica</b>	-11,1	-6,3
<b>França</b>	-11,1	-13,3
<b>Grécia</b>	-10,8	-9,1
<b>Portugal</b>	-6,8	-17,4

<b>Itália</b>	-5,1	-5,0
<b>Áustria</b>	-5,0	-7,7
<b>Luxemburgo</b>	-11,6	8,3
<b>Espanha</b>	-8,5	5,3
<b>Irlanda</b>	-2,0	5,3
<b>Dinamarca</b>	20,7	20,0
<b>Finlândia</b>	20,0	50,0
<b>Suécia</b>	10,0	12,5
<b>Reino Unido</b>	11,5	-5,0
<b>Holanda</b>	-4,8	0,0

No caso do Luxemburgo, da Espanha e da Irlanda, a relação, nos moldes esperados, isto é, em que a redução da desigualdade do rendimento tem reflexos na redução da pobreza existente, não existe. Estes países, apesar de terem conseguido reduzir os níveis de desigualdade existente na distribuição do rendimento, viram a taxa de risco de pobreza subir.

Com exceção do Reino Unido, que faz parte do modelo anglo-saxónico, os países que viram a taxa de desigualdade na distribuição do rendimento aumentar no período, foram os que compõem o modelo escandinavo. Esta situação poderá estar fortemente relacionada com o facto de serem estes países os que apresentam as taxas mais baixas no que se refere a este indicador.

A relação, ao nível do comportamento, dos indicadores até aqui analisados, tem-se revelado inexistente. De facto, os Estados-membros têm comportamentos tão distintos uns dos outros, e independentes do modelo social de origem, que não é possível, até à data, estabelecer um comportamento-padrão. Analisando a taxa de variação no período da taxa de risco de pobreza antes e após as transferências sociais, este cenário mantém-se, isto é, os cenários que se colocam são muito variados, constatando-se seis situações distintas.

Tal como em quadros anteriores, também aqui o modelo social escandinavo é o único que vê todos os Estados-membros que o compõem, terem o mesmo comportamento. Neste caso, a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia viram as taxas de risco de pobreza aumentarem, tanto antes das transferências sociais, como após. O caso da Suécia merece particular destaque pelo facto de, no período, ter aumentado o risco de pobreza antes das transferências sociais em 70%, o que poderá indiciar uma forte intervenção e dependência do Estado, uma vez que sem a actuação deste, os níveis de pobreza seriam muito elevados.

A Irlanda, a Espanha e o Luxemburgo conseguem diminuir a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais, sendo que o forte crescimento do emprego verificado no período, nestes três países, poderá ter contribuído para este cenário.

**Quadro 20**  
**Evolução da taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais e da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**

	Risco de pobreza antes das transferências sociais (variação em %)	Risco de pobreza após as transferências sociais (variação em %)
<b>Bélgica</b>	3,7	-6,3
<b>Alemanha</b>	4,5	-20,0
<b>Dinamarca</b>	3,4	20,0
<b>Finlândia</b>	21,7	50,0
<b>Suécia</b>	70,6	12,5
<b>Irlanda</b>	-5,9	5,3
<b>Espanha</b>	-11,1	5,3
<b>Luxemburgo</b>	-8,0	8,3
<b>Portugal</b>	-3,7	-17,4
<b>Reino Unido</b>	-3,1	-5,0
<b>Holanda</b>	-8,3	0,0
<b>Áustria</b>	0,0	-7,7
<b>França</b>	0,0	-13,3
<b>Itália</b>	0,0	-5,0
<b>Grécia</b>	0,0	-9,1

Uma outra situação de destaque é aquela em que se encontra a Áustria, a França, a Itália e a Grécia, em que se manteve estática a evolução da taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais, e conseguiu-se diminuir as taxas de pobreza após essas mesmas transferências. Poderá estar aqui evidente a inexistência da influência do mercado, uma vez que os resultados alcançados ao nível da redução da pobreza só se fizeram sentir após a intervenção do Estado.

O crescimento económico e o emprego não parecem, pelos dados apurados até agora, ter uma relação directa e padronizada com as taxas de risco de pobreza após as transferências sociais. Assim, é necessário introduzir outro tipo de informação que ajude a encontrar uma resposta e a perceber o que pode influenciar as taxas de risco de pobreza.

O dinheiro dispendido pelo Estado em despesas com protecção social pode ter influência nas taxas de risco de pobreza, pelo que vale a pena proceder à sua análise. Porém, e para uma análise comparativa mais correcta com os outros indicadores e entre os países, importa perceber qual o posicionamento de cada Estado-membro em relação a esta variável, isto é, qual a dimensão do investimento feito em protecção social e o seu comportamento na década em análise.

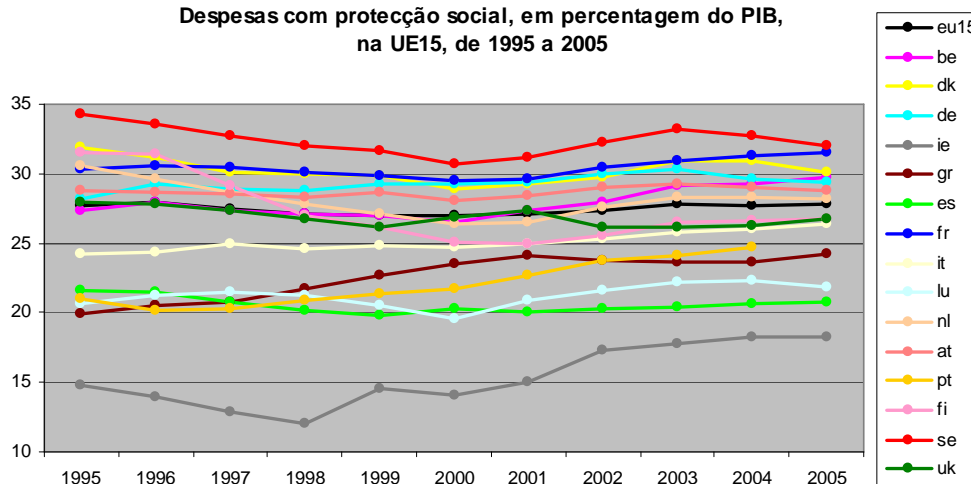


Os países que apresentam uma taxa de risco de pobreza após as transferências sociais mais elevada, e que se posicionam acima da média da UE15 (gráfico 21), são também aqueles que gastam menos em protecção social, situando-se abaixo da média da UE15 neste domínio (gráfico 25). Encontram-se nesta situação a Irlanda, o país com a menor percentagem do PIB gasta em despesas com protecção social, o Reino Unido, que se aproxima bastante da média europeia, a Espanha, Portugal, a Grécia e a Itália, o que faz com que os países que compõem o modelo anglo-saxónico e o modelo do Sul, sejam os que menos despesas têm neste domínio.

Abaixo da média da UE15 aparece também o Luxemburgo e a Finlândia, sendo que este último país era, no início da década em análise, dos que mais investimento fazia nesta área, tendo vindo progressivamente a reduzir a percentagem do PIB destinada a despesas com protecção social, e situando-se, a partir de 1999, sempre abaixo da média da UE15.

**Gráfico 25**

**Despesas com protecção social, em percentagem do PIB, na UE15, de 1995 a 2005**



Fonte: EUROSTAT – indicadores de longo prazo

A Suécia é, destacadamente, o país que mais gasta em despesas com protecção social, seguindo-se a França e a Dinamarca no patamar seguinte, e a Alemanha e Áustria também com uma elevada e constante despesa nesta área.

Posto o panorama do comportamento tido pelos Estados-membros ao nível das despesas efectuadas com protecção social, em percentagem do PIB, o qual nos permitiu posicionar os países quanto ao nível de investimento e esforço financeiro feito nesta área, podemos recorrer às taxas de variação no período, por forma a aferir se se registou uma subida ou descida nas despesas tidas com a protecção social, e como é que este

comportamento se relaciona com as taxas de risco de pobreza após as transferências sociais existentes.

Com excepção da Holanda, que não registou variação na taxa de risco de pobreza durante o período, e do Reino Unido, que conseguiu reduzir os níveis de pobreza registados, todos os países que reduziram o investimento público em protecção social viram as taxas de risco de pobreza após as transferências sociais subirem (quadro 21).

Por oposição, os países que subiram a percentagem do PIB destinada às despesas com protecção social, registaram uma descida nas taxas de risco de pobreza. Irlanda e Luxemburgo são excepção a este cenário, uma vez que apesar de terem investido mais em protecção social, viram a taxa de risco de pobreza também subir. De referir que, relativamente à Irlanda, apesar de este país ter subido substancialmente a percentagem do PIB destinada a despesas com protecção social, continua a ser o Estado-membro que menos gasta nesta área, encontrando-se ainda bastante distante da média da UE15.

Por outro lado, Portugal, que apresentou, na década em análise, taxas de risco de pobreza na mesma ordem de grandeza que a Irlanda, consegue, com um crescimento menor ao nível das despesas com protecção social, reduzir consideravelmente a taxa de risco de pobreza. Para esta diferença de comportamento deverá estar o ponto de partida, ou seja, a percentagem do PIB destinada a despesas com protecção social situava-se já, em 1995, bastante acima da que a Irlanda registava.

**Quadro 21**

**Evolução da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais e da percentagem do PIB gasta em despesas com protecção social, nos Estados-membros da UE15 (1995 a 2005)**

	Despesas com protecção social, em percentagem do PIB (variação em %)	Risco de pobreza após transferências sociais (variação em %)
<b>Grécia</b>	21,6	-9,1
<b>Portugal</b>	17,6	-17,4
<b>Itália</b>	9,1	-5,0
<b>Bélgica</b>	8,4	-6,3
<b>Alemanha</b>	4,3	-20,0
<b>França</b>	4,0	-13,3
<b>Finlândia</b>	-15,2	50,0
<b>Suécia</b>	-6,7	12,5
<b>Dinamarca</b>	-5,6	20,0
<b>Espanha</b>	-3,7	5,3
<b>Irlanda</b>	23,0	5,3
<b>Luxemburgo</b>	5,8	8,3
<b>Holanda</b>	-7,8	0,0

<b>Áustria</b>	0,0	-7,7
<b>Reino Unido</b>	-4,3	-5,0

A análise da relação das taxas de variação no período dos diversos indicadores, comparativamente à evolução registada no âmbito da taxa de pobreza após as transferências sociais, revelou que não existe uma regra definida de causa-efeito entre as variáveis, pelo que se partirá para uma análise mais profunda.

## **5.2 Metodologia**

A análise que irá efectuar-se pretende encontrar respostas para as perguntas de pesquisa, a saber:

*A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia? Sair de uma situação de desemprego, através da obtenção de emprego remunerado, significa sair da pobreza? As taxas de pobreza estão relacionadas com os modelos sociais existentes? Se sim, devem as políticas públicas de combate à pobreza ser substancialmente diferenciadas de país para país, segundo o modelo dominante em cada um?*

Tal como já foi expresso, a análise desta tese centra-se nos países que compõem a União Europeia a 15, focando-se no período de 1995 a 2005. A escolha deste período temporal deve-se ao objectivo de pretender estudar o desenvolvimento durante uma década, mas também que esta incidisse já na actuação da Agenda de Lisboa, criada em 2000. Acresce que 2005 é o ano mais recente em que os valores disponibilizados são consistentes para a totalidade dos indicadores.

Os dados que servem de base à análise e testes efectuados, são os fornecidos pelo Eurostat<sup>42</sup>, a fonte estatística da União Europeia, mais precisamente os que se referem aos indicadores estruturais. A escolha destes indicadores justifica-se por serem estes os dados utilizados nos relatórios anuais dos países, e que servem para a Comissão Europeia aferir o grau de desenvolvimento dos Estados-membros, face aos objectivos definidos na Estratégia de Lisboa.

Através da análise dos indicadores estruturais seleccionados, iremos tentar encontrar tipologias de países, de acordo com o desempenho registado nos vários campos, recorrendo para tal à análise de *clusters*. Outro objectivo será o de encontrar associações

---

<sup>42</sup> Dados recolhidos em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>, revistos em 14 de Julho de 2008.

entre as variáveis de risco de pobreza e outras variáveis explicativas da variação da pobreza, utilizando para tal a regressão linear múltipla.

### 5.3 A base de dados

Para a elaboração da base de dados, recorreu-se aos indicadores estruturais relevantes para o tema em questão. Contudo, constatou-se a existência de informação omissa em diversos países e referente a diversos anos. Desta forma, tentou-se encontrar um quadro empírico o mais completo possível, valorizando assim a análise, pelo que se recorreu ao *Statistical Annex da European Economy*, da Comissão Europeia, para complementar alguma informação. Os dados que, mesmo assim, se mantiveram omissos, foram estimados através de uma interpolação<sup>43</sup>.

A informação fornecida pelo Eurostat permitiu encontrar dois valores, ambos a serem utilizados na análise. Por um lado, calcularam-se as médias obtidas através dos valores originais dos indicadores. Estes resultados permitem situar os Estados-membros nos diversos patamares, os quais estão fortemente relacionados com o ponto de partida de cada país, possibilitando assim a percepção da posição que ocupam, face ao conjunto. Nos indicadores de crescimento do PIB e crescimento do emprego, foi utilizada uma média geométrica (equação 1), tendo-se recorrido à média aritmética para os restantes (equação 2).

$$Média_{geométrica} = \left[ \left( \sqrt[N]{\prod_{i=1995}^{2005} \left( 1 + \frac{X_i}{100} \right)} \right) - 1 \right] \times 100 \quad (1)$$

$$Média_{aritmética} = \frac{\sum_{i=1995}^{2005} X_i}{N} \quad (2)$$

Por outro lado, de modo a conseguir descortinar tendências de evolução, procurou-se encontrar também as taxas de variação dos indicadores no período (equação 3 para encontrar a variação no período do crescimento do PIB e do crescimento do emprego, e equação 4 para o cálculo da variação no período dos restantes indicadores). A taxa de variação no período permite identificar e esclarecer o desempenho dos países durante a década em análise, possibilitando assim a percepção da evolução ocorrida. Dado que o que

---

<sup>43</sup> Base de dados em anexo.

se pretende é analisar o passado para agir no futuro, importa aferir o resultado obtido após a actuação dos governos durante os anos considerados.

$$VariaçãoGlobal_{período} = \left[ \left( \prod_{i=1995}^{2005} \left( 1 + \frac{X_i}{100} \right) \right) - 1 \right] \times 100 \quad (3)$$

$$VariaçãoGlobal_{período} = \left( \frac{X_{2005} - X_{1995}}{X_{1995}} \right) \times 100 \quad (4)$$

#### **5.4 As variáveis seleccionadas**

Tendo em conta a prévia definição feita dos indicadores estruturais que importam para esta tese, é necessário proceder à selecção das variáveis relevantes para a análise.

O mote desta tese é a tentativa de aferição da relação existente entre o emprego e a pobreza. Deste modo, sendo a análise de *clusters* uma análise descritiva, que pretende caracterizar determinado cenário, optou-se por seleccionar os indicadores crescimento do emprego, taxa de emprego, desigualdade na distribuição do rendimento e taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, uma vez que são os mais representativos das dimensões em análise, ou seja, do emprego e da pobreza.

A opção pela não inclusão da taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais justifica-se pelo facto de não se registar nenhuma situação, em nenhum país, em que a intervenção do Estado, ao nível da protecção social, não se faça sentir, pelo que não se coloca a sua utilização numa tentativa de encontrar tipologias.

#### **Quadro 22** **Variáveis seleccionadas para a análise de *clusters***

---

Crescimento do emprego
Taxa de emprego
Desigualdade na distribuição do rendimento
Taxa de risco de pobreza após as transferências sociais

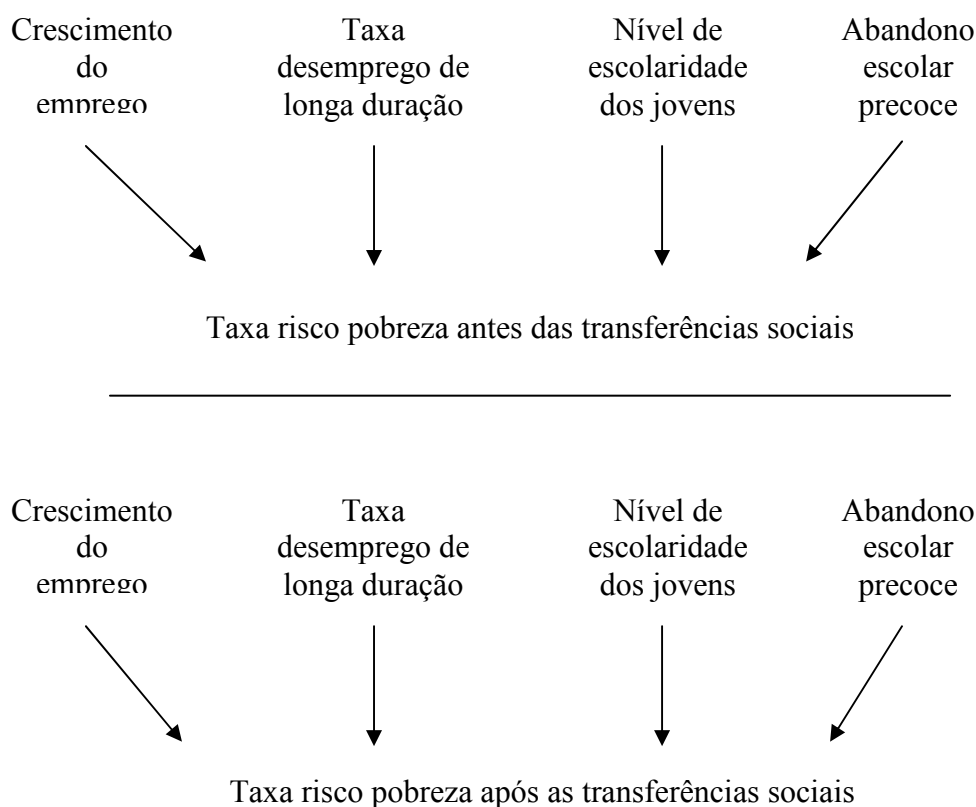
---

Para a elaboração das regressões, que pretendem aferir se determinado factor exerce influência e tem valor explicativo sobre uma variável, seleccionaram-se os indicadores que mais concorrem para a obtenção das respostas às perguntas de pesquisa.

Assim, o modelo que irá entrar em análise será composto pelo crescimento do emprego e pela taxa de desemprego de longa duração, como variáveis independentes, uma vez que o que se pretende aferir é se estas duas variáveis/factores explicam a taxa de risco de pobreza, isto é, se exercem alguma influência nos níveis de pobreza registados. De referir que optou-se pela taxa de desemprego de longa duração, em detrimento da taxa de desemprego, uma vez que, na primeira, a situação de privação de rendimento, através do trabalho, é temporalmente mais elevada, concorrendo mais para uma eventual situação de pobreza. Foram ainda consideradas para esta análise, as variáveis independentes nível de escolaridade dos jovens e abandono escolar precoce, uma vez que, além do emprego, o conhecimento e a inovação são apontados como uma prioridade política da Agenda de Lisboa, pelo que as questões relacionadas com a educação assumem, ou devem assumir, uma posição de relevo.

Esta análise irá ser feita tanto para a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, como para a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais, ambas como variáveis dependentes.

**Gráfico 26**  
**Variáveis seleccionadas para a Regressão Linear Múltipla**



Tanto na análise de *clusters*, como na regressão linear múltipla, irão ser utilizadas, separadamente, as médias dos valores originais e os dados da variação global no período. Todas as variáveis em análise (em todos os modelos) são de natureza quantitativa.

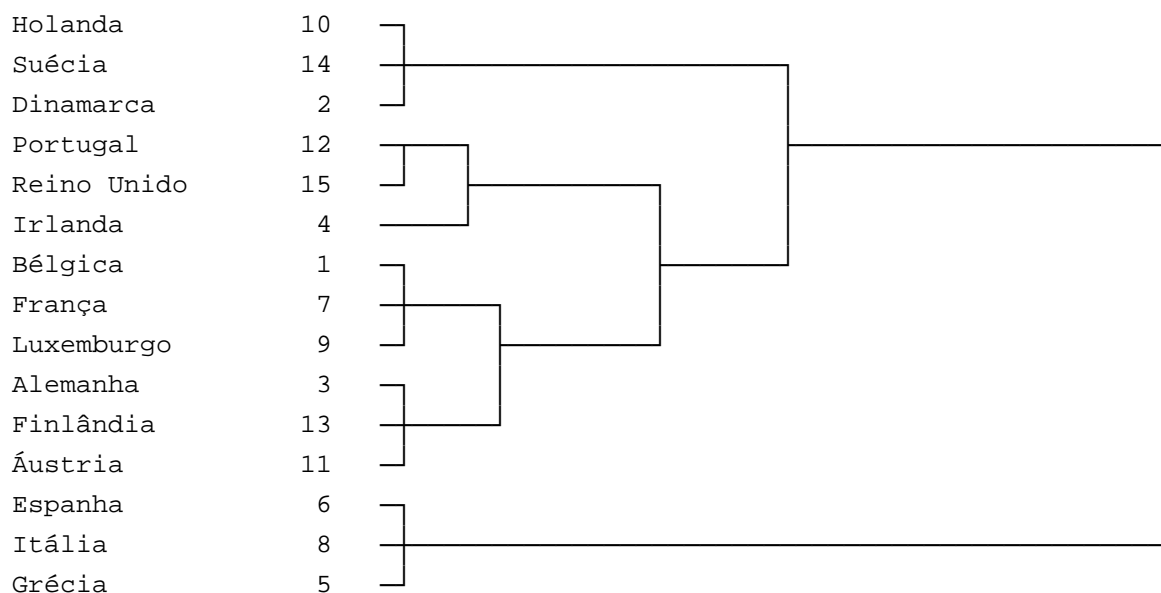
### 5.5 A diversidade europeia: tipologias

Conforme já foi referido, na análise de *clusters* foram utilizadas as médias dos valores originais e os dados da variação global no período. Para cada um destes casos, foram experimentados os sete métodos disponíveis na análise hierárquica de *clusters*.

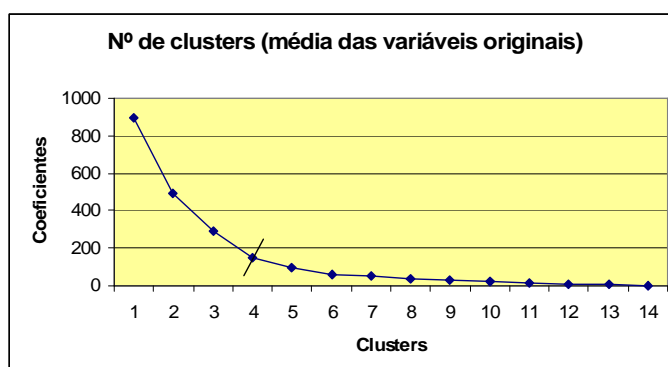
Praticamente todos os métodos aglomeram os mesmos países por *cluster*. Sendo esse resultado obtido pelo método Ward, irá dar-se preferência ao mesmo, uma vez que otimiza a variância mínima entre os grupos. Acresce que, teoricamente, esta é a aglomeração que faz mais sentido.

**Gráfico 27**

**Dendrograma segundo o Método de Ward, utilizando as médias dos 15 países, nos indicadores: crescimento do emprego, taxa de emprego, desigualdade na distribuição do rendimento, pobreza após as transferências sociais.**



**Gráfico 28**  
**Representação gráfica do número de *clusters* a considerar, de acordo com as médias das variáveis originais**



De acordo com a interpretação do dendrograma (gráfico 28), a análise das médias dos dados originais apresenta quatro *clusters* (quadro 24).

Tendo em conta que os valores utilizados representam a posição de cada país face ao conjunto, reflectindo assim o ponto de partida de cada Estado-membro, descortina-se uma alteração do agrupamento dos países, se tivermos em conta a divisão segundo o modelo social vigente.

**Quadro 23**  
**Agrupamento dos países, segundo o modelo social de acordo com Ferrera et al, 2000**

Modelo escandinavo	Modelo continental	Modelo anglo-saxónico	Modelo do Sul
Finlândia	Bélgica	Reino Unido	Espanha
Suécia	França	Irlanda	Itália
Dinamarca	Luxemburgo		Grécia
	Alemanha		Portugal
	Holanda		
	Áustria		



**Quadro 24**  
**Agrupamento dos países por *clusters*, de acordo com as médias das variáveis originais**

Cluster 1	Cluster 2	Cluster3	Cluster 4
Holanda	Portugal	Bélgica	Espanha
Suécia	Reino Unido	França	Itália
Dinamarca	Irlanda	Luxemburgo	Grécia
		Alemanha	
		Finlândia	
		Áustria	

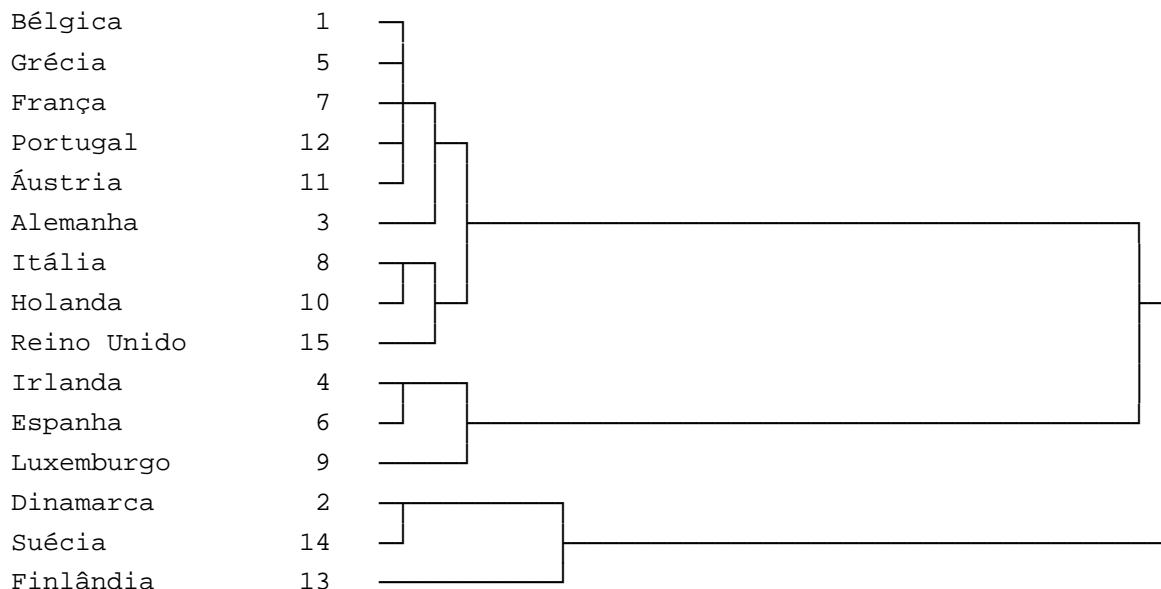
O primeiro *cluster* é composto pela Holanda, a Suécia e a Dinamarca, o que já traz uma novidade, na medida em que apresenta um país do modelo continental, a Holanda, juntamente com dois representantes do modelo escandinavo, a Suécia e a Dinamarca. O segundo *cluster* também se caracteriza pela junção de países com diferentes modelos sociais. Neste caso, tendo em conta que a Irlanda e o Reino Unido compõem o modelo anglo-saxónico, Portugal aparece como o intruso, representando o modelo do Sul. O terceiro *cluster* poderia ser apresentado como a representação do modelo social continental, se não tivesse a presença da Finlândia, que se afasta assim do modelo escandinavo. Por fim, o quarto *cluster*, com a Espanha, a Itália e a Grécia, aglomera os países do modelo social do Sul, com excepção de Portugal.

Apesar de se registar a junção no mesmo *cluster* de países que se inserem em modelos sociais diferentes, este agrupamento é feito por proximidade, ou seja, o modelo social escandinavo e o modelo social continental, que já se encontravam mais próximos um do outro face aos restantes, misturam-se entre si, acontecendo o mesmo relativamente ao modelo social anglo-saxónico e modelo social do Sul.

O ponto de partida dos Estados-membros é bastante diferente, e isso reflecte-se na posição que actualmente ocupam, independentemente do esforço que têm vindo a fazer. Deste modo, é igualmente importante obter tipologias baseadas na variação global no período, uma vez que esta traduz a evolução dos países, sendo possível aferir o respectivo percurso, e se o caminho converge para o alcance dos objectivos da Estratégia de Lisboa (gráfico 29).

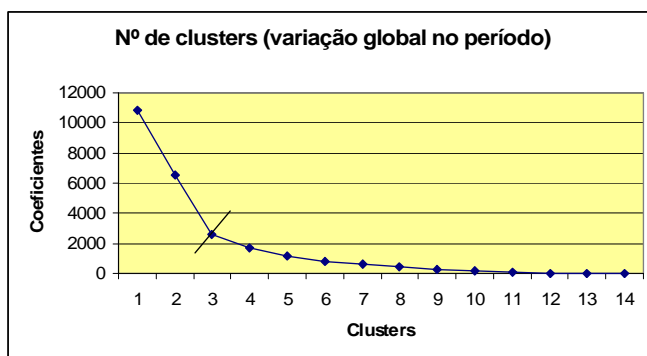
**Gráfico 29**

**Dendrograma segundo o Método Ward, utilizando as variações globais no período dos 15 países, dos indicadores: crescimento do emprego, taxa de emprego, desigualdade na distribuição do rendimento, pobreza após as transferências sociais.**



**Gráfico 30**

**Representação gráfica do número de *clusters* a considerar, de acordo com a variação global no período**



A evolução verificada pelos países nas dimensões em análise, entre 1995 e 2005, leva-nos ao seu agrupamento em três *clusters* (quadro 25):

**Quadro 25**  
**Agrupamento dos países por *clusters*, de acordo com a variação global no período**

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3
Bélgica	Irlanda	Dinamarca
Grécia	Espanha	Suécia
França	Luxemburgo	Finlândia
Portugal		
Áustria		
Alemanha		
Itália		
Holanda		
Reino Unido		

O primeiro *cluster* identificado aponta-nos para uma clara convergência da maioria dos países da UE15, no que concerne ao sentido evolutivo da sua acção. De facto, está concentrada neste grupo a maioria dos países que compõem o modelo social continental, o modelo anglo-saxónico e o modelo do Sul.

A homogeneidade de comportamentos poderá estar relacionada com a própria actuação da União Europeia que, através da definição de regras e metas, como as das finanças públicas, e a emanação de orientações, como as presentes nos programas nacionais de reforma, leva a que a actuação dos países se faça no mesmo sentido.

É claro que o ponto de partida de cada país não é o mesmo, e a evolução de alguns tem forçosamente de ser mais intensa para alcançarem o mesmo patamar. Contudo, a convergência está a acontecer, permitindo que a União Europeia seja mais homogénea.

De referir que todos os países que fazem parte deste primeiro *cluster* conseguiram reduzir, no período em análise, a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais (a Holanda apresenta-se como uma excepção, uma vez que teve uma variação nula neste domínio).

O segundo *cluster* é composto pela Irlanda, pela Espanha e pelo Luxemburgo. Pertencendo cada um destes países a um modelo social distinto (a Irlanda enquadra-se no modelo anglo-saxónico, a Espanha no modelo do Sul e o Luxemburgo no modelo

continental), o que os caracteriza fortemente, nos domínios em análise, é o facto de os três registarem o mais elevado crescimento do emprego no conjunto dos 15 países e apresentarem, paralelamente, uma subida da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais.

Este *cluster* representa, assim, uma forte evidência de que a criação de emprego não produz efeito ao nível da redução da pobreza.

O último *cluster* é composto pelos países do modelo social escandinavo, ou seja, a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia. Este grupo de países continua a apresentar-se de uma forma homogénea, sendo reconhecido o seu bom desempenho nas diversas áreas, com especial destaque para a vertente da coesão social. Porém, é de ter em conta, e até mesmo encarar como sinal de alerta, que, nestes três países, a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais subiu e, nalguns casos, como o da Finlândia, essa subida foi substancial. Este comportamento poderá inclusive ser a explicação para o facto de este último país, na análise que teve como base as médias dos valores originais (quadro 24), ter-se afastado dos seus congéneres do modelo social escandinavo.

## **5.6 Os factores da pobreza: a relação com o emprego**

Tendo em conta o objecto da presente tese, tentou aferir-se, através de regressão linear múltipla, se o crescimento do emprego e a taxa de desemprego de longa duração exercem influência e fazem variar a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais e a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais.

Nos modelos em que apenas são utilizadas as variáveis relacionadas com o emprego (modelo 1, 2, 5 e 7 – quadro 26), verifica-se que estas não dão uma contribuição estatisticamente significativa para explicar a variação da variável dependente, ou seja, da taxa de risco de pobreza, nas suas duas versões.

De realçar, no entanto, que o modelo 2 apresenta um valor do teste marginal ( $F_{(2,12)}=3,065$ ;  $p=0,084$ ), pelo que o seu resultado deverá ser tido em conta. Assim, o modelo composto pelo crescimento do emprego e pela taxa de desemprego de longa duração, que utiliza as médias das variáveis originais, explica 22,8% da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, sendo a taxa de desemprego de longa duração a variável independente que faz variar de forma estatisticamente significativa ( $t=2,138$  e  $p<0,05$ ), o risco de pobreza após as transferências sociais. O valor do teste, tal como já foi referido, é marginal ( $F_{(2,12)}=3,065$ ;  $p=0,084$ ). Quanto ao sentido da relação estatisticamente significativa, verifica-se que é positiva, indicando que quanto maior é a taxa de

**Quadro 26**  
**Factores explicativos da Pobreza**

(1995-2005), CE15

Valores	Modelo/ Variáveis	Nº	Crescimento do emprego	Taxa de desemprego de longa duração	Grau escolaridade (20-24)	Abandono escolar (18-24)	$\bar{R}^2$
Médias das variáveis originais	Pobreza antes das transferências sociais	1	$\beta=0.513$ $t=0,706$	$\beta=-0.677$ $t=-1,208$	—	—	-6,5% (F(3,11)=0,716; p=0,563)
		2	$\beta=1.012$ $t=1,222$	$\beta=1.234$ $t=2,138^*$	—	—	22,8% (F(3,11)=2,814; p=0,089)
	Pobreza depois das transferências sociais	3	$\beta=0.803$ $t=1,052$	$\beta=1.161$ $t=2,202^*$	$\beta=-0.163$ $t=-1,863^{**}$	—	36% (F(3,11)=3,621; p=0,049)
		4	$\beta=0.476$ $t=0,689$	$\beta=0.817$ $t=1,681$	—	$\beta=0.270$ $t=2,775^*$	50,5% (F(3,11)=5,753; p=0,013)
		5	$\beta=-0.535$ $t=-1,574$	$\beta=-0.098$ $t=-0,881$	—	—	5,5% F(2,12)=1,410; p=0,282
Variação global no período	Pobreza antes das transferências sociais	6	$\beta=-0.090$ $t=-0,314$	$\beta=-0.016$ $t=-0,185$	—	$\beta=0.558$ $t=3,262^*$	47,6% (F(3,11)=5,242; p=0,017)
		7	$\beta=0.162$ $t=0,546$	$\beta=-0.145$ $t=-1,480$	—	—	6,1% F(2,12)=1,457; p=0,271

\* Valor do teste t com nível de significância a 0,05.

\*\* Valor do teste t com nível de significância a 0,01.

desemprego de longa duração, maior será a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais ( $\beta=1.234$ ), resultado que é adequado.

Uma vez que o crescimento do emprego e a taxa de desemprego de longa duração revelam não contribuir praticamente – com a exceção considerada - para a variação da taxa de risco de pobreza nos 15 países e no período considerado, tentámos incluir outras variáveis independentes, teoricamente adequadas e relevantes na actuação levada a cabo no âmbito da Estratégia de Lisboa.

Incluindo o nível de escolaridade na regressão, além do crescimento do emprego e da taxa de desemprego de longa duração (modelo 3 do gráfico 26), verifica-se que o modelo é estatisticamente significativo ( $F_{(3,11)}=3,621$ ;  $p<0,05$ ) e explica 36% da variação da taxa de pobreza após as transferências sociais, quando utilizadas as médias das variáveis originais. A taxa de desemprego de longa duração é a variável independente mais relevante ( $t=2,202$  e  $p<0,05$ ), podendo ainda encontrar-se uma significância marginal do nível de escolaridade ( $t=-1,863$  e  $p<0,100$ ). Quanto ao sentido da relação, verifica-se que é positiva entre a taxa de desemprego de longa duração ( $\beta=1.161$ ) e a taxa de pobreza, ou seja, quanto maior a taxa de desemprego de longa duração maior tende a ser o risco de pobreza após as transferências sociais; mas negativa no que se refere ao nível de escolaridade ( $\beta=-0,163$ ), o que quer dizer que quanto menor for o nível de escolaridade, maior tende a ser a taxa de pobreza após as transferências sociais. Estes resultados também se nos afiguram consistentes com o teoricamente esperado.

Uma outra tentativa de explicação das taxas de risco de pobreza consistiu na inclusão da taxa de abandono escolar precoce. A regressão estimada 4 (quadro 26), englobando o crescimento do emprego, a taxa de desemprego de longa duração e o abandono escolar precoce, e em que são utilizadas as médias das variáveis originais, é estatisticamente significativa ( $F_{(3,11)}=5,753$  e  $p<0,05$ ) e explica uma percentagem muito elevada da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, 50,5%. O abandono escolar precoce é a variável independente que faz variar de forma estatisticamente significativa ( $t=2,775$  e  $p<0,05$ ) o risco de pobreza após as transferências sociais. O respectivo coeficiente estimado é positivo ( $\beta=0.270$ ), significando que se o abandono escolar precoce aumenta, a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais tende a aumentar.

Utilizando o mesmo modelo (regressão 6), isto é, o que inclui o crescimento do emprego, a taxa de desemprego de longa duração e o abandono escolar precoce como variáveis explicativas, mas com os dados da variação global no período, obtém-se um  $R^2$

ajustado de 47,6%, sendo o abandono escolar precoce a variável independente que faz variar de forma estatisticamente significativa ( $t=3,262$  e  $p<0,05$ ), o risco de pobreza antes das transferências sociais. O valor do teste é significativo, podendo ser considerado ( $F_{(3,11)}=5,242$ ;  $p=0,017$ ). O coeficiente estimado é positivo, como esperado, pelo que se pode inferir que quanto maior é o abandono escolar precoce, maior tende a ser a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais ( $\beta=0,558$ ).

## **6. Conclusões**

O objectivo central que guiou o trabalho da presente tese foi o de saber se o crescimento do emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia, validando assim o caminho definido pela Estratégia de Lisboa renovada, que centra a sua acção no crescimento e no emprego.

Da análise efectuada, verifica-se que o crescimento do emprego não parece exercer influência quer na diferença das taxas de risco de pobreza, antes e após as transferências sociais, entre os vários países, quer na evolução diferenciada das mesmas taxas de risco de pobreza dos 15 países da UE, no período de 1995 a 2005.

Se tivermos em conta que as variações no período reflectem a evolução registada pelos países, constatamos que o caminho feito no âmbito da criação de emprego não parece ter tido influência nas taxas de risco de pobreza. Atendendo ao facto de que a presente análise incide sobre o período até 2005, e que a Estratégia de Lisboa renovada se inicia nessa data, tudo indica que a valorização dada por esta à área do emprego não irá contribuir, por si só, para a diminuição da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais.

A constatação de que a simples existência de trabalho não retira as pessoas de uma situação de pobreza foi também verificada no recente estudo coordenado por Bruto da Costa, que conclui que mais de metade das famílias que passaram por uma situação de pobreza, no período analisado, tinham o trabalho como principal fonte de rendimento (Bruto da Costa, 2008: 194). A novidade aqui encontrada será a verificação de que não se trata de um fenómeno exclusivo de Portugal, mas sim de toda a UE15.

Porém, verificou-se que, tendo em conta as médias das variáveis originais, a taxa de desemprego de longa duração explica 22,8% da variação da taxa de risco de pobreza após as transferências sociais. Poderão estar aqui reflectidas as situações em que foram

esgotados os mecanismos de apoio social existentes, como o subsídio de desemprego, e em que não foi encontrada uma alternativa para a obtenção de rendimentos. Acresce que a ausência prolongada do mercado de trabalho poderá ser um obstáculo à própria inserção na sociedade, não só pela ausência de rendimentos mas também pela possibilidade de exclusão que representa uma vida à margem de uma sociedade configurada à volta do trabalho remunerado. Isto significa que, também para estas situações, não bastará a criação de mais emprego se não for acompanhada de políticas de qualificação e de inclusão. Até porque se verificou, também, que o nível de escolaridade dos jovens exerce alguma influência na taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, explicando, conjuntamente com a taxa de desemprego de longa duração, 36% da variação do risco de pobreza entre os países da União Europeia a 15, entre 1995 e 2005.

O grande contributo explicativo para as taxas de risco de pobreza antes e após as transferências sociais é dado pelo abandono escolar precoce. De facto, esta variável, associada ao crescimento do emprego e à taxa de desemprego de longa duração, é a que mais influência exerce nas taxas de risco de pobreza. Os dados revelam que a aposta no combate ao abandono escolar precoce deve ser feita, pois pode dar um valioso contributo para a redução da pobreza.

A constatação de que o crescimento do emprego não concorre para a redução das taxas de risco de pobreza não pode ser encarada como um sinal de que não vale a pena prosseguir o esforço de criar mais empregos. O emprego é necessário e fundamental nas sociedades em que nos inserimos. Não pode no entanto, ser encarado como a alavanca de resolução de todos os fenómenos, entre os quais o da pobreza.

Uma outra questão levantada, e para a qual se pretendia encontrar uma resposta, era saber se as taxas de pobreza estão relacionadas com os modelos sociais existentes. De facto, o nível existente de taxa de risco de pobreza na UE15 ainda está relacionado com os modelos sociais apresentados, isto é, os países que compõem o modelo escandinavo são os que apresentam as taxas de risco de pobreza após as transferências sociais mais baixas, os países que compõem o modelo continental registam taxas de risco de pobreza abaixo da média da UE15, e os países do modelo do Sul e do modelo anglo-saxónico são os que apresentam as taxas de risco de pobreza mais elevadas.

Contudo, analisando as médias dos indicadores, que reflectem, em parte, o ponto de partida dos países, e entrando em linha de conta com indicadores relacionados com o emprego e com a desigualdade na distribuição do rendimento, regista-se já uma ligeira alteração deste cenário, com os países dos modelos que mais se aproximam a misturarem-



se. De salientar o facto de a Holanda juntar-se à Suécia e à Dinamarca na composição de um *cluster*, e de a Finlândia se inserir no *cluster* composto pelos países do modelo social continental. Uma outra alteração de posicionamento prende-se com Portugal, que se associa ao Reino Unido e à Irlanda, afastando-se dos restantes países que compõem o modelo social do Sul.

A análise da evolução registada pelos 15 países ao nível da pobreza, mas também ao nível do emprego e da desigualdade na distribuição do rendimento, aponta para um cenário bastante diferente.

O modelo escandinavo, composto pela Suécia, a Dinamarca e a Finlândia, é o único que se mantém fiel ao formato original, continuando a apresentar um comportamento homogéneo entre os países que o compõem. Contudo, constata-se uma evolução negativa ao nível dos indicadores sociais, não estando estes países a conseguir manter os excelentes resultados que os caracterizam neste domínio.

Os restantes três modelos sociais (o modelo continental, o modelo do Sul e o modelo anglo-saxónico) convergem para um só, verificando-se um mesmo sentido evolutivo no seu comportamento.

Esta convergência poderá ter a sua explicação nos instrumentos criados pela União Europeia, onde a Estratégia de Lisboa tem um papel de relevo. A adopção de políticas, metas e objectivos comuns está a criar uma maior uniformidade ao nível europeu (UE15).

À margem deste registo ficam três países, a Irlanda, a Espanha e o Luxemburgo, que se distanciam dos restantes e que têm como principal característica os melhores desempenhos ao nível da criação de emprego, associado a uma subida das taxas de risco de pobreza após as transferências sociais. A existência deste grupo de países vem reforçar a conclusão obtida através das regressões, de que o crescimento do emprego não faz variar a taxa de risco de pobreza.

Verificando-se uma convergência da evolução dos países, e posicionando-se a União Europeia cada vez mais como uma potência mundial, a actuação dos Estados-membros deverá prosseguir os mesmos objectivos, apesar de haver inevitavelmente diferentes trajectórias e configurações estruturais.

Mas, apesar das diferenças que subsistem e que ficaram expostas neste trabalho, importante será que a política de combate à pobreza da União Europeia seja eficaz, conseguindo combater este flagelo que ainda assola significativamente o espaço europeu. E este combate não é ganho se nos ficarmos apenas pela aposta no crescimento e no emprego. Os dados demonstram, de uma forma que se nos afigura convincente, que esta

fórmula mágica não consegue, por si só, eliminar a pobreza, dando pistas valiosas sobre outras áreas, como a da educação, nas quais vale a pena investir se, de facto, se pretender erradicar este fenómeno.

## **Bibliografia**

- Atkinson, A. B., Marlier, E. e Nolan, B. (2004), “Indicators and Targets for Social Inclusion in the European Union”, *Journal of Common Market Studies*, vol. 42, n.º 1, pp 47-75.
- Bardone, L., Guio, A. (2005), *In-Work Poverty*, Statistics in focus 5/2005 (online), consultado a 12/06/2007, disponível em [http://ec.europa.eu/employment\\_social/spsi/docs/social\\_inclusion/statistics5-2005\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/docs/social_inclusion/statistics5-2005_en.pdf).
- Bruto da Costa, A., Baptista, I., Perista, P., Carrilho, P. (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- Capucha, L. (1999), *Conceitos e Medidas: de uma abordagem plural a problemas comuns*, em AA. VV, *Actas do Seminário Pobreza e Exclusão Social, Percursos e Perspectivas da Investigação em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS).
- Capucha, L. (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- Centeno, M., Novo, A. A. (2007), *As políticas activas e passivas do mercado de trabalho: Receitas para um desemprego saudável* (online), consultado a 12/06/2007, disponível em [http://alvaro.a.novo.googlepages.com/ALMP\\_PLMP.pdf](http://alvaro.a.novo.googlepages.com/ALMP_PLMP.pdf).
- Combat Poverty Agency com OSI, NESF, EAPN Europe, ENSP, OFMDFM NI, Segurança Social, Directorate for Health and Social Affairs Norway (2006), *Better Policies, Better Outcomes – Promoting the mainstreaming of social inclusion*, Dublin.
- Comissão Europeia (2004), *A Situação Social na União Europeia – síntese* (online), consultado a 03/04/2008, disponível em [http://bookshop.europa.eu/eubookshop/FileCache/PUBPDF/KEAP04001PTC/KEAP04001PTC\\_002.pdf](http://bookshop.europa.eu/eubookshop/FileCache/PUBPDF/KEAP04001PTC/KEAP04001PTC_002.pdf).
- Comissão Europeia (2007), *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion: Social inclusion, Pensions, Healthcare and Long Term care*, Luxemburgo.
- Comissão Europeia (2007), *Statistical Annex of European Economy*, Outono 2007, Directorate General ECFIN – Economic and Financial Affairs.
- Comité Europeu para a Coesão Social (2004), *Uma Nova Estratégia para a Coesão Social*, Bruxelas.
- Conselho Europeu (2001), *Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Gotemburgo*, 15 e 16 de Junho de 2001, SN 200/1/01 VER 1.
- Conselho Europeu (2008), *Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Bruxelas*, 13 e 14 de Março de 2008, 7652/1/08 REV 1.

- Conselho Europeu (2000), *Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Santa Maria da Feira*, 19 e 20 de Junho de 2000 (online), consultado a 10/01/2007, disponível em [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00200-r1.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00200-r1.p0.htm)
- Eatwell, J., Milgate, M., Newman, P. (1987), *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, Londres, The Macmillan Press Limited.
- Esping-Andersen, G. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Esping-Andersen, G. (2000), “Um Estado-Providência para o Século XXI – Sociedades em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos Estados-Providência europeus”, in R. Boyer, M. Castells, G. Esping-Andersen, R. Lindley, L. Soete, e M. J. Rodrigues (2000), pp. 79-125.
- Estivill, J. (2003), *Panorama da luta contra a exclusão social – conceitos e estratégias*, Coimbra, Organização Internacional do Trabalho.
- Estivill, J., Aires, S. (2007), *De Lisboa 2000 a Lisboa 2007: regresso ao futuro*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Ferrera, M., Hemerijck, A., Rhodes, M. (2000), *O Futuro da Europa Social: Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Oeiras, Celta.
- Guibentif, P., Bouget, D. (1997), *As Políticas do Rendimento Mínimo na União Europeia*, Lisboa, União das Mutualidades Portuguesas.
- Hayek, F.A. (1960), *The Constitution of Liberty*, Chicago, The University of Chicago.
- Hespanha, P. (2002), *Algumas questões de fundo para uma avaliação da nova geração de políticas sociais* (online), consultado a 18/05/2007, disponível em <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044512.pdf>.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2005), *Estudo dos Sem-Abrigo*, Lisboa.
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias (2000/C 364/01), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2005), *Plano Nacional de Emprego*, Lisboa, Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006), *Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório 2006*, Lisboa, Gabinete de Estratégia e Planeamento.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2007), *Proposta de Reforma das Políticas Activas de Emprego – versão de trabalho*, Lisboa.

- Neves, I. (2001), *Dicionário Técnico e Jurídico de Protecção Social*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Nozick, R. (1974), *Anarchy, State, and Utopia*, Oxford, Blackwell.
- Pereira, P. T., Afonso, A., Arcanjo, M., Santos, J.C.G. (2005), *Economia e Finanças Públicas*, Lisboa, Escolar Editora.
- Pierson, C. (1991), *Beyond the Welfare State?*, Cambridge, Polity Press.
- Rodrigues, M. J. (2003), *A Agenda Económica e Social da União Europeia – A Estratégia de Lisboa*, Lisboa, Dom Quixote.
- Rodrigues, M. J. (2005), *The Debate over Europe and the Lisbon Strategy for Growth and Jobs*, Background Paper, 21.10.2005.
- Salavisa Lança, I. (2001), *Mudança Tecnológica e Economia – Crescimento, Competitividade e Indústria em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Salavisa Lança, I. (2003), “Inovação, Produtividade, Emprego e Competitividade”, in M. J. Rodrigues, A. Neves, A. E. M. Mira Godinho (orgs.), *Para uma Política de Inovação em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 159-178.
- Smith, A. (1999), *A Riqueza das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- United Nations (2007), *The Millennium Development Goals Report 2007*, Nova Iorque.
- Veit-Wilson (2007), *Apresentação feita na 6.ª Mesa Redonda sobre o Combate à Pobreza e à Exclusão Social*, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, Açores.
- Wolff, J. (2004), *Introdução à Filosofia Política*, Lisboa, Gradiva.
- World Bank Group (2004), *Patterns of Africa-Asia Trade and Investment: Potential for Ownership and Partnership*, World Bank Group Africa Region, Private Sector Unit (online), consultado a 24/07/2008, disponível em <http://www.ticad.net/Publications/pattern-full.pdf>.

### **Sites Consultados**

- Eurostat (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>)
- OCDE (<http://www.oecd.org>)
- Portal da União Europeia (<http://europa.eu>)
- Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>)
- Nações Unidas (<http://www.un.org>)

## Anexos

### Bélgica

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	2,4	1,5	56,1	9,7		4,5	27	16	5,8	14,1	27,4		
1996	1,2	0,3	56,2	9,5		4,2	27	15	5,7	14,1	28,0	80,2	12,9
1997	3,5	0,5	56,8	9,2		4,0	26	14	5,4	14,3	27,4	80,1	12,7
1998	1,7	1,6	57,4	9,3		4,0	25	14	5,6	14,4	27,1	79,6	14,5
1999	3,4	1,3	59,3	8,5		4,2	24	13	4,8	13,0	27,0	76,2	15,2
2000	3,7	2,0	60,5	6,9		4,3	23	13	3,7	12,4	26,5	81,7	12,5
2001	0,8	1,4	59,9	6,6	6,0	4,0	23	13	3,2	13,8	27,3	81,7	13,6
2002	1,5	-0,1	59,9	7,5	6,1	4,1	26	14	3,7	14,2	28,0	81,6	12,4
2003	1,0	0,0	59,6	8,2	6,1	4,3	29	15	3,7	14,4	29,1	81,2	12,8
2004	3,0	0,7	60,3	8,4	6,0	4,0	27	15	4,1	13,7	29,3	81,8	11,9
2005	1,7	1,2	61,1	8,5	6,0	4,0	28	15	4,4	13,5	29,7	81,8	13,0
Média das variáveis	2,2	0,9	58,8	8,4	6,0	4,1	26	14	4,6	13,8	27,9	80,6	13,2

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	2,4	1,5											
1996	1,2	0,3	0,2	-2,1		-6,7	0,0	-6,3	-1,7	0,0	2,2		
1997	3,5	0,5	1,1	-3,2		-4,8	-3,7	-6,7	-5,3	1,4	-2,1	-0,1	-1,6
1998	1,7	1,6	1,1	1,1		0,0	-3,8	0,0	3,7	0,7	-1,1	-0,6	14,2
1999	3,4	1,3	3,3	-8,6		5,0	-4,0	-7,1	-14,3	-9,7	-0,4	-4,3	4,8
2000	3,7	2,0	2,0	-18,8		2,4	-4,2	0,0	-22,9	-4,6	-1,9	7,2	-17,8
2001	0,8	1,4	-1,0	-4,3		-7,0	0,0	0,0	-13,5	11,3	3,0	0,0	8,8
2002	1,5	-0,1	0,0	13,6	1,8	3,7	12,3	7,4	15,6	2,9	2,6	-0,1	-8,8
2003	1,0	0,0	-0,5	9,3	-1,0	3,7	12,3	7,4	0,0	1,4	3,9	-0,5	3,2
2004	3,0	0,7	1,2	2,4	-1,0	-7,0	-6,9	0,0	10,8	-4,9	0,7	0,7	-7,0
2005	1,7	1,2	1,3	1,2	-0,7	0,0	3,7	0,0	7,3	-1,5	1,4	0,0	9,2
Variação média	2,2	0,9	0,9	-0,9	-0,2	-1,1	0,6	-0,5	-2,0	-0,3	0,8	0,3	0,6
Variação no período	23,6	9,2	8,9	-12,4	-0,8	-11,1	3,7	-6,3	-24,1	-4,3	8,4	2,0	0,8

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Dinamarca

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	3,1	0,7	73,4	6,7	7,7	2,9		10	2,0		31,9		
1996	2,8	0,9	73,8	6,3	8,1	2,9		10	1,8		31,2	74,6	12,1
1997	3,2	1,4	74,9	5,2	7,9	2,9		10	1,5		30,1	73,6	10,7
1998	2,2	1,4	75,1	4,9	8,3	2,9		10	1,3		30,0	76,3	9,8
1999	2,6	0,8	76,0	5,2	8,1	3,0		10	1,1		29,8	73,2	11,5
2000	3,5	0,5	76,3	4,3	8,3	3,0		10	0,9		28,9	72,0	11,6
2001	0,7	0,9	76,2	4,5	8,4	3,0	29	10	0,9		29,2	78,4	9,0
2002	0,5	0,0	75,9	4,6	8,4	3,3	30	11	0,9	7,6	29,7	78,6	8,6
2003	0,4	-1,1	75,1	5,4	8,3	3,6	32	12	1,1	8,6	30,9	76,2	10,3
2004	2,3	-0,6	75,7	5,5	8,4	3,4	30	11	1,2	8,5	30,9	76,2	8,5
2005	2,5	0,9	75,9	4,8	8,3	3,5	30	12	1,1	7,7	30,1	77,1	8,5
Média das variáveis	2,2	0,5	75,3	5,2	8,2	3,1	30	11	1,3	8,1	30,2	75,6	10,1

#### Taxas variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	3,1	0,7											
1996	2,8	0,9	0,5	-6,0	5,3	0,0		0,0	-10,0		-2,2		
1997	3,2	1,4	1,5	-17,5	-2,0	0,0		0,0	-16,7		-3,5	-1,3	-11,6
1998	2,2	1,4	0,3	-5,8	4,8	1,7		0,0	-13,3		-0,3	3,7	-8,4
1999	2,6	0,8	1,2	6,1	-2,5	1,7		0,0	-15,4		-0,7	-4,1	17,3
2000	3,5	0,5	0,4	-17,3	2,3	0,0		0,0	-18,2		-3,0	-1,6	0,9
2001	0,7	0,9	-0,1	4,7	1,9	0,0		0,0	0,0		1,0	8,9	-22,4
2002	0,5	0	-0,4	2,2	0,0	9,5	5,0	9,5	0,0		1,7	0,3	-4,4
2003	0,4	-1,1	-1,1	17,4	-1,3	9,5	5,0	9,5	22,2	13,2	4,0	-3,1	19,8
2004	2,3	-0,6	0,8	1,9	1,2	-5,6	-6,3	-8,3	9,1	-1,2	0,0	0,0	-17,5
2005	2,5	0,9	0,3	-12,7	-1,8	2,9	0,0	9,1	-8,3	-9,4	-2,6	1,2	0,0
Variação média	2,2	0,5	0,3	-2,7	0,8	2,0	1,0	2,0	-5,1	0,9	-0,6	0,4	-2,9
Variação no período	22,7	5,2	3,4	-28,4	8,0	20,7	3,4	20,0	-45,0	1,3	-5,6	3,4	-29,8

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Alemanha

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	1,9	0,2	64,6	8,0	4,6	4,6	22,0	15,0	3,9	10,6	28,2		
1996	1,0	-0,3	64,1	8,7	4,6	4,0	22,0	14,0	4,2	10,9	29,3	74,9	13,3
1997	1,8	-0,1	63,7	9,4	4,6	3,7	22,0	12,0	4,7	11,4	28,9	74,8	12,9
1998	2,0	1,2	63,9	9,1	4,5	3,6	22,0	11,0	4,7	11,1	28,8	74,7	13,9
1999	2,0	1,4	65,2	8,2	4,5	3,6	21,0	11,0	4,2	10,5	29,2	74,6	14,9
2000	3,2	1,9	65,6	7,5	4,5	3,5	20,0	10,0	3,8	9,7	29,3	74,7	14,9
2001	1,2	0,4	65,8	7,6	4,5	3,6	21,0	11,0	3,8	9,7	29,4	73,6	12,5
2002	0,0	-0,6	65,4	8,4	4,7	3,6	21,5	11,2	4,0	10,0	30,0	73,3	12,6
2003	-0,2	-0,9	65,0	9,3	4,7	3,7	22,0	11,5	4,6	10,6	30,3	72,5	12,8
2004	1,1	0,4	65,0	9,8	4,6	3,7	22,5	11,7	5,5	11,1	29,6	72,8	12,1
2005	0,8	-0,1	66,0	10,7	4,5	3,8	23,0	12,0	5,7	11,0	29,4	71,5	13,8
Média das variáveis	1,3	0,3	64,9	8,8	4,6	3,8	22	12	4,5	10,6	29,3	73,7	13,4

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	1,9	0,2											
1996	1,0	-0,3	-0,8	8,7	-0,8	-13,0	0,0	-6,7	7,7	2,8	3,9		
1997	1,8	-0,1	-0,6	8,0	-0,8	-7,5	0,0	-14,3	11,9	4,6	-1,4	-0,1	-3,0
1998	2,0	1,2	0,3	-3,2	-0,6	-2,7	0,0	-8,3	0,0	-2,6	-0,3	-0,1	7,5
1999	2,0	1,4	2,0	-9,9	-0,6	0,0	-4,5	0,0	-10,6	-5,4	1,4	-0,1	7,5
2000	3,2	1,9	0,6	-8,5	-1,1	-2,8	-4,8	-9,1	-9,5	-7,6	0,3	0,1	0,0
2001	1,2	0,4	0,3	1,3	0,9	2,9	5,0	10,0	0,0	0,0	0,3	-1,5	-16,1
2002	0,0	-0,6	-0,6	10,5	4,7	1,4	2,3	2,2	5,3	3,1	2,0	-0,4	0,8
2003	-0,2	-0,9	-0,6	10,7	0,0	1,4	2,3	2,2	15,0	6,0	1,0	-1,1	1,6
2004	1,1	0,4	0,0	5,4	-2,3	1,4	2,3	2,2	19,6	4,7	-2,3	0,4	-5,5
2005	0,8	-0,1	1,5	9,2	-1,3	1,4	2,3	2,2	3,6	-0,9	-0,7	-1,8	14,0
Varição média	1,3	0,3	0,2	3,2	-0,2	-1,8	0,5	-2,0	4,3	0,5	0,4	-0,5	0,8
Varição no período	13,6	3,3	2,2	33,8	-1,9	-17,4	4,5	-20,0	46,2	3,8	4,3	-4,5	3,8



## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Irlanda

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	9,6	4,4	54,4	12,3	5,1	5,1	34,0	19,0	7,6	13,5	14,8		
1996	8,2	3,6	55,4	11,7	5,3	5,1	34,0	19,0	7,0	12,9	13,9	77,3	18,9
1997	11,3	5,6	57,6	9,9	5,1	5,0	32,0	19,0	5,6	12,5	12,9	77,4	18,9
1998	8,0	8,6	60,6	7,5	4,8	5,2	32,0	19,0	3,9	11,1	12,0	79,7	0,0
1999	10,4	6,2	63,3	5,7	4,5	4,9	30,0	19,0	2,4	9,8	14,6	82,0	0,0
2000	9,4	4,6	65,2	4,3	4,3	4,7	31,0	20,0	1,6	8,6	14,1	82,6	0,0
2001	6,1	3,0	65,8	4,0	4,3	4,5	30,0	21,0	1,3	8,8	15,0	83,9	0,0
2002	6,6	1,8	65,5	4,5	4,3	4,7	30,5	20,5	1,3	8,5	17,3	84,0	14,7
2003	4,5	2,0	65,5	4,7	4,4	5,0	31,0	20,0	1,5	8,9	17,8	85,1	12,3
2004	4,4	3,1	66,3	4,5	4,7	5,0	33,0	21,0	1,6	8,6	18,2	85,3	12,9
2005	6,0	4,7	67,6	4,4	4,8	5,0	32,0	20,0	1,5	8,4	18,2	85,8	12,3
Média das variáveis	7,7	4,3	62,5	6,7	4,7	4,9	32	20	3,2	10,1	15,3	82,3	9,0

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	9,6	4,4											
1996	8,2	3,6	1,8	-4,9	4,5	0,0	0,0	0,0	-7,9	-4,4	-6,1		
1997	11,3	5,6	4,0	-15,4	-3,6	-2,0	-5,9	0,0	-20,0	-3,1	-7,2	0,1	0,0
1998	8,0	8,6	5,2	-24,2	-5,7	4,0	0,0	0,0	-30,4	-11,5	-7,0	2,9	-1,2
1999	10,4	6,2	4,5	-24,0	-6,4	-5,8	-6,3	0,0	-38,5	-11,5	21,7	2,9	-1,2
2000	9,4	4,6	3,0	-24,6	-4,9	-4,1	3,3	5,3	-33,3	-12,2	-3,4	0,7	-1,2
2001	6,1	3,0	0,9	-7,0	-0,5	-4,3	-3,2	5,0	-18,8	2,3	6,4	1,6	-1,2
2002	6,6	1,8	-0,5	12,5	0,5	5,4	1,7	-2,4	0,0	-3,4	15,3	0,1	-18,3
2003	4,5	2,0	0,0	4,4	2,3	5,4	1,7	-2,4	15,4	4,7	2,9	1,3	-16,3
2004	4,4	3,1	1,2	-4,3	7,5	0,0	6,5	5,0	6,7	-3,4	2,2	0,2	4,9
2005	6,0	4,7	2,0	-2,2	1,1	0,0	-3,0	-4,8	-6,3	-2,3	0,0	0,6	-4,7
Variação média	7,7	4,3	2,2	-9,0	-0,5	-0,1	-0,5	0,6	-13,3	-4,5	2,5	1,2	-4,4
Variação no período	105,5	52,4	24,3	-64,2	-5,9	-2,0	-5,9	5,3	-80,3	-37,8	23,0	11,0	-34,9

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Grécia

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: [European Economy](#)

Fonte: [Dados estimados por interpolação \(Julho 2008\)](#)

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	2,1	0,9	54,7	9,2	2,9	6,5	23,0	22,0	4,6	10,3	19,9		
1996	2,4	-0,4	55,0	9,6	3,1	6,3	22,0	21,0	5,2	9,8	20,5	75,3	20,7
1997	3,6	-0,5	55,1	9,8	3,5	6,6	23,0	21,0	5,3	10,0	20,8	76,8	19,9
1998	3,4	2,9	56,0	10,8	3,5	6,5	22,0	21,0	5,8	9,6	21,7	76,4	20,7
1999	3,4	0,3	55,9	12,0	3,6	6,2	22,0	21,0	6,5	9,6	22,7	78,6	18,6
2000	4,5	0,5	56,5	11,2	3,7	5,8	22,0	20,0	6,1	9,2	23,5	79,2	18,2
2001	4,5	0,2	56,3	10,7	3,5	5,7	23,0	20,0	5,5	8,8	24,1	80,2	17,3
2002	3,9	2,0	57,5	10,3	3,6	6,0	23,5	20,5	5,3	8,9	23,8	81,1	16,7
2003	5,0	1,9	58,7	9,7	3,6	6,4	24,0	21,0	5,3	8,5	23,6	81,7	17,3
2004	4,6	0,9	59,4	10,5	3,8	5,9	23,0	20,0	5,6	8,5	23,6	83,0	16,7
2005	3,8	1,5	60,1	9,9	4,0	5,8	23,0	20,0	5,1	8,5	24,2	84,1	15,5
Média das variáveis	3,7	0,9	56,8	10,3	3,5	6,2	23	21	5,5	9,2	22,6	79,6	18,2

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	2,1	0,9											
1996	2,4	-0,4	0,5	4,3	7,7	-3,1	-4,3	-4,5	13,0	-4,9	3,0		
1997	3,6	-0,5	0,2	2,1	12,0	4,8	4,5	0,0	1,9	2,0	1,5	2,0	-3,9
1998	3,4	2,9	1,6	10,2	0,6	-1,5	-4,3	0,0	9,4	-4,0	4,3	-0,5	4,0
1999	3,4	0,3	-0,2	11,1	4,3	-4,6	0,0	0,0	12,1	0,0	4,6	2,9	-10,1
2000	4,5	0,5	1,1	-6,7	2,2	-6,5	0,0	-4,8	-6,2	-4,2	3,5	0,8	-2,2
2001	4,5	0,2	-0,4	-4,5	-6,5	-1,7	4,5	0,0	-9,8	-4,3	2,6	1,3	-4,9
2002	3,9	2,0	2,1	-3,7	2,3	6,0	2,2	2,5	-3,6	1,1	-1,2	1,1	-3,5
2003	5,0	1,9	2,1	-5,8	0,8	6,0	2,2	2,5	0,0	-4,5	-0,8	0,7	3,6
2004	4,6	0,9	1,2	8,2	7,3	-7,8	-4,2	-4,8	5,7	0,0	0,0	1,6	-3,5
2005	3,8	1,5	1,2	-5,7	3,6	-1,7	0,0	0,0	-8,9	0,0	2,5	1,3	-7,2
Variação média	3,7	0,9	0,9	1,0	3,4	-1,0	0,1	-0,9	1,4	-1,9	2,0	1,2	-3,1
Variação no período	46,7	9,6	9,9	7,6	38,7	-10,8	0,0	-9,1	10,9	-17,5	21,6	11,7	-25,1

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Espanha

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	5,0	1,9	46,9	18,4	4,7	5,9	27,0	19,0	10,3	12,5	21,6		
1996	2,4	1,7	47,9	17,8	4,6	6,0	26,0	18,0	9,4	12,1	21,5	61,5	31,4
1997	3,9	3,6	49,5	16,7	4,5	6,5	27,0	20,0	8,7	11,3	20,8	63,7	30,0
1998	4,5	4,5	51,3	15,0	4,4	5,9	25,0	18,0	7,5	10,2	20,2	64,6	29,6
1999	4,7	4,6	53,8	12,5	4,4	5,7	23,0	19,0	5,7	8,5	19,8	65,2	29,5
2000	5,0	5,1	56,3	11,1	4,3	5,4	22,0	18,0	4,6	7,5	20,3	66,0	29,1
2001	3,6	3,2	57,8	10,3	4,2	5,5	23,0	19,0	3,7	7,4	20,0	65,0	29,2
2002	2,7	2,4	58,5	11,1	4,3	5,1	22,0	19,0	3,7	7,3	20,3	63,7	29,9
2003	3,1	3,1	59,8	11,1	4,3	5,1	22,0	19,0	3,7	7,2	20,4	62,2	31,3
2004	3,3	3,5	61,1	10,6	4,3	5,1	25,0	20,0	3,4	7,3	20,6	61,2	31,7
2005	3,6	4,1	63,3	9,2	4,2	5,4	24,0	20,0	2,2	6,7	20,8	61,8	30,8
Média das variáveis	3,8	3,4	55,1	13,1	4,4	5,6	24	19	5,7	8,9	20,6	63,5	30,3

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	5,0	1,9											
1996	2,4	1,7	2,1	-3,3	-0,9	1,7	-3,7	-5,3	-8,7	-3,2	-0,5		
1997	3,9	3,6	3,3	-6,2	-3,0	8,3	3,8	11,1	-7,4	-6,6	-3,3	3,6	-4,5
1998	4,5	4,5	3,6	-10,2	-1,3	-9,2	-7,4	-10,0	-13,8	-9,7	-2,9	1,4	-1,3
1999	4,7	4,6	4,9	-16,7	-0,9	-3,4	-8,0	5,6	-24,0	-16,7	-2,0	0,9	-0,3
2000	5,0	5,1	4,6	-11,2	-2,3	-5,3	-4,3	-5,3	-19,3	-11,8	2,5	1,2	-1,4
2001	3,6	3,2	2,7	-7,2	-1,2	1,9	4,5	5,6	-19,6	-1,3	-1,5	-1,5	0,3
2002	2,7	2,4	1,2	7,8	0,5	-7,3	-4,3	0,0	0,0	-1,4	1,5	-2,0	2,4
2003	3,1	3,1	2,2	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,4	0,5	-2,4	4,7
2004	3,3	3,5	2,2	-4,5	-0,7	0,0	13,6	5,3	-8,1	1,4	1,0	-1,6	1,3
2005	3,6	4,1	3,6	-13,2	-0,5	5,9	-4,0	0,0	-35,3	-8,2	1,0	1,0	-2,8
Variação média	3,8	3,4	3,1	-6,5	-1,0	-0,7	-1,0	0,7	-13,6	-5,9	-0,4	0,1	-0,2
Variação no período	43,5	42,1	35,0	-50,0	-9,2	-8,5	-11,1	5,3	-78,6	-46,4	-3,7	0,5	-1,9

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### França

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	2,1	0,9	59,5	11,0	6,0	4,5	26,0	15,0	4,3	11,0	30,3		
1996	1,1	0,4	59,5	11,5	6,0	4,3	26,0	15,0	4,5	10,9	30,6	75,2	15,2
1997	2,2	0,4	59,6	11,5	6,0	4,4	26,0	15,0	4,6	11,4	30,4	76,3	14,1
1998	3,5	1,5	60,2	11,0	6,0	4,2	25,0	15,0	4,5	11,3	30,1	78,9	14,9
1999	3,3	2,0	60,9	10,4	5,9	4,4	24,0	15,0	4,1	11,3	29,9	80,0	14,7
2000	3,9	2,7	62,1	9,0	5,8	4,2	24,0	16,0	3,5	10,7	29,5	81,6	13,3
2001	1,9	1,8	62,8	8,3	5,6	3,9	26,0	13,0	2,9	10,3	29,6	81,8	13,5
2002	1,0	0,6	63,0	8,6	5,6	3,9	26,0	12,0	3,0	10,4	30,4	81,7	13,4
2003	1,1	0,1	64,0	9,0	5,9	3,8	24,0	12,0	3,5	10,5	30,9	81,3	13,6
2004	2,5	0,1	63,7	9,3	5,8	4,2	26,0	13,0	3,8	10,8	31,3	81,7	13,1
2005	1,9	0,4	63,9	9,2	5,7	4,0	26,0	13,0	3,8	10,7	31,5	83,4	12,0
Média das variáveis	2,2	1,0	61,7	9,9	5,8	4,2	25	14	3,9	10,8	30,4	80,2	13,8

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	2,1	0,9											
1996	1,1	0,4	0,0	4,5	-0,5	-4,4	0,0	0,0	4,7	-0,9	1,0		
1997	2,2	0,4	0,2	0,0	0,3	2,3	0,0	0,0	2,2	4,6	-0,7	1,5	-7,2
1998	3,5	1,5	1,0	-4,3	-1,3	-4,5	-3,8	0,0	-2,2	-0,9	-1,0	3,4	5,7
1999	3,3	2,0	1,2	-5,5	-0,3	4,8	-4,0	0,0	-8,9	0,0	-0,7	1,4	-1,3
2000	3,9	2,7	2,0	-13,5	-1,7	-4,5	0,0	6,7	-14,6	-5,3	-1,3	2,0	-9,5
2001	1,9	1,8	1,1	-7,8	-4,1	-7,1	8,3	-18,8	-17,1	-3,7	0,3	0,2	1,5
2002	1,0	0,6	0,3	3,6	-0,4	0,0	0,0	-7,7	3,4	1,0	2,7	-0,1	-0,7
2003	1,1	0,1	1,6	4,7	5,6	-2,6	-7,7	0,0	16,7	1,0	1,6	-0,5	1,5
2004	2,5	0,1	-0,5	3,3	-1,2	10,5	8,3	8,3	8,6	2,9	1,3	0,5	-3,7
2005	1,9	0,4	0,3	-1,1	-2,8	-4,8	0,0	0,0	0,0	-0,9	0,6	2,1	-8,4
Variação média	2,2	1,0	0,7	-1,6	-0,6	-1,0	0,1	-1,1	-0,7	-0,2	0,4	1,2	-2,5
Variação no período	24,7	10,4	7,4	-16,4	-6,5	-11,1	0,0	-13,3	-11,6	-2,7	4,0	10,9	-21,1

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Itália

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	2,8	-0,2	51,0	11,2	4,9	5,9	23,0	20,0	7,1	11,9	24,2		
1996	1,1	0,6	51,2	11,2	4,8	5,6	23,0	20,0	7,3	12,0	24,3	60,9	31,7
1997	1,9	0,3	51,3	11,3	4,5	5,3	22,0	19,0	7,3	12,2	24,9	62,4	30,1
1998	1,4	1,0	51,9	11,4	4,7	5,1	21,0	18,0	6,8	12,0	24,6	65,3	28,4
1999	1,5	1,1	52,7	11,0	4,7	4,9	21,0	18,0	6,7	11,7	24,8	66,3	27,2
2000	3,7	1,9	53,7	10,1	4,5	4,8	21,0	18,0	6,3	11,2	24,7	69,4	25,3
2001	1,8	2,0	54,8	9,1	4,9	4,8	22,0	19,0	5,7	10,8	24,9	67,9	26,4
2002	0,5	1,7	55,5	8,6	4,6	5,1	22,6	19,0	5,1	10,2	25,3	69,6	24,3
2003	0,0	1,5	56,1	8,5	4,7	5,4	23,3	19,0	4,9	9,7	25,8	71,0	23,5
2004	1,5	0,4	57,6	8,1	4,6	5,7	24,0	19,0	4,0	9,1	26,0	73,4	22,3
2005	0,6	0,6	57,6	7,7	4,4	5,6	23,0	19,0	3,9	9,5	26,4	73,6	21,9
Média das variáveis	1,5	1,0	53,9	9,8	4,6	5,3	22	19	5,9	10,9	25,1	68,0	26,1

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	2,8	-0,2											
1996	1,1	0,6	0,4	0,0	-1,4	-5,1	0,0	0,0	2,8	0,8	0,4		
1997	1,9	0,3	0,2	0,9	-6,7	-5,4	-4,3	-5,0	0,0	1,7	2,5	2,5	-5,0
1998	1,4	1,0	1,2	0,9	4,3	-3,8	-4,5	-5,3	-6,8	-1,6	-1,2	4,6	-5,6
1999	1,5	1,1	1,5	-3,5	1,1	-3,9	0,0	0,0	-1,5	-2,5	0,8	1,5	-4,2
2000	3,7	1,9	1,9	-8,2	-4,9	-2,0	0,0	0,0	-6,0	-4,3	-0,4	4,7	-7,0
2001	1,8	2,0	2,0	-9,9	8,7	0,0	4,8	5,6	-9,5	-3,6	0,8	-2,2	4,3
2002	0,5	1,7	1,3	-5,5	-4,9	5,9	2,9	0,0	-10,5	-5,6	1,6	2,5	-8,0
2003	0,0	1,5	1,1	-1,2	2,6	5,9	2,9	0,0	-3,9	-4,9	2,0	2,0	-3,3
2004	1,5	0,4	2,7	-4,7	-3,4	5,9	2,9	0,0	-18,4	-6,2	0,8	3,4	-5,1
2005	0,6	0,6	0,0	-4,9	-3,3	-1,8	-4,2	0,0	-2,5	4,4	1,5	0,3	-1,8
Variação média	1,5	1,0	1,2	-3,6	-0,8	-0,4	0,1	-0,5	-5,6	-2,2	0,9	2,1	-4,0
Variação no período	14,9	11,7	12,9	-31,3	-8,7	-5,1	0,0	-5,0	-45,1	-20,2	9,1	20,9	-30,9

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Luxemburgo

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	1,4	2,5	58,7	2,9	4,3	4,3	25,0	12,0	0,7	6,5	20,7		
1996	1,5	2,6	59,2	2,9	4,0	4,0	24,0	11,0	0,8	7,6	21,2	49,5	35,3
1997	5,9	3,1	59,9	2,7	4,1	3,6	22,0	11,0	0,9	7,0	21,5	53,1	30,7
1998	6,5	4,5	60,5	2,7	4,0	3,7	23,0	12,0	0,9	7,3	21,2	61,5	24,2
1999	8,4	5,0	61,7	2,4	3,9	3,9	24,0	13,0	0,7	6,7	20,5	71,2	19,1
2000	8,4	5,6	62,7	2,3	3,8	3,7	23,0	12,0	0,6	6,9	19,6	77,5	16,8
2001	2,5	5,6	63,1	2,0	3,7	3,8	23,0	12,0	0,6	6,7	20,9	68,0	18,1
2002	4,1	3,2	63,4	2,7	3,8	4,0	23,0	11,0	0,7	6,3	21,6	69,8	17,0
2003	2,1	1,8	62,2	3,7	3,8	4,0	23,0	11,0	0,9	7,5	22,2	72,7	12,3
2004	4,9	2,2	62,5	5,1	3,9	3,9	22,0	12,0	1,1	7,1	22,3	72,5	12,7
2005	5,0	2,9	63,6	4,5	3,8	3,8	23,0	13,0	1,2	6,7	21,9	71,1	13,3
Média das variáveis	4,6	3,5	61,6	3,1	3,9	3,9	23	12	0,8	6,9	21,2	66,7	20,0

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	1,4	2,5											
1996	1,5	2,6	0,9	0,0	-5,4	-7,0	-4,0	-8,3	14,3	16,9	2,4		
1997	5,9	3,1	1,2	-6,9	2,5	-10,0	-8,3	0,0	12,5	-7,9	1,4	7,3	-13,0
1998	6,5	4,5	1,0	0,0	-2,4	2,8	4,5	9,1	0,0	4,3	-1,4	15,8	-21,1
1999	8,4	5,0	2,0	-11,1	-2,4	5,4	4,3	8,3	-22,2	-8,2	-3,3	15,8	-21,1
2000	8,4	5,6	1,6	-4,2	-2,4	-5,1	-4,2	-7,7	-14,3	3,0	-4,4	8,8	-12,0
2001	2,5	5,6	0,6	-13,0	-2,4	2,7	0,0	0,0	0,0	-2,9	6,6	-12,3	7,7
2002	4,1	3,2	0,5	35,0	1,3	5,3	0,0	-8,3	16,7	-6,0	3,3	2,6	-6,1
2003	2,1	1,8	-1,9	37,0	-0,3	0,0	0,0	0,0	28,6	19,0	2,8	4,2	-27,6
2004	4,9	2,2	0,5	37,8	2,4	-2,5	-4,3	9,1	22,2	-5,3	0,5	-0,3	3,3
2005	5,0	2,9	1,8	-11,8	-1,6	-2,6	4,5	8,3	9,1	-5,6	-1,8	-1,9	4,7
Variação média	4,6	3,5	0,8	6,3	-1,1	-1,1	-0,7	1,0	6,7	0,7	0,6	4,5	-9,5
Variação no período	61,4	43,0	8,3	55,2	-10,6	-11,6	-8,0	8,3	71,4	3,1	5,8	43,6	-62,3

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Holanda

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: [European Economy](#)

Fonte: [Dados estimados por interpolação \(Julho 2008\)](#)

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)	
1995		3,1	1,7	64,7	6,6	5,1	4,2	24,0	11,0	3,1	11,0	30,6		
1996		3,4	2,2	66,3	6,0	5,0	4,4	24,0	12,0	3,0	10,2	29,6	67,6	17,6
1997		4,3	3,1	68,5	4,9	4,8	3,6	23,0	10,0	2,3	8,9	28,7	70,3	16,0
1998		3,9	2,6	70,2	3,8	4,8	3,6	21,0	10,0	1,5	8,8	27,8	72,9	15,5
1999		4,7	2,6	71,7	3,2	4,8	3,7	21,0	11,0	1,2	7,8	27,1	72,3	16,2
2000		3,9	2,2	72,9	2,8	4,9	4,1	22,0	11,0	0,8	7,6	26,4	71,9	15,5
2001		1,9	2,1	74,1	2,2	4,8	4,0	22,0	11,0	0,6	6,9	26,5	72,7	15,3
2002		0,1	0,5	74,4	2,8	4,9	4,0	22,0	11,0	0,7	6,7	27,6	73,1	15,0
2003		0,3	-0,5	73,6	3,7	5,1	4,0	23,0	12,0	1,0	8,0	28,3	75,0	14,2
2004		2,2	-0,9	73,1	4,6	5,2	4,0	22,5	11,5	1,6	8,0	28,3	75,0	14,0
2005		1,5	0,2	73,2	4,7	5,2	4,0	22,0	11,0	1,9	8,0	28,2	75,6	13,6
Média das variáveis		2,7	1,4	71,2	4,1	5,0	4,0	22	11	1,6	8,4	28,1	72,6	15,3

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)	
1995		3,1	1,7											
1996		3,4	2,2	2,5	-9,1	-0,6	4,8	0,0	9,1	-3,2	-7,3	-3,3		
1997		4,3	3,1	3,3	-18,3	-5,0	-18,2	-4,2	-16,7	-23,3	-12,7	-3,0	4,0	-9,1
1998		3,9	2,6	2,5	-22,4	0,8	0,0	-8,7	0,0	-34,8	-1,1	-3,1	3,7	-3,1
1999		4,7	2,6	2,1	-15,8	-1,2	2,8	0,0	10,0	-20,0	-11,4	-2,5	-0,8	4,5
2000		3,9	2,2	1,7	-12,5	2,1	10,8	4,8	0,0	-33,3	-2,6	-2,6	-0,6	-4,3
2001		1,9	2,1	1,6	-21,4	-1,6	-2,4	0,0	0,0	-25,0	-9,2	0,4	1,1	-1,3
2002		0,1	0,5	0,4	27,3	2,5	0,0	0,0	0,0	16,7	-2,9	4,2	0,6	-2,0
2003		0,3	-0,5	-1,1	32,1	4,5	0,0	4,5	9,1	42,9	19,4	2,5	2,6	-5,3
2004		2,2	-0,9	-0,7	24,3	0,8	0,0	-2,2	-4,3	60,0	0,0	0,0	0,0	-1,4
2005		1,5	0,2	0,1	2,2	0,6	0,0	-2,2	-4,3	18,8	0,0	-0,4	0,8	-2,9
Varição média		2,7	1,4	1,3	-1,4	0,3	-0,2	-0,8	0,3	-0,1	-2,8	-0,8	1,3	-2,8
Varição no período		29,4	14,9	13,1	-28,8	2,6	-4,8	-8,3	0,0	-38,7	-27,3	-7,8	11,8	-22,7

*A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?*

**Áustria**

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

**Dados originais**

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)	
1995		1,9	-0,2	68,8	3,9	6,0	4,0	24,0	13,0	1,0	7,0	28,8		
1996		2,6	0,4	67,8	4,3	5,9	3,8	25,0	14,0	1,2	8,1	28,7	80,5	12,1
1997		1,8	0,9	67,8	4,4	5,8	3,6	24,0	13,0	1,3	7,7	28,6	81,8	10,8
1998		3,6	1,3	67,9	4,5	5,8	3,5	24,0	13,0	1,3	8,4	28,3	84,4	10,7
1999		3,3	1,6	68,6	3,9	5,8	3,7	23,0	12,0	1,2	8,2	28,7	84,7	10,7
2000		3,4	1,0	68,5	3,6	5,7	3,4	22,0	12,0	1,0	8,3	28,1	85,1	10,2
2001		0,8	0,6	68,5	3,6	5,7	3,5	22,0	12,0	0,9	7,9	28,4	85,1	10,2
2002		0,9	-0,1	68,7	4,2	5,7	3,8	23,5	12,5	1,1	7,5	29,0	85,3	9,5
2003		1,2	0,0	68,9	4,3	5,5	4,1	25,0	13,0	1,1	7,4	29,3	84,2	9,3
2004		2,3	0,2	67,8	4,8	5,4	3,8	25,0	13,0	1,3	8,8	29,0	85,8	8,7
2005		2,0	0,8	68,6	5,2	5,4	3,8	24,0	12,0	1,3	8,7	28,8	85,9	9,0
Média das variáveis		2,2	0,6	68,4	4,2	5,7	3,7	24	13	1,2	8,0	28,7	84,3	10,1

**Taxas de variação anuais**

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)	
1995		1,9	-0,2											
1996		2,6	0,4	-1,5	10,3	-1,7	-5,0	4,2	7,7	20,0	15,7	-0,3	1,6	-10,7
1997		1,8	0,9	0,0	2,3	-1,7	-5,3	-4,0	-7,1	8,3	-4,9	-1,0	3,2	-0,5
1998		3,6	1,3	0,1	2,3	-0,7	-2,8	0,0	0,0	0,0	9,1	1,4	0,4	-0,5
1999		3,3	1,6	1,0	-13,3	-0,2	5,7	-4,2	-7,7	-7,7	-2,4	-2,1	0,5	-4,7
2000		3,4	1,0	-0,1	-7,7	-2,2	-8,1	-4,3	0,0	-16,7	1,2	1,1	0,0	0,0
2001		0,8	0,6	0,0	0,0	0,7	2,9	0,0	0,0	-10,0	-4,8	2,1	0,2	-6,9
2002		0,9	-0,1	0,3	16,7	-0,5	8,2	6,6	4,1	22,2	-5,1	1,0	-1,3	-2,1
2003		1,2	0,0	0,3	2,4	-3,0	8,2	6,6	4,1	0,0	-1,3	-1,0	1,9	-6,5
2004		2,3	0,2	-1,6	11,6	-1,1	-7,3	0,0	0,0	18,2	18,9	-0,7	0,1	3,4
2005		2,0	0,8	1,2	8,3	0,0	0,0	-4,0	-7,7	0,0	-1,1	-0,3	-1,9	12,5
Variação média		2,2	0,6	0,0	3,3	-1,0	-0,3	0,1	-0,7	3,4	2,5	0,0	0,5	-1,6
Variação no período		24,1	6,9	-0,3	33,3	-9,9	-5,0	0,0	-7,7	30,0	24,3	0,0	4,7	-16,3



## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Portugal

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	4,3	-0,2	63,7	7,1	5,4	7,4	27,0	23,0	3,1	5,9	21,0		
1996	3,6	1,7	64,1	7,2	5,3	6,7	27,0	21,0	3,3	6,3	20,2	46,2	40,1
1997	4,2	2,6	65,7	6,7	5,4	6,7	27,0	22,0	3,2	5,9	20,3	47,1	40,6
1998	4,9	2,8	66,8	4,9	5,4	6,8	27,0	21,0	2,1	5,1	20,9	39,3	46,6
1999	3,8	1,4	67,4	4,4	5,4	6,4	27,0	21,0	1,7	4,7	21,4	40,1	44,9
2000	3,9	2,1	68,4	3,9	5,4	6,4	27,0	21,0	1,7	4,6	21,7	43,2	42,6
2001	2,0	1,8	69,0	4,0	5,6	6,5	24,0	20,0	1,5	4,3	22,7	44,4	44,0
2002	0,8	0,6	68,8	5,0	5,5	7,3	26,0	20,0	1,7	4,6	23,7	44,4	45,1
2003	-0,8	-0,6	68,1	6,3	5,6	7,4	26,0	19,0	2,2	5,5	24,1	47,9	40,4
2004	1,5	-0,1	67,8	6,7	5,3	6,9	27,0	20,0	2,9	5,3	24,7	49,6	39,4
2005	0,7	-0,3	67,5	7,6	5,4	6,9	26,0	19,0	3,7	5,5		49,0	38,6
Média das variáveis	2,6	1,1	67,0	5,8	5,4	6,9	26	21	2,5	5,2	22,1	45,1	42,2

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam. 18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	4,3	-0,2											
1996	3,6	1,7	0,6	1,4	-0,9	-9,5	0,0	-8,7	6,5	6,8	-3,8		
1997	4,2	2,6	2,5	-6,9	0,8	0,0	0,0	4,8	-3,0	-6,3	0,5	1,9	1,2
1998	4,9	2,8	1,7	-26,9	0,0	1,5	0,0	-4,5	-34,4	-13,6	3,0	-16,6	14,8
1999	3,8	1,4	0,9	-10,2	1,1	-5,9	0,0	0,0	-19,0	-7,8	2,4	2,0	-3,6
2000	3,9	2,1	1,5	-11,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,1	1,4	7,7	-5,1
2001	2,0	1,8	0,9	2,6	3,5	1,6	-11,1	-4,8	-11,8	-6,5	4,6	2,8	3,3
2002	0,8	0,6	-0,3	25,0	-1,2	12,3	8,3	0,0	13,3	7,0	4,4	0,0	2,5
2003	-0,8	-0,6	-1,0	26,0	0,5	1,4	0,0	-5,0	29,4	19,6	1,7	7,9	-10,4
2004	1,5	-0,1	-0,4	6,3	-5,0	-6,8	3,8	5,3	31,8	-3,6	2,5	3,5	-2,5
2005	0,7	-0,3	-0,4	13,4	2,1	0,0	-3,7	-5,0	27,6	3,8		-1,2	-2,0
Variação média	2,6	1,1	0,6	1,9	0,1	-0,5	-0,3	-1,8	4,0	-0,3	1,8	0,9	-0,2
Variação no período	27,3	12,6	6,0	7,0	0,6	-6,8	-3,7	-17,4	19,4	-6,8	17,6	6,1	-3,7

*A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?*

**Finlândia**

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

**Dados originais**

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	3,9	1,8	61,6	15,4	6,9						31,5		
1996	3,7	1,4	62,4	14,6	7,0	3,0	23,0	8,0			31,4	81,9	11,1
1997	6,1	3,3	63,3	12,7	6,5	3,0	23,0	8,0	4,9		29,1	85,9	8,1
1998	5,2	2,0	64,6	11,4	6,3	3,1	22,0	9,0	4,1		27,0	85,2	7,9
1999	3,9	2,5	66,4	10,2	6,2	3,4	21,0	11,0	3,0		26,2	86,8	9,9
2000	5,0	2,2	67,2	9,8	6,1	3,3	19,0	11,0	2,8		25,1	87,7	8,9
2001	2,6	1,5	68,1	9,1	6,0	3,7	29,0	11,0	2,5		24,9	86,1	10,3
2002	1,6	1,0	68,1	9,1	6,2	3,7	28,0	11,0	2,3		25,6	85,8	9,9
2003	1,8	0,1	67,7	9,0	6,4	3,6	28,0	11,0	2,3	10,9	26,5	85,3	8,3
2004	3,7	0,4	67,6	8,8	6,4	3,5	29,0	11,0	2,1	11,0	26,6	84,5	8,7
2005	2,9	1,4	68,4	8,4	6,3	3,6	28,0	12,0	2,2	10,5	26,7	83,4	9,3
Média das variáveis	3,7	1,6	65,9	10,8	6,4	3,4	25	10	2,9	10,8	27,3	85,3	9,2

**Taxas de variação anuais**

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	3,9	1,8											
1996	3,7	1,4	1,3	-5,2	2,0						-0,3		
1997	6,1	3,3	1,4	-13,0	-6,9	0,0	0,0	0,0			-7,3	4,9	-27,0
1998	5,2	2,0	2,1	-10,2	-3,8	3,3	-4,3	12,5	-16,3		-7,2	-0,8	-2,5
1999	3,9	2,5	2,8	-10,5	-0,3	9,7	-4,5	22,2	-26,8		-3,0	1,9	25,3
2000	5,0	2,2	1,2	-3,9	-2,6	-2,9	-9,5	0,0	-6,7		-4,2	1,0	-10,1
2001	2,6	1,5	1,3	-7,1	-0,7	12,1	52,6	0,0	-10,7		-0,8	-1,8	15,7
2002	1,6	1,0	0,0	0,0	2,8	0,0	-3,4	0,0	-8,0		2,8	-0,3	-3,9
2003	1,8	0,1	-0,6	-1,1	3,2	-2,7	0,0	0,0	0,0		3,5	-0,6	-16,2
2004	3,7	0,4	-0,1	-2,2	0,2	-2,8	3,6	0,0	-8,7	0,9	0,4	-0,9	4,8
2005	2,9	1,4	1,2	-4,5		2,9	-3,4	9,1	4,8	-4,5	0,4	-1,3	6,9
Variação média	3,7	1,6	1,1	-5,8	-0,7	2,2	3,4	4,9	-9,1	-1,8	-1,6	0,2	-0,8
Variação no período	43,0	16,9	11,0	-45,5	-7,9	20,0	21,7	50,0	-55,1	-3,7	-15,2	1,8	-16,2

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Suécia

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: [European Economy](#)

Fonte: [Dados estimados por interpolação \(Julho 2008\)](#)

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	4,0	1,6	70,9	8,8	7,2				2,3		34,3		
1996	1,5	-0,8	70,3	9,6	7,4				2,7		33,6	86,3	7,5
1997	2,5	-1,3	69,5	9,9	7,6	3,0		8,0	3,1		32,7	86,6	6,8
1998	3,8	1,7	70,3	8,2	7,7	3,0		8,0	2,6		32,0	87,5	6,8
1999	4,6	2,1	71,7	6,7	7,4	3,1		8,0	1,9		31,7	86,3	6,9
2000	4,4	2,5	73,0	5,6	7,3	3,2		8,5	1,4		30,7	85,2	7,7
2001	1,1	2,1	74,0	4,9	7,1	3,4	17,0	9,0	1,0		31,2	85,5	10,5
2002	2,4	0,0	73,6	4,9	7,4	3,3	29,0	11,0	1,0		32,2	86,7	10,4
2003	1,9	-0,6	72,9	5,6	7,3	3,3	29,5	11,0	1,0		33,2	85,8	9,0
2004	4,1	-0,7	72,1	6,3	7,2	3,3	30,0	11,0	1,2		32,7	86,0	8,6
2005	3,3	0,3	72,5	7,4	7,0	3,3	29,0	9,0	1,2		32,0	87,5	11,7
Média das variáveis	3,0	0,6	71,9	7,1	7,3	3,2	27	9	1,8		32,4	86,3	8,6

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce (18-24)
1995	4,0	1,6											
1996	1,5	-0,8	-0,8	9,1	1,9				17,4		-2,0		
1997	2,5	-1,3	-1,1	3,1	3,3				14,8		-2,7	0,3	-9,3
1998	3,8	1,7	1,2	-17,2	1,2	1,7		0,0	-16,1		-2,1	1,0	0,7
1999	4,6	2,1	2,0	-18,3	-3,9	1,7		0,0	-26,9		-0,9	-1,4	0,7
2000	4,4	2,5	1,8	-16,4	-1,1	4,7		6,1	-26,3		-3,2	-1,3	11,6
2001	1,1	2,1	1,4	-12,5	-2,6	4,7		6,1	-28,6		1,6	0,4	36,4
2002	2,4	0,0	-0,5	0,0	4,4	-2,9	70,6	22,2	0,0		3,2	1,4	-1,0
2003	1,9	-0,6	-1,0	14,3	-1,7	0,0	1,7	0,0	0,0		3,1	-1,0	-13,5
2004	4,1	-0,7	-1,1	12,5	-1,6	0,0	1,7	0,0	20,0		-1,5	0,2	-4,4
2005	3,3	0,3	0,6	17,5		0,0	-3,3	-18,2	0,0		-2,1	1,7	36,0
Variação média	3,0	0,6	0,2	-0,8	0,0	1,2	17,7	2,0	-4,6		-0,7	0,2	6,4
Variação no período	33,8	5,3	2,3	-15,9	-3,5	10,0	70,6	12,5	-47,8		-6,7	1,4	56,0

## A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?

### Reino Unido

Fonte: Eurostat (14 Julho)

Fonte: **European Economy**

Fonte: **Dados estimados por interpolação (Julho 2008)**

#### Dados originais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	2,9	1,0	68,5	8,5	5,0	5,2	32,0	20,0	3,5	13,7	28,0		
1996	2,8	0,9	69,0	7,9	5,1	5,0	29,0	18,0	3,1	13,5	27,8	62,2	
1997	3,1	1,7	69,9	6,8	5,0	4,7	30,0	18,0	2,5	12,9	27,3	65,8	
1998	3,4	0,9	70,5	6,1	4,8	5,2	30,0	19,0	1,9	12,5	26,7	70,4	
1999	3,0	1,2	71,0	5,9	4,6	5,2	30,0	19,0	1,7	11,8	26,2	75,3	19,7
2000	3,8	1,4	71,2	5,3	4,6	5,2	29,0	19,0	1,4	11,4	26,9	76,6	18,4
2001	2,4	1,0	71,4	5,0	4,7	5,4	28,0	18,0	1,3	11,2	27,3	76,9	17,7
2002	2,1	0,6	71,3	5,1	5,2	5,5	28,0	18,0	1,1	11,3	26,2	77,1	17,8
2003	2,8	1,0	71,5	4,9	5,3	5,3	29,0	18,0	1,1	10,9	26,2	78,7	16,8
2004	3,3	1,0	71,6	4,7	5,3	5,5	30,0	18,5	1,0	11,0	26,3	77,0	14,9
2005	1,8	1,3	71,7	4,8	5,5	5,8	31,0	19,0	1,0	11,0	26,8	78,2	14,0
Média das variáveis	2,9	1,1	70,7	5,9	5,0	5,3	30	19	1,8	11,9	26,9	73,8	17,0

#### Taxas de variação anuais

	Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com a protecção social	Nível escolaridade jovens (20-24)	Abandono escolar precoce(18-24)
1995	2,9	1,0											
1996	2,8	0,9	0,7	-7,1	1,6	-3,8	-9,4	-10,0	-11,4	-1,5	-0,7		
1997	3,1	1,7	1,3	-13,9	-2,5	-6,0	3,4	0,0	-19,4	-4,4	-1,8	5,8	
1998	3,4	0,9	0,9	-10,3	-4,0	10,6	0,0	5,6	-24,0	-3,1	-2,2	7,0	
1999	3,0	1,2	0,7	-3,3	-4,2	0,0	0,0	0,0	-10,5	-5,6	-1,9	7,0	
2000	3,8	1,4	0,3	-10,2	1,5	0,0	-3,3	0,0	-17,6	-3,4	2,7	1,7	-6,6
2001	2,4	1,0	0,3	-5,7	0,2	3,8	-3,4	-5,3	-7,1	-1,8	1,5	0,4	-3,8
2002	2,1	0,6	-0,1	2,0	11,8	1,9	0,0	0,0	-15,4	0,9	-4,0	0,3	0,6
2003	2,8	1,0	0,3	-3,9	2,7	-3,6	3,6	0,0	0,0	-3,5	0,0	2,1	-5,6
2004	3,3	1,0	0,1	-4,1	-1,7	4,6	3,4	2,7	-9,1	0,9	0,4	-2,2	-11,3
2005	1,8	1,3	0,1	2,1	3,8	4,6	3,4	2,7	0,0	0,0	1,9	1,6	-6,0
Variação média	2,9	1,1	0,5	-5,4	0,9	1,2	-0,2	-0,4	-11,5	-2,1	-0,4	2,6	-5,5
Variação no período	32,4	11,6	4,7	-43,5	4,6	11,5	-3,1	-5,0	-71,4	-19,7	-4,3	25,7	-28,9

*A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?*

Tabela de correlações com as médias das variáveis originais

		Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas com protecção social	Grau de escolaridade dos jovens (20-24)	Abandono escolar (18-24)
Crescimento PIB	Pearson Correlation	1	,857*	-,135	-,064	-,279	,146	,472	,280	-,112	-,119	-,766*	,143	,027
	Sig. (2-tailed)		,000	,631	,820	,314	,604	,076	,312	,692	,685	,001	,610	,924
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Crescimento emprego	Pearson Correlation	,857*	1	-,359	,022	-,437	,193	,212	,293	,013	-,169	-,829*	-,138	,263
	Sig. (2-tailed)	,000		,189	,937	,103	,491	,447	,288	,964	,563	,000	,624	,344
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Taxa emprego	Pearson Correlation	-,135	-,359	1	-,641	,658*	-,482	,420	-,533	-,829*	-,277	,509	,153	-,397
	Sig. (2-tailed)	,631	,189		,010	,008	,069	,119	,041	,000	,338	,052	,586	,143
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Taxa desemprego	Pearson Correlation	-,064	,022	-,641	1	-,158	,264	-,209	,280	,861*	,446	-,076	,077	,140
	Sig. (2-tailed)	,820	,937	,010		,574	,341	,455	,311	,000	,110	,787	,786	,618
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
% PIB despesas educação	Pearson Correlation	-,279	-,437	,658*	-,158	1	-,600	,455	-,585	-,423	,067	,643*	,311	-,442
	Sig. (2-tailed)	,314	,103	,008	,574		,018	,088	,022	,116	,820	,010	,260	,099
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Desigualdade distribuição rendimento	Pearson Correlation	,146	,193	-,482	,264	-,600	1	-,043	,935*	,463	-,229	-,619	-,658*	,847*
	Sig. (2-tailed)	,604	,491	,069	,341	,018		,880	,000	,082	,430	,014	,008	,000
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Risco pobreza antes transfer. sociais	Pearson Correlation	,472	,212	,420	-,209	,455	-,043	1	,152	-,331	,138	-,157	,188	-,156
	Sig. (2-tailed)	,076	,447	,119	,455	,088	,880		,590	,228	,638	,575	,502	,578
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Risco pobreza depois transfer. sociais	Pearson Correlation	,280	,293	-,533	,280	-,585	,935*	,152	1	,506	-,056	-,699*	-,480	,711**
	Sig. (2-tailed)	,312	,288	,041	,311	,022	,000	,590		,054	,848	,004	,070	,003
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Tx desemprego longa duração	Pearson Correlation	-,112	,013	-,829*	,861*	-,423	,463	-,331	,506	1	,450	-,236	-,085	,307
	Sig. (2-tailed)	,692	,964	,000	,000	,116	,082	,228	,054		,106	,398	,763	,265
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Pearson Correlation	-,119	-,169	-,277	,446	,067	-,229	,138	-,056	,450	1	,280	,588	-,479
	Sig. (2-tailed)	,685	,563	,338	,110	,820	,430	,638	,848	,106		,332	,027	,083
	N	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14
Despesas com protecção social	Pearson Correlation	-,766*	-,829*	,509	-,076	,643*	-,619	-,157	-,699*	-,236	,280	1	,379	-,564
	Sig. (2-tailed)	,001	,000	,052	,787	,010	,014	,575	,004	,398	,332		,164	,029
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Grau de escolaridade dos jovens (20-24)	Pearson Correlation	,143	-,138	,153	,077	,311	-,658*	,188	-,480	-,085	,588	,379	1	-,924*
	Sig. (2-tailed)	,610	,624	,586	,786	,260	,008	,502	,070	,763	,027	,164		,000
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Abandono escolar (18-24)	Pearson Correlation	,027	,263	-,397	,140	-,442	,847*	-,156	,711**	,307	-,479	-,564	-,924*	1
	Sig. (2-tailed)	,924	,344	,143	,618	,099	,000	,578	,003	,265	,083	,029	,000	
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

\* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

*A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia?*

Tabela de correlações com as variações globais no período

		Crescimento PIB	Crescimento emprego	Taxa emprego	Taxa desemprego	% PIB despesas educação	Desigualdade distribuição rendimento	Risco pobreza antes transfer. sociais	Risco pobreza depois transfer. sociais	Tx desemprego longa duração	% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Despesas c/ protecção social	Grau de escolaridade dos jovens (20-24)	Abandono escolar (18-24)
Crescimento PIB	Pearson Correlation	1	,842**	,531*	-,274	-,024	,030	-,129	,287	-,228	-,452	,385	,288	-,330
	Sig. (2-tailed)		,000	,042	,322	,932	,917	,648	,299	,415	,105	,156	,298	,230
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Crescimento emprego	Pearson Correlation	,842**	1	,765**	-,239	-,325	-,160	-,371	,220	-,195	-,562*	,255	,383	-,424
	Sig. (2-tailed)	,000		,001	,392	,237	,568	,173	,430	,487	,037	,358	,159	,115
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Taxa emprego	Pearson Correlation	,531*	,765**	1	-,575*	-,155	-,164	-,362	,168	-,531*	-,865**	,141	-,022	-,151
	Sig. (2-tailed)	,042	,001		,025	,581	,559	,185	,549	,042	,000	,617	,937	,591
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Taxa desemprego	Pearson Correlation	-,274	-,239	-,575*	1	,054	-,511	-,043	-,404	,977**	,717**	,194	,221	-,074
	Sig. (2-tailed)	,322	,392	,025		,848	,052	,879	,135	,000	,004	,489	,429	,793
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
% PIB despesas educação	Pearson Correlation	-,024	-,325	-,155	,054	1	-,005	-,051	-,190	,070	-,103	,341	-,050	-,043
	Sig. (2-tailed)	,932	,237	,581	,848		,986	,856	,497	,804	,727	,213	,859	,880
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Desigualdade distribuição rendimentos	Pearson Correlation	,030	-,160	-,164	-,511	-,005	1	,438	,759**	-,560*	,020	-,580*	-,105	,093
	Sig. (2-tailed)	,917	,568	,559	,052	,986		,102	,001	,030	,945	,023	,711	,743
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Risco pobreza antes transfer. sociais	Pearson Correlation	-,129	-,371	-,362	-,043	-,051	,438	1	,364	-,152	,457	-,357	-,330	,764**
	Sig. (2-tailed)	,648	,173	,185	,879	,856	,102		,182	,588	,100	,191	,229	,001
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Risco pobreza depois transfer. sociais	Pearson Correlation	,287	,220	,168	-,404	-,190	,759**	,364	1	-,419	-,058	-,578*	-,043	-,036
	Sig. (2-tailed)	,299	,430	,549	,135	,497	,001	,182		,120	,845	,024	,879	,899
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Tx desemprego longa duração	Pearson Correlation	-,228	-,195	-,531*	,977**	,070	-,560*	-,152	-,419	1	,702**	,280	,230	-,176
	Sig. (2-tailed)	,415	,487	,042	,000	,804	,030	,588	,120		,005	,312	,409	,531
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
% agregado fam.18-59 anos ninguém trabalha	Pearson Correlation	-,452	-,562*	-,865**	,717**	-,103	,020	,457	-,058	,702**	1	-,154	-,033	,001
	Sig. (2-tailed)	,105	,037	,000	,004	,727	,945	,100	,845	,005		,599	,910	,996
	N	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14
Despesas c/ protecção social	Pearson Correlation	,385	,255	,141	,194	,341	-,580*	-,357	-,578*	,280	-,154	1	,171	-,241
	Sig. (2-tailed)	,156	,358	,617	,489	,213	,023	,191	,024	,312	,599		,542	,386
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Grau de escolaridade dos jovens (20-24)	Pearson Correlation	,288	,383	-,022	,221	-,050	-,105	-,330	-,043	,230	-,033	,171	1	-,697**
	Sig. (2-tailed)	,298	,159	,937	,429	,859	,711	,229	,879	,409	,910	,542		,004
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15
Abandono escolar (18-24)	Pearson Correlation	-,330	-,424	-,151	-,074	-,043	,093	,764**	-,036	-,176	,001	-,241	-,697**	1
	Sig. (2-tailed)	,230	,115	,591	,793	,880	,743	,001	,899	,531	,996	,386	,004	
	N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	14	15	15	15

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed). \* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).